

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA-“DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE”-REALIZADA EM VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E VINTE E DOIS** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e quadragésimo primeiro do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Maria Margarida Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mandes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura,

Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Fernando Oliveira Gonçalves, Ana Paula da Silva Viseu, Igor Boal Roçadas, Rosa Lourenço, Natacha Machado Amaro, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Susana Maria da Costa Guimarães, Maria João Bernardino Correia, João Diogo Santos, Patrícia de Oliveira Caetano Barata e Luís Graça Gonçalves. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes da Silva. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia do Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputada Municipal Rosa Lourenço.--

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal, Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Carlos Castro, Paula Marques, João Afonso, Catarina Vaz Pinto, João Paulo Saraiva, Manuel Salgado, Jorge Máximo, Catarina Albergaria, e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Barreiras Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço que tomem os seus lugares, pedia à minha secretária Rosa Maria se podia vir para o seu lugar, Senhores Vereadores, e Assessores, peço para, também, se sentarem. -----

----- Vejo o público, ali, muito animado, também têm intervenções, hoje, para fazerem, e vamos começar os nossos trabalhos, mas queria silêncio na sala e toda a gente sentadinha, fazem favor, para fazermos um trabalho como deve ser. Senhores Deputados, façam lá o que vos estou a pedir, assumam os vossos lugares. -----

----- Senhores Deputados, enquanto acalma e se sentam, duas informações úteis e relevantes:-----

----- A primeira é que tínhamos previsto um debate temático sobre habitação para arrancar esta semana, quinta-feira, vinte e sete de outubro, eu não o convoquei porque o último debate temático foi extremamente interessante, sobre “A Economia na Cidade e o Trabalho”, mas tivemos pouca assistência e, portanto, eu quero levar o assunto à Conferência de Representantes e, eventualmente, reformularmos o modelo. Eu bem sei que às seis da tarde, com a chuva na cidade e com a dificuldade nos transportes é muito difícil as pessoas chegarem cá, portanto, provavelmente, temos que encontrar, aqui, outras soluções e, não vou decidir isso, sozinha, naturalmente, mas o debate fica sem data marcada, por ora, vou ver isto em Conferência de Representantes, e provavelmente será feito logo a seguir ao debate orçamental. -----

----- Quanto ao debate orçamental, já temos um programa de reuniões, vamos fazer como fizemos no ano passado, todos os Vereadores vão prestar contas a todas as Comissões sobre os seus respetivos Pelouros e, portanto, já se fez uma grelha de reuniões bastante, intensa com todas as Comissões e todos os Vereadores e isso vai decorrer desde o princípio de Novembro, até meados de Novembro, enfim, de modo a encaixar todas as reuniões necessárias, sendo que está previsto que a Câmara, esta semana, aprove o Plano e o Orçamento, e os Planos das Empresas Municipais, e que no dia vinte e dois de Novembro, seja o Debate Orçamental, portanto, gostaria que tomassem devida nota, vinte e dois de Novembro, até lá, vamos ter prioridade sobre esta matéria nos trabalhos das Comissões, durante o mês de Novembro. -----

----- Finalmente, dizer-vos o seguinte: no dia um de novembro é feriado. E no dia oito está previsto uma sessão de perguntas à Câmara. Acontece que no novo Regimento, se

aplicarmos isto à letra, o prazo de seis dias úteis remetia a entrega das perguntas para sexta-feira, dia vinte e oito, eu acho que é excessivo a antecedência, perde-se atualidade e, portanto, aquilo que eu vos ia propor, mas só podemos fazer se ninguém objetar, uma vez que é uma ligeira alteração do que nós temos no Regimento é, em vez de o prazo limite para entrega das perguntas ser sexta-feira, dia vinte e oito, como seria contando os seis dias úteis, temos que descontar feriado, o prazo ser segunda-feira, dia trinta e um, e um pedido meu, para que, em vez de ser às quatro da tarde, que é o que está no Regimento, ser as três da tarde para que, na próxima segunda-feira, dia trinta e um de outubro, mas peço-vos a vocês então, que uma vez que estamos a dar mais um dia, que me deem uma hora, ou seja que, em vez de ser às quatro da tarde, seja às três da tarde, para permitir que nós consigamos juntar as perguntas todas e mandamos para a Câmara nesse mesmo dia trinta e um, para não prejudicar, também, o tempo de análise da Câmara.-----

----- Pergunto se alguém objeta a esta ligeira alteração? Penso que não há objeções. Do vosso ponto de vista é mais favorável, ficam com pouco mais tempo, e do meu ponto de vista, preciso que antecipem uma hora, apenas, para dar tempo, no próprio dia, nós corrigirmos todas as perguntas e mandarmos para a Câmara.-----

----- Posto isto, vamos então entrar na sessão de hoje, e antes de entrarmos no tema da ordem do dia, temos várias pessoas inscritas e, portanto, vamos começar por aí. A primeira pessoa inscrita é para entregar uma petição e mandou-nos uma mensagem a dizer que está, ligeiramente, atrasada, provavelmente, no trânsito e, portanto, vamos dar a palavra ao segundo inscrito que é o Senhor Luís Barahona de Lemos. Tem a palavra. -----

----- Enquanto o Senhor Luís Lemos se dirige ao microfone, lembrar como é que isto funciona, há muitos que já sabem, mas os que nunca cá vieram, são três minutos, explicam o vosso problema, a Mesa, se souber responder, responde logo, se não souber, tem de perguntar à Câmara e depois, responde por escrito. Pode entregar documentos, e se tiverem algum documento escrito, e se não tiverem tempo de o ler todo, podem-no entregar que ele ficará, na íntegra, na ata, o que é importante é que fique sinalizado o assunto que trazem aqui.-----

----- Portanto, tem a palavra o Senhor Luís Lemos.”-----

#### -----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **O Senhor Luís Barahona de Lemos** residente na Rua Freitas Gazul, nº 8, 3º D, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, eu venho aqui aproveitar estes três minutos que me são concedidos, para contestar uma decisão da Câmara Municipal de Lisboa quanto à não atribuição do regime de propriedade horizontal de um prédio que está em propriedade vertical, pertence a uma sociedade civil, em que cada sócio tem uma quota que corresponde a um andar, eu sou um dos cotitulares de uma dessas quotas e, portanto, que nós queremos transformar o prédio em propriedade horizontal, a Câmara recusou porque diz que têm varandas fechadas, o*

que vai contra a uma decisão da Câmara que considera aquela zona como uma zona protegida. -----

----- Acontece que há vários prédios, naquela zona, que já estão em propriedade horizontal e, também, têm as varandas fechadas e, portanto, não percebo porque é que a Câmara vetou este nosso pedido. -----

----- Nós já recorremos, enviamos um requerimento ao Senhor Vereador do Urbanismo, Arquitecto Manuel Salgado, e eu gostava, realmente, que isto ficasse, aqui, registado porque não se percebe como é que um prédio que está situado numa zona, que é a Avenida Estados Unidos da América, onde as varandas estão todas fechadas, não se percebe porque é que não nos dão a propriedade horizontal só pelo facto de ter as varandas fechadas. -----

----- As varandas foram fechadas antes de 1993, que é a data do tal decreto-lei, tenho aqui, só um minuto, foi a Carta Municipal do Património, do PDM, de 1993, as varandas foram fechadas antes de 1990, nem sequer este problema se punha, portanto, acho que não tem lógica nenhuma, e deixo aqui, o meu pedido para que, realmente, este assunto seja resolvido para acabar com este impasse. -----

----- Eu agradeço a atenção prestada e vou deixar, aqui, à Senhora Presidente, a fotocópia do requerimento que entreguei, agora, na Câmara, para ser dirigido ao Senhor Arquitecto Manuel Salgado que tem os processos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Muito obrigada. -----

----- Naturalmente, iremos agora ver com a Câmara o enquadramento desta situação. --

----- Nós sabemos que aqueles eles prédios da Avenida Estados Unidos estão, realmente, classificados e então identificados na Carta Municipal do Património, mas temos que ver a questão das datas, portanto, iremos, certamente, pedir explicações à Câmara sobre este caso específico, incluindo a questão de haver outros casos em que já foi concedido e, portanto, haver aqui dois tratamentos diferentes que é uma matéria que nós deveríamos evitar em termos de interesse público. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Henrique Saias que nos vem falar do Bairro do Arco do Cego.”-----

----- **O Senhor Henrique Saias** residente na Rua Sylvio Rebelo, nº 6, 1º, 1000-282 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores. -----

----- Primeiro que tudo, gostava de fazer, mais uma vez, eu já, aqui, estive a falar sobre o bairro, quero repetir o elogio à obra de raiz, em vez de tapar buracos, mais uma vez, já tinha feito este elogio, gostava de repetir. -----

----- Segundo, venho prestar contas sobre a reclamação que fiz sobre os tubos de queda deitarem água, diretamente, para a rua que foi resolvida, satisfatoriamente., depois da participação na Assembleia Aberta. -----

----- Trago três preocupações:-----

----- Primeira, por graus de prioridade, a zona vinte, ou a zona trinta, é um conceito que não existia quando a maior parte de nós tirámos a carta de condução. Então, a

maior parte dos condutores que circulam no bairro não têm noção do espaço partilhado, portanto, temos, neste momento, um conflito entre os condutores, com as suas viaturas, e peões. Acresce que, com a tipologia, nomeadamente passeios, que foi adotada, neste momento não temos lancis, praticamente, portanto, o peão e o carro estão ao mesmo nível, havendo disputas de espaço consideráveis. A isto acresce que o respeito pela velocidade não existe. Portanto, os limites não são cumpridos, e há muitos carros a circular a velocidade excessiva, mais uma vez, ao mesmo nível dos peões, sem passeios. Esta é a primeira preocupação.-----

----- A segunda preocupação tem a ver com, há dois tipos de pessoas que circulam no bairro; as que moram lá, e as que se deslocam lá, a maior parte das pessoas que se deslocam lá vão às escolas depositar as suas crianças. -----

----- Já tinha sido feito o pedido para que os sentidos de tráfego fossem estudados de forma a fazer entrar e sair as pessoas do Bairro, da forma mais direta possível, usando, se possível, as ruas periféricas, ou para entrar, ou para escoar, evitando os ziguezagues dentro do bairro que, ainda, em alguns casos, se registam. -----

----- E em terceiro lugar, para terminar, a questão do estacionamento, e eu chamo especialmente, a atenção para um assunto de legalidade que eu penso que deve ser verificado, e a autoridade competente é a Câmara, que tem a ver com garagens, portanto, há muitas garagens que são virtuais porque os lotes são muito pequenos e não é possível ter garagens reais, funcionais, em muitos desses lotes. No entanto, estão licenciadas, como tendo garagem, põem um sinal do 50 à porta, e tem lugar privativo de estacionamento.-----

----- Portanto, são estas as três questões que eu penso que deviam ser analisadas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “E são relevantes, e nós agradecemos a atenção e a vigilância sobre a Câmara e que trás, aqui, estas questões. Iremos, agora, pedir à Câmara que nos dê explicações. Já temos ouvido mais queixas no sentido semelhante, nomeadamente, as voltas e voltinhas, que, neste momento, é preciso dar, á no bairro, para se encontrar as entradas e as saídas, vamos tentar, então, esclarecer isso e, depois, lhe daremos a devida resposta.-----

----- Muito obrigada. -----

----- E vou dar a palavra à Senhora Catarina Pires. Já não é a primeira vez que cá vem, os Senhores Deputados lembram-se que, nós aqui, em 2015, apreciámos uma petição, a petição nº 6/2015, por causa da requalificação do lote 561, do Bairro do Condado, na Avenida João Paulo II. A obra foi feita mas parece que as coisas não estão a correr muito bem, portanto, vamos ouvir.-----

----- Vejo que estão muitos moradores do Bairro do Condado a assistir, portanto, sejam bem-vindos, e cá temos a Catarina para nos explicar o que é que se está a passar.”-----

----- **A Senhora Catarina Schwarz Martins Pires** residente na Avenida João Paulo II, Lote 561, nº 4 G, 1950 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Olá, boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputados Municipais. -----  
----- Como a Senhora Presidente já teve a oportunidade de referir, já cá vim no ano passado, a propósito de uma petição que a Associação de Moradores fez, no sentido de apelar ao bom senso e à humanidade da Câmara Municipal de Lisboa para que esta, enquanto senhorio, percebesse a gravidade da situação do lote 561. -----  
----- Mais de um ano volvido e muitas promessas vagas feitas e não cumpridas, o panorama é idêntico e em alguns casos agravou. -----  
----- Várias visitas foram sendo feitas ao longo deste período, por diversas personalidades e instituições, entre elas, a do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, acompanhado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, assim como por dirigentes da GEBALIS e por diversos técnicos Municipais, a última das quais em Maio deste ano. Destas visitas em concreto resultou. -----  
----- Foi, e é sempre, com uma réstia de esperança que cada vez que alguém se dirige ao nosso lote abrimos a nossa porta e mostramos a crua e difícil realidade com que nos deparamos diariamente. -----  
----- A necessidade imperativa e absoluta da realização de obras estruturais no lote aumenta a cada dia que passa. -----  
----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Camara, Senhoras e Senhores deputados Municipais, da nossa participação aqui na Assembleia Municipal, de dia 23 de junho do ano passado, resultou a promessa da CML, de que até ao fim do Verão de 2015, o Lote 561 iria finalmente ter as já tantas vezes prometidas obras estruturais, mas infelizmente e já se passou mais de um ano, e até agora não passou disso mesmo, só mais uma promessa. -----  
----- Da visita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e do novo Presidente da Gebalis ao bairro do Condado e ao nosso Lote, em Maio de 2016, deixou aos moradores mais uma promessa, de que as tão almejadas obras estruturais se iniciariam dia 27 de julho de 2016. -----  
----- Mas, Excelentíssimos Senhores e Senhoras, até agora, obras, nem vê-las, não passando, por isso, de mais uma promessa igual a tantas outras. -----  
----- Os moradores do lote 561, estão cansados de tantas promessas e pouca ou nenhuma ação! -----  
----- Tem de existir uma inflexão de pensamento e de atitude institucional. -----  
----- Por isso exigimos respeito pelos nossos direitos enquanto inquilinos. -----  
----- Não se pode continuar a mentir ou a enganar os moradores descaradamente, em relação à data de início das obras, como por exemplo, como aconteceu com o Sr. Virgílio, onde a Camara e a GEBALIS, continuam a dar falsas esperanças de que no próximo Inverno, (que já está aí à porta), não terá de se preocupar em ter inundações em casa! ou por exemplo, ao Sr. João Carlos, dizendo-lhe que não se terá de preocupar cada vez que chove em deixar cobertores, toalhas e baldes espalhados no chão de casa pois fica sempre alagado. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aproxima-se mais um Inverno e com ele as preocupações dos moradores aumentam, porque apesar das muitas promessas até hoje feitas por V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> vão ter mais um inverno cheio de angústias, com a água das chuvas a escorrer pelas paredes, com a água das chuvas a sair pelas tomadas de eletricidade como se fossem bicas dos chafarizes, com a água a sair pelas juntas e fissuras, com a água a sair pelos cabos de antena das Televisões, provocando prejuízos elevados e as inevitáveis humidades em várias divisões das casas, fruto das muitas infiltrações, e outros problemas já citados e do conhecimento de Vossas Excelências.-----

----- Toda a política e legislação urbanística, assim como, o próprio pensamento dos decisores, arquitetos e engenheiros devia estar direcionado e focado num só único objetivo: promover a inclusão de todos na Sociedade sem criar focos de tensão ou sentimentos de exclusão.-----

----- A discriminação começa, muitas vezes, na forma de pensar e de arquitetar um aglomerado habitacional.-----

----- Discriminação é a palavra exata para descrever o sentimento que os moradores do lote 561, sentem e vivem há mais de 30 anos.-----

----- Tantos outros prédios foram sujeitos a diversas intervenções e este em particular nem uma sofreu desde a sua origem. Porque será?-----

----- O 25 de abril abriu-nos uma porta: deu-nos a possibilidade de infletir o pensamento e conquistar direitos sociais: a promoção da habitação estava na ordem do dia. É triste chegar aos dias de hoje e ainda estarmos a lutar por um direito que para uns é adquirido e para outros é uma luta constante e diária.-----

----- Consagrado constitucionalmente, o direito à habitação previsto no artigo 65.º (que dispõe que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”) tem vindo a ser reiteradamente violado pelo senhorio, que é a Câmara.-----

----- Todo e qualquer cidadão português, e sublinho de novo, todo e qualquer cidadão português, tem o direito a que o Estado Português se preocupe com as suas necessidades de alojamento e que reconheça a obrigação fundamental de proteger e melhorar as suas casas.-----

----- Uma habitação condigna deve ser habitável. Por outras palavras, Excelentíssimos Senhores e Senhoras, deve propiciar o espaço adequado e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento e de outros perigos para a saúde a todos os seus concidadãos, e que, neste momento, não estão salvaguardados devido aos diversos riscos causados pelos muitos problemas estruturais que o Lote 561, apresenta enquanto vetores de doença e de insegurança. A segurança física dos ocupantes deve ser uma preocupação e também, igualmente garantida por quem de direito.-----



----- *Ter acesso a uma habitação condigna, salubre e segura, Excelentíssimos Senhores e Senhoras, significa aumentar substancialmente o gozo e a realização de outros direitos, como seja por exemplo, o direito a uma saúde mental e física. -----*

----- *De realçar que, em face da degradação estrutural do prédio, várias foram as obras feitas a título particular pelos moradores no interior das suas habitações, de modo a verem os seus problemas dirimidos. -----*

----- *Todavia, como o problema não resulta do interior, mas sim do exterior, as melhorias realizadas pelos moradores em nada se traduzem. -----*

----- *O que o prédio precisa urgentemente são de obras estruturais que apenas podem ser realizadas pelo senhorio (por razões muito óbvias: -----*

----- *1. Os inquilinos não têm autorização para as fazer; -----*

----- *2. O seu custo elevado leva a que os moradores não tenham capacidade económica para as realizar) e, portanto, são obras estruturais e não pequenas cirurgias estéticas localizadas, que o prédio precisa. -----*

----- *Assim, os moradores têm aguardado pacientemente que o Senhorio/CML, cumpra a Lei, como é seu dever, e se decida a fazê-las, o mais rápido possível. -----*

----- *Não é possível admitir que querelas entre entidades ou entraves burocráticos ou orçamentais sejam o motivo principal do atraso nas obras, no sentido em que caso se tratasse do arranjo da casa de algum dos pais dos Senhores e Senhoras aqui presentes a situação já estaria certamente resolvida. -----*

----- *Categorizar cidadãos, em cidadãos de primeira e em cidadãos de segunda, não é tarefa de um Estado de Direito como é o nosso. -----*

----- *Toda e qualquer pessoa, em todas as suas vertentes, devem surgir em primeiro lugar. Um Estado sem pessoas não é um Estado. Devemos todos contribuir para que o bem-comum seja alcançado e não remar em direções opostas. -----*

----- *Nas famosas palavras de Jonh Donne: “Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; todos são parte do continente, uma parte de um todo”. -----*

----- *A voz ativa dos moradores do lote 561, demonstrada ao longo deste período, mostrou a vontade de colaboração e de união com as diversas entidades (nomeadamente, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Gebalis), no sentido da resolução do problema crónico aqui exposto. -----*

----- *O mesmo não se pode dizer por parte das entidades acima mencionadas: a reciprocidade não tem existido. -----*

----- *O que os moradores vêm aqui hoje, mais uma vez exigir a Vossas Excelências, não é algo de transcendente e de realização impossível: o direito a uma habitação condigna e salubre deve ser, e é um direito universal, e não categorizada ou diferenciada a sectores da população. -----*

----- *Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Camara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, resta-me concluir esta minha intervenção, reiterando de novo o pedido que aqui apresentei nesta Assembleia Municipal dia 23 de Junho de 2015, que é o da sensibilização à Câmara Municipal, também enquanto nosso Senhorio, para que as obras se iniciem o mais urgente possível e pedindo, encarecidamente, que se lembrem que ali moram pessoas*

*que precisam de uma habitação condigna que responda às suas necessidades e aos seus direitos e não somente um prédio que precisa de intervenções, acima de tudo, pessoas e não obras.*-----

----- *Muito obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Naturalmente, já sei que a Câmara tem a intenção de lançar esta obra e uma empreitada preparada e, portanto, estão os prazos do concurso a decorrer, mas o que vocês querem é uma resposta concreta, portanto, eu não vou antecipar, vou pedir formalmente, essa resposta à Câmara, os moradores que estão a assistir, não sei se sabem, mas, nestas sessões da Assembleia Municipal, a Câmara não pode responder às questões, quem tem que responder, sou eu e, neste momento, não tenho informação toda, vou pedi-la à Câmara, vou naturalmente, fazê-la chegar ao bairro e, naturalmente, todos os Senhores Deputados, e a própria Câmara, estão interessados em que este problema fique resolvido, por todas as razões e porque, naturalmente, isto ainda por cima, foi alvo de uma petição e, portanto, é um assunto que precisamos mesmo de ver resolvido o mais depressa possível, portanto, podem contar com o nosso empenho, nesse sentido, e depois daremos a resposta, em concreto.

----- Não sei se posso garantir, àquilo que é Catarina pediu relativamente a algumas pessoas aqui presentes do bairro, que este Inverno já não têm chuva no prédio, não sei se posso garantir porque já estamos em outubro, mas vamos ter, com toda a certeza, uma resposta muito concreta, com datas e prazos, e quando é que as obras começam e quando é que as obras acabam, e com a um pedido que irei fazer para que a obra seja acompanhada pela Associação de Moradores, para termos a certeza que ela é bem feita porque uma das queixas que também ouvi é que, às vezes, as intervenções são feitas e depois, as pessoas queixam-se que elas não foram bem feitas. Vamos garantir que isso não é assim, e obrigada pela vossa militância, enfim, pela vossa vigilância e, também, por virem aqui à Assembleia Municipal trazer o problema.

----- Vamos passar à Senhora Ana Vieira Isidro é um pedido de habitação que já esteve cá várias vezes. Eu vou pedir à Senhora Ana para voltar a usar da palavra. Se faz favor.” -----

----- **A Senhora Ana Vieira Isidro** residente na Rua Vasco Mendonça Alves, nº 5, R/chão C, 1900-434 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos, Doutora Helena Roseta, Senhor Presidente da Câmara Municipal, e a todos os que participam nesta reunião.* -----

----- *Senhores Deputados, é a quinta vez, salvo erro, que eu venho aqui, fazer uma reclamação, porque eu sou portuguesa, canto o fado de borla, e sou explorada. Estou nas rádios, sou património nacional, acho que não canto mal, então, é assim, há dez anos, que o meu caso dura, fui dada com brasileira, sei lá o que me têm feito, só me falta estar à porta e darem-me um tiro, assaltaram-me a casa, sei lá o que me têm feito.*-----

----- *Sou do Beato, nasci na Picheleira, o meu pai foi encarregado, o meu primo treinava o Vitória da Picheleira, sou vieira, uma mulher honrada, não ando a roubar, nem a traficar, nem me vou prostituir com esta idade.* -----

----- *Eu tenho direito a uma casa porque as assistentes de Moscavide vem reclamar ali do entreposto, só ajudam os ciganos, vêm sem bilhete de identidade e são atendidos na hora, não sei o que se passa, se é medo, se não é.* -----

----- *Também, não sou refugiada, nem brasileira, sou património nacional e eu quero uma casa porque estou sujeita a ir para a rua.* -----

----- *Já há um ano que isto dura que eu estava a receber rendimento sem estar inscrita, isto está muito mal contado, não é? Que eu não podia estar a receber rendimento mínimo sem estar inscrita. Seis meses, nem um ano foi, cortaram-me em março. Depois, fui a Picoas, que já não era no Conde Redondo a pé, andei nas carrinhas “Vida e Paz” a comer, por isso estou gorda é de comer massas e arroz, é assim, porque não ando a roubar.*-----

----- *E queria que resolvessem o meu caso, Doutora Helena Roseta e o Senhor Fernando Medina, os indicados sobre este caso, porque elas não são assistentes sociais, elas são umas carrasacas. Fui posta por um braço, que me aleijaram, com um segurança, defender os meus direitos, deixam-me a falar sozinha, lá em Moscavide, onde é que são assistentes sociais? Eu não sei. Até podiam ser minhas filhas e eu, já passou um ano, posso ir para a rua porque a casa está em nome de outra pessoa, e não tenho dinheiro para pagar renda, e estou há dois anos na casa sem pagar a renda. E eu acho que tenho direito a uma casa e é a única coisa que peço, uma casa barata.*-----

----- *Não tenho mais nada a dizer, estou à espera.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Senhora Ana, nós já conhecemos a sua situação, já foi analisada várias vezes, efetivamente, teve vários pedidos de habitação feitos à Câmara nenhum deles teve sucesso, o último, em 2015, esteve a candidatura apresentada, estava na lista definitiva e, como sabe, agora, a atribuição das casas da Câmara é por lista, de acordo com a pontuação que é feita, com as características de cada agregado familiar da sua família, estava para um fogo tipologia T1, no lugar 132, portanto, à sua frente estavam 131 famílias, por isso, ainda não chegou a sua vez. -----

----- A informação que eu tenho é que, neste momento, tem que provar essa candidatura. E quanto a essa queixa que fez das assistentes sociais que procederam mal consigo, penso que deverá falar, eu não percebi se eram as assistentes sociais da Gebalis, se eram da Junta, não percebi, terá que endereçar, naturalmente, uma reclamação à entidade que essas assistentes sociais dependem, porque não é suposto ser esse o papel delas, e algum incidente que terá ocorrido deve ser verificado, porque, naturalmente, as assistentes sociais têm um trabalho difícil, mas os municípios têm também, que ser bem tratados, portanto, às vezes as coisas, os ânimos exaltaram-se e temos que ultrapassar essas questões, mas não podemos deixá-las ficar em branco. Só agradecia que depois esclarecesse, não agora, aqui, ao microfone, mas depois esclarecesse de quem se está a queixar. -----

----- Quanto ao Mais, Senhora D. Ana, eu aconselho-a a ir, novamente, ao balcão da Câmara Municipal de Lisboa para renovar a sua candidatura. A única coisa que tem de entender, e é isto que é importante, as casas da Câmara são atribuídas por pontuação, e

é preciso saber qual é a sua pontuação. A sua candidatura está lá, e está com a sua pontuação, e está lá, tem de esperar a sua vez porque há pessoas que estão, eventualmente, ainda pior que a Senhora D. Ana e essa é a razão principal porque é que ainda, não lhe foi atribuída a casa. Agora, acaba por vir a sua vez, portanto, isto é o que lhe posso dizer por agora. -----

----- Muito obrigada. -----  
----- Não sei se a Senhora Maria Margarida Vasconcelos Ferreira já chegou? Já está presente, então é a sua vez.”-----

----- **A Senhora Maria Margarida Loureiro de Vasconcelos Ferreira** residente na Avenida Barbosa do Bocage, nº122, 3º esquerdo, 1050-033 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa tarde a todos os presentes, desde já agradeço a vossa atenção e agradeço mesmo porque para estar, hoje, aqui, neste momento, houve trabalho, preocupação e tempo de muitas pessoas que, sem se conhecerem, se uniram neste exercício de democracia. -----*

----- *“O que fica do que passa”, é um belíssimo texto de Jorge Silva Melo para o catálogo da minha última exposição, chamam-me Margarida Jardim e sou artista plástica e museóloga. E é do que fica, do que passa, que vos venho aqui falar de memória, mas da memória viva. -----*

----- *Vivo há 21 anos nas avenidas novas, mercearias, drogaria, oficinas, pequenos negócios familiares, têm vindo paulatinamente a ser substituídos por mais uma loja gourmet, por mais uma pizzaria, por mais um prédio para turismo de habitação. Dir-me-ão é inevitável, é a Lisboa moderna. Será? Será que modernizar é sinónimo de descaracterizar? -----*

----- *O que me traz, hoje, aqui, em representação de mais de mil peticionários, é a defesa da porta nº 78 da Avenida Conde Valbom. A Central das Avenidas mais conhecida pela Tasca do João, o João do carvão, loja com alvará desde 1927, e não é só pelos petiscos deliciosos da dona Glória, nem pela simpatia do Senhor João, é mais do que isso, é que este espaço encerra um bem raro nos tempos que correm, é um espaço com alma, e é isso que o torna único e genuíno, tem as marcas de uma Lisboa do início do século passado, a Lisboa dos galegos, dos latoeiros, dos padeiros à porta, a Lisboa dos homens de boina, couve debaixo do braço, cultivada, ainda, nos quintais das Avenidas Novas, onde certas mulheres eram tratadas por Madames, e outras por meninas, onde se vendia fiado com marca a giz atrás da Pipa. -----*

----- *A Tasca do João permite-nos fazer uma viagem no tempo, dessa Lisboa antiga à Lisboa dos dias de hoje. Nas mesmas mesas corridas, nos mesmos bancos corridos, sentam-se, hoje, lado a lado, os operários ucranianos das obras locais, com os funcionários da Fundação Calouste Gulbenkian, uma mãe com a catequista do seu filho, estudantes universitários ao lado de reformados que, na Tasca do João, ainda hoje, jogam à moeda. Em mais lado, nenhum das Avenidas Novas acontece isto.-----*

----- *Se queremos fazer de Lisboa uma cidade moderna, mas com alma, não podemos deixar desaparecer os espaços que lhe conferem a sua identidade e fazem a sua diferença, são os contrastes que criam a dinâmica de uma cidade com vida. -----*

----- *Para inovar não que ser apagar, modernizar não te que ser esquecer, a memória é um valor vital, não queremos uma Lisboa que sofra de Alzheimer. A Tasca do João é maior que a Tasca do João, porque é património imaterial coletivo, não pode ser apagada.* -----

----- *Muito obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Muito obrigada nós, pela intervenção. -----

----- *Tinha aqui a indicação que vinha entregar uma petição, muito bem, pode só anunciar o que é a petição.*” -----

----- **A Senhora Maria Margarida Loureiro de Vasconcelos Ferreira** referiu o seguinte: -----

----- *“Portanto, eu vou entregar mais de mil assinaturas em defesa da Tasca do João que está ali sentado, portanto, para que ela não seja apagada da memória coletiva.”* -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada, portanto, registamos este apelo que nos vem destes moradores e vizinhos, certamente do senhor João. Também fui vossa vizinha, na minha infância, porque a Conde Valbom era uma das ruas da minha infância e lembro-me bem de por lá passar.-----

----- *Vamos dar seguimento a esta petição, ela será apreciada pela Comissão como tem mais de mil assinaturas, quando estiver apreciada, serão chamados, novamente, cá com mais tempo para explicar o que pretende, e ver o que é que a Assembleia Municipal pode fazer em vossa defesa.* -----

----- *Posto isto, nós terminámos as intervenções de hoje. Há um pedido suplente que eu penso que podemos ouvir, porque se deslocou, expressamente, cá e temos alguma flexibilidade, nestas coisas, o senhor Rui Sousa Costa, da Rua Dona Filipa de Vilhena, e é para falar sobre o estado da cidade e, portanto, dada a oportunidade do tema., queria pedir que viesse, antão, usar da palavra.* -----

----- *Eu acho que não é a primeira vez que vem, e portanto, relembro que são os três minutos que tem para apresentar a sua questão.*” -----

----- **O Senhor Rui Sousa Costa** residente na Rua Filipa de Vilhena, nº 4, 3º Direito, 1135 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, os meus cumprimentos.* -----

----- *As minhas primeiras palavras são para si, Senhora Presidente, para lhe agradecer a forma como os seus serviços têm tratado das minhas a intervenções, aqui, na Assembleia Municipal. Deixo-lhe, aqui, a minha gratidão.* -----

----- *Também, gostava de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-presidente, aos Vereadores e aos Deputados que têm tratado da zona onde resido, que é a zona do Arco do Cego. São muitos os problemas, alguns já foram resolvidos, outros estão em resolução, e eu faço um pedido expresso ao Executivo da Câmara, que qualquer medida que venham a tomar, tenham, por favor, em conta, se assim o entenderem, as posições tomadas pelos moradores da zona, conhecemos aquilo há vários anos, os problemas são vários, a Câmara tem feito o melhor que*

pode e sabe, mas nós, também, temos algumas ideias que gostaríamos que fossem corroboradas pelo Executivo da Câmara. -----

----- E apresento, agora, uma sugestão, que o tempo é escasso, que é a seguinte; para que esta cidade seja mais limpa e se possa viver melhor, que sejam aplicadas coimas, depois de uma ação de sensibilização, a todos aqueles que colocam, ou mandam colocar, publicidade no mobiliário público e o privado. -----  
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Muito obrigada. -----

----- A sugestão é bem-vinda, e tomamos devida nota e pronto, foi feita a sua comunicação que iremos enviar à Câmara pode, a Câmara querer fazer algum comentário. -----

----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções do público, vamos entrar agora no ponto único dos nossos trabalhos, o debate anual sobre o estado da cidade, este é um debate que ocorre apenas uma vez por ano e, dado que o mandato terminará em outubro do ano que vem, presumo que será o último debate do estado da cidade, neste mandato. E, portanto, tem este picante, ser a última vez que temos a oportunidade de dedicar uma sessão inteira a discutir o estado da cidade, se bem que, em muitas outras sessões a gente discute esta matéria. -----

----- Lembrar como é que isto vai decorrer, como é que o Regimento diz que isto funciona, o formato do debate é o seguinte: -----

----- Em primeiro, uma intervenção do Presidente da Câmara seguida de um período de perguntas e respostas, findo o qual deve começar debate generalizado. Portanto, a seguir à intervenção da Câmara, os grupos que quiserem fazer perguntas sinalizam, fazem as suas perguntas, o Senhor Presidente da Câmara responde, tudo isto nos tempos respetivos, que é um tempo global para a sessão toda, depois desta resposta do Senhor Presidente da Câmara, então as intervenções são distribuídas de acordo com os pedidos de palavra que houver, e seguem-se, naturalmente, vamos fazê-las intercaladamente, como costumamos fazer, ou seja, não pomos duas pessoas seguidas, no mesmo grupo, a falar, vamos fazer rondas tantas quantas as necessárias para todos poderem esgotar o seu tempo.-----

----- Lembro que, depois, a intervenção final é do Senhor Presidente da Câmara que tem cinquenta minutos para a totalidade, para a intervenção inicial e para a intervenção final, penso que é isto, tem cinquenta minutos para a totalidade, portanto, a Câmara também tem que gerir o seu tempo com algum cuidado, uma vez que os partidos são muitos e todos eles trazem questões e, portanto, posto isto, penso que estamos em condições de começar. -----

----- E tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara, temos o gosto de o ouvir.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD)**-----

----- **PONTO ÚNICO – DEBATE ANUAL SOBRE O ESTADO DA CIDADE, AO ABRIGO DO ARTIGO 41º DO REGIMENTO; GRELHA E (5X GRELHA B) MÁXIMO 5 HORAS.**-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é um gosto poder-me dirigir a esta Assembleia no debate anual sobre o estado da cidade.-----

----- E terei de começar por um ponto importante, porque ocorreu nos últimos dias, que é o facto de a Câmara ter sido notificada da decisão do Tribunal Arbitral relativamente ao processo Bragaparques. A informação que quero prestar é que a Câmara decidiu recorrer dessa decisão, e recorrer para os tribunais administrativos. E fizemo-lo porque entendemos que a decisão que está proposta pelo Tribunal Arbitral não corresponde, minimamente, ao que pode ser considerado justo, ou adequado, face a situação gerada. É bom, talvez relembrar que este processo tem uma longa história nesta cidade, e nesta Câmara. É um processo que começa com a vontade da Câmara de utilizar os terrenos do Parque Mayer e de aceitar a alienação dos terrenos de Entrecampos. -----

----- Conhecemos, também, depois, que essas decisões, e tudo o que se lhe gerou, foram anulados pelos tribunais, nos anos de 2010, e de forma definitiva, nos anos de 2012. E que a Câmara procurou, face ao titular das ações, um acordo global para a sua resolução. Tal não foi possível. Foi possível um acordo parcial, um acordo que conseguisse estabilizar a propriedade de Entrecampos, sem litígios, um acordo que permitisse a propriedade do Parque Mayer, em definitivo, nas mãos da Câmara de novo, e que permitisse estabilizar o mínimo da compensação a pagar perante essa decisão do tribunal, o que foi feito. E ficou, também, definido que as demais questões que impediam que a posse plena da propriedade da Câmara ocorresse, que fossem dirimidas por um tribunal arbitral que, em caso de discordância, que fossem dirimidas nos tribunais comuns. É isso que, no fundo, vai acontecer. -----

----- Não conformados com a decisão do Tribunal Arbitral, iremos recorrer para os tribunais administrativos, para que possa ser proferida nova e melhor decisão. -----

----- Gostava de frisar que o que nós temos feito, relativamente a este processo, é um processo que muito mais do que justificar e procurar as razões, ou as culpas da situação do passado, é como procurarmos as soluções para o avanço que estes dois problemas importantes no desenvolvimento da cidade. É por isso que, em breve poderemos ter as notícias, teremos as notícias de abertura do Capitólio, do Plano de Desenvolvimento Capitólio e do início das obras no Teatro Variedades, e que procuraremos o melhor momento para alienação dos terrenos de Entrecampos. -----

----- Gostava de frisar um ponto importante, esta decisão de recurso que o município toma, é uma decisão que o município toma porque pode tomar, porque temos hoje a saúde financeira, temos hoje a estabilidade, temos hoje os recursos que nos permitem ter o tempo, e tomar as opções para a melhor defesa dos interesses patrimoniais do Município e da Cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, não seria esta a forma natural de começar um debate sobre o estado da cidade, mas trata-se, no fundo, de um *dossier* de grande importância para a nossa gestão, e não poderia não o iniciar, prestando este esclarecimento à Câmara. -----

----- Tomámos uma decisão de anunciar o recurso, porque a podemos tomar, e porque ela corresponde, no fundo, à melhor defesa dos interesses do município.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o debate do estado da cidade é um debate importante no momento em que fazemos um balanço sobre a situação, os nossos recursos, as nossas potencialidades mas, também, os desafios que temos pela frente. -----

----- Eu acho que não nos enganaremos se fizermos uma leitura da cidade, que a cidade de Lisboa vive, hoje, um momento único no seu desenvolvimento e do ponto de vista das oportunidades de crescimento, de emprego e de investimento. Vivemos esta oportunidade, e vemos este momento excepcional, em várias décadas, em que a combinação do turismo, o dinamismo nos serviços, mas Startup's e a recuperação do mercado imobiliário, está a fazer a reabilitação urbana da cidade, está a fazer rejuvenescer a base económica da cidade e está a fazer um dinamismo que há muitas décadas, a cidade ansiava, e não tinha. E perante este quadro, perante este contexto, há dois riscos que nós não podemos cometer:-----

----- O primeiro risco é o risco da inação, é o risco do medo, é o risco da paralisia, é o risco do auto contentamento, isto é, é o risco de acharmos que, perante a situação que temos, nada devemos fazer, porque simplesmente as coisas estão a ir bem. É um risco que nós, na Câmara não aceitámos e, por isso, temos em marcha um ambicioso programa para projetarmos o futuro da cidade mas, também, para lidar com as questões colocadas pelo seu desenvolvimento. -----

----- E este é, no fundo, Senhora Presidente, o segundo o segundo risco, o risco que nós não podemos cometer numa governação responsável da cidade que é ignorar que o processo de desenvolvimento que nós estamos a viver, gera em si tensões gere em si, ele próprio desafios que é preciso endereçar, resolver e enfrentar, mas gera, também, riscos do ponto de vista da exclusão social que é essencial uma visão progressista da cidade, enquadrar dentro de uma estratégia de desenvolvimento, porque a questão, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é que os problemas da inclusão social, os problemas dos riscos de exclusão que cresceram muito nos anos da crise, tenderão a agravar-se assim, a cidade seja mais bem-sucedida num modelo de desenvolvimento mais assente em inovação, em conhecimento. E quem ignorar isto, falhará na justiça que é devida a todos os nossos concidadãos, falhará uma visão democrática, de uma cidade cosmopolita, mas falhará, também, o desafio do desenvolvimento da cidade, porque temos uma cidade com menos desigualdades, temos uma cidade mais coesa, temos uma cidade mais integrada é, como digo, não só um desafio da justiça, é não só, um desafio da ética, mas é também um desafio da sustentabilidade do desenvolvimento económico e social. -----

----- É por isso que a Câmara tem um programa que enfrenta estes desafios e, por isso, a câmara tem uma equipa determinada em enfrentar estes desafios, isso mesmo foi, ontem, comprovado com a assinatura com o Banco Europeu de Investimentos, de um programa-quadro que vai permitir ao Município de Lisboa, dispor dos recursos financeiros para a execução da sua visão estratégica de médio prazo. -----



----- Gostava de frisar este aspeto que é um aspeto de grande importância; Lisboa é o primeiro município da Europa que beneficia do Plano Juncker, Lisboa o primeiro município que beneficia de um quadro estável de médio prazo para poder financiar as suas opções de desenvolvimento, e ora, aqui está, um excelente exemplo, comparando uma realidade de Lisboa não ter acesso a fundos de coesão em dimensão que tenha qualquer significado para as nossas necessidades de investimento, aqui fomos procurar no Plano Juncker, nas iniciativas comunitárias os financiamentos para o nosso desenvolvimento estratégico. Mas este programa e a assinatura, ontem, feita representam um segundo elemento, representam um elemento de confiança na capacidade e na solidez financeira do Município de Lisboa, porque, hoje, ele é assinado com o Município de Lisboa, porque o Município de Lisboa tem hoje uma situação financeira sólida, uma situação financeira garantida para o futuro e a assinatura que nós fazemos com condições únicas do ponto de vista dos financiamentos, representa, precisamente isso, a confiança das instituições comunitárias no desenvolvimento e no futuro da Cidade de Lisboa.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a nossa visão para a Cidade de Lisboa assenta em quatro pilares fundamentais:-----

----- O Primeiro, dos quais, a competitividade da cidade, o fortalecimento da nossa base económica, a subida da nossa base económica do ponto de vista da produção do valor, do ponto de vista da produção do investimento e do emprego, o que a cidade de Lisboa, hoje, representa no país é a parte mais moderna e mais desenvolvida do país, dispomos dos recursos humanos mais qualificados, somos a maior fábrica de produção de talentos, dispomos, hoje, das instituições com energia, com a vontade e com a criatividade para puxar pelo Portugal moderno que temos, no nosso país.-----

----- E neste processo de desenvolvimento, hoje, muito visível no turismo, nos serviços, nas Startup's, tem que ser puxado e tem que ser estimulado, porque o erro que nós não podemos cometer é o erro da inércia, é o erro de ficar a achar que tudo isto nos acontece por sorte, ou por bonança, e que nada temos que cuidar. Não, temos que cuidar, temos que cuidar da sustentabilidade deste desenvolvimento, temos que cuidar que as forças que puxam a cidade para a frente, continuarão a puxar a cidade para a frente, durante mais tempo, e que os riscos que se colocam sobre a sustentabilidade do seu desenvolvimento, são atacados.-----

----- É pois, com gosto que vos digo que a aposta que fizemos na atração da Web Summit vai ser uma aposta bem-sucedida, não para um evento, não por uma conferência, não por um momento, mas com uma extraordinária oportunidade que nos é dada durante três anos, de sermos o palco de um dos maiores e mais importantes eventos nas tecnologias de informação. E o nosso grande desafio é aproveitar essa oportunidade para estabelecer, aqui, em Lisboa, as bases de muitas empresas, de fixar novas empresas, de fixar novos jovens de outras nacionalidades que para, aqui, queiram vir, fixar, criar as suas empresas, alargar as redes das Startup's existentes, criar novas oportunidades para os serviços, por toda a cidade. -----

----- A Startup em Lisboa, posso já, hoje, anunciar, a Websummit será o maior evento organizado pela Websummit. Teremos, já em Lisboa confirmados mais de sessenta

mil participantes, contra os quarenta mil que estiveram na última edição, na Irlanda, e já estão confirmados participantes de mais de cento e sessenta nacionalidades. Lisboa vai ser o palco de uma iniciativa, profundamente, cosmopolita e vamos saber, e temos que saber agarrar, esta oportunidade, com todas as mãos.-----

----- Em segundo lugar, nós temos que puxar pela sustentabilidade do turismo na cidade, isto significa continuarmos a investir na criação de novas atividades para o setor do turismo, porque o setor do turismo precisa que a cidade se renove, se qualifique, se modernize, é por isso que tenho o gosto de anunciar que, já na próxima quinta-feira, podemos levar à Câmara a proposta da primeira aprovação, as primeiras quinze iniciativas e projetos do fundo de desenvolvimento turístico, muitos já foram aqui falados e referidos, falo de obras emblemáticas como a recuperação da Gare Sul e Sueste, e a recuperação restante daquela frente que tantas, e tanto dano causa à nossa imagem e à vida da nossa cidade, falo do projeto da criação do Polo Museológico da Ponte 25 de Abril, falo naturalmente, do projeto emblemático de encerramento do Palácio da Ajuda. Mas este programa e este fundo de desenvolvimento turístico, que tantos e tantos criticaram, minorizaram, ridicularizaram, aliás, permitam-me vos dizer cometendo um dos riscos que nós não cometemos que é o risco da inércia e o risco da soberba, que achar que tudo está bem, que é melhor não mexer em nada, que é melhor não tomar nenhuma iniciativa, todos aqueles que pensaram assim, enganaram-se, porque o fundo de desenvolvimento e sustentabilidade turística o que vai fazer é cuidar dos investimentos futuros para nós mantermos a cidade atrativa para o turismo, mas vai, também, financiar os investimentos necessários à proteção da cidade face ao afluxo turístico que nós temos.-----

----- Foi, já, noticiado que o fundo de desenvolvimento turístico irá financiar o programa das lojas com história, que a munícipe que aqui, veio falar, tão bem referiu, e uma realidade essencial na preservação da nossa cidade. Mas quero, aqui, também, anunciar que uma das primeiras decisões do fundo de desenvolvimento turístico, será financiar e apoiar as Juntas de Freguesia com maior intensidade de turismo, na aquisição de meios adicionais para o reforço dos seus serviços de limpeza, porque a verdade é esta, é que faz mal quem teme o desenvolvimento do turismo, mas faz igualmente, mal quem ignorar os impactos que o turismo traz na vida da cidade e, por isso, o que nós temos que fazer é conseguir o equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e sabermos gerir, de forma adequada, as externalidades negativas que ele provoca. Ignorar, por exemplo, que a lei de financiamento das autarquias, neste caso, das Juntas de Freguesia e mesmo a reforma administrativa da cidade tem por base, no seu fundamental critérios de população residente, e que não é suficiente para o financiamento das áreas de maior intensidade turística, é uma realidade que nós temos que enfrentar, e o sinal que, hoje, aqui, damos é um sinal muito claro, é um sinal de que o fundo de desenvolvimento turístico da cidade vai apoiar a aquisição de serviços de higiene urbana, por parte das Juntas de Freguesia, daquelas Juntas com maior intensidade turística, porque reconhecemos que os atuais instrumentos não são suficientes e reconhecemos para que, possamos ter uma boa compatibilidade entre

residentes, população turística e um bom desenvolvimento do setor do turismo, precisamos de reforçar os meios financeiros dessas mesmas Juntas de Freguesia. -----

----- Senhores Deputados, na frente da economia é importante, também, aproveitarmos as oportunidades que a deslocalização dos centros empresariais da Europa nos está a trazer a Lisboa. Lisboa é, hoje, vista como uma cidade pacífica, uma cidade cosmopolita, uma cidade que está na boca do mundo, nós temos que saber aproveitar essas oportunidades para atrair para Lisboa, temos de saber aproveitar este momento, para atrairmos novas empresas, novas instituições, novos empregos, em particular, empregos qualificados com sustentabilidade futura. -----

----- É por isso que gostava de anunciar, aqui, que apresentaremos até ao final do ano, o plano integrado para o desenvolvimento da Praça de Espanha que estabilizará três frentes fundamentais:-----

----- Em primeiro lugar, uma batalha muito importante desta assembleia, em particular, aqui, da nossa Presidente que é a manutenção e desenvolvimento do IPO na Cidade de Lisboa. O acordo que foi chegado com o Instituto Português de Oncologia e da possibilidade da criação de um novo equipamento do novo edifício, nos terrenos da Câmara Municipal de Lisboa, dentro do atual enquadramento do IPO, o que irá dar, não só, melhores condições para o desenvolvimento do IPO na cidade, mas irá, também, assegurar a perpetuação do IPO no centro da Cidade de Lisboa.-----

----- Já foi anunciada, também, a realização de um concurso de ideias para o desenvolvimento da alteração da rede viária e desenvolvimento do Parque da Praça de Espanha, mas quero anunciar, aqui, que lançaremos uma hasta pública relativamente a terrenos da Câmara Municipal de Lisboa, naquela zona, no sentido de podermos reforçar a oferta de escritórios de qualidade na cidade de Lisboa. A verdade é esta, nós, para atrair os mais emprego e retermos mais emprego qualificado, a cidade necessita de mais espaços para escritórios e esta é a oportunidade para o fazermos, é a oportunidade em que há movimentos internacionais de deslocalização de empresas, é a oportunidade em que a procura surge, e a oportunidade que a cidade tem para se requalificar e criar uma nova oferta de espaços para escritórios. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, o segundo pilar da nossa estratégia de desenvolvimento prende-se com a qualidade de vida, com a devolução da cidade às pessoas e com o desenvolvimento do conceito da cidade de bairros. Sabemos bem que a Cidade de Lisboa se desenvolveu ao longo, a Cidade de Lisboa e a Área Metropolitana, num conceito de residência na periferia do centro da cidade, de emprego no centro e da utilização massiva do automóvel como meio de transporte dos locais de casa para o trabalho. Ora, é preciso mudar esta realidade, é preciso mudar esta realidade porque esta realidade é altamente lesiva da qualidade de vida das pessoas e é preciso mudar esta realidade porque ela é lesiva do funcionamento da cidade. -----

----- Nós lidamos, durante muito tempo, com as consequências deste desenvolvimento da Área Metropolitana, porque o crescimento das zonas periféricas da cidade de Lisboa correspondeu os problemas da reabilitação urbana no centro. Os problemas do crescimento das zonas limítrofes da cidade de Lisboa corresponderam os problemas da

falência do comércio tradicional e a criação de grandes zonas comerciais nos interfaces de mobilidade. Nós sabemos que este crescimento assimétrico provocou os problemas da desertificação e da falta de investimento nas infraestruturas básicas de educação, de saúde, e a necessidade de novos investimentos nos novos municípios que continuavam a crescer da população. E sabemos, também, que este modelo de desenvolvimento se traduziu na ausência de um sistema de transportes públicos com um mínimo de confiança e de eficácia para servir as populações, numa utilização do automóvel em índices de qualidade altamente indesejáveis. Ora, precisamente para contrariar esta visão, esta realidade, este facto, que marcou a Área Metropolitana de Lisboa, aliás, Lisboa, do Porto e de outras Áreas Metropolitanas, é como forma de contrariar esta realidade, que nós temos vindo a desenvolver o conceito de cidade de bairros cidades onde uma cidade, onde o ponto de vista urbano, a residência, o trabalho estejam mais próximos as instituições estejam mais próximos onde a mobilidade seja menos assente no transporte individual que possa vir a estar assente mais o transporte público, ou em meios que as pessoas tenham à sua vontade e à sua disponibilidade. No fundo, mais escolhas, escolhas diferentes para que as pessoas possam utilizar, uma cidade que favoreça o comércio tradicional de proximidade, uma cidade seja mais requalificada, uma cidade que não se renda a uma situação de trinta anos que nos condenou com níveis de qualidade de vidas altamente abaixo daquelas cidades mais desenvolvidas na Europa. -----

----- É, no fundo, isso que nós estamos a fazer, o que nós estamos a fazer é esta transformação. Numa cidade com a assimetria muito grande entre os locais de residência e trabalho e com formas pouco eficazes de mobilidade das pessoas para um conceito de uma cidade centrada nos bairros, muito mais multifuncional do ponto de vista de organização do espaço, com muito mais opções de mobilidade. -----

----- Não é um caminho fácil, não é um caminho rápido, não caminho, aliás, isento das críticas normais, aliás, daqueles que preferiam que tudo se mantivesse como está, mas é um caminho, absolutamente, essencial para que nós possamos ter uma cidade com mais qualidade de vida para as pessoas, para que nós possamos ter um padrão de qualidade devida altura das aspirações dos lisboetas. -----

----- Temos anunciado, ao longo dos meses, vários projetos importantes. Quero reafirmar aqui, aliás, relativamente a duas das intervenções mais importantes; a obra que decorre no eixo de Entrecampos e as obras na Frente Ribeirinha, que estão a decorrer dentro dos calendários previstos, e essas obras estarão disponíveis para a cidade, a primeira relativa a Entrecampos, no início do ano de 2017, e relativamente à Frente Ribeirinha, também, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2017. -----

----- Foi aprovada, também, acerca de quinze dias, na reunião de Câmara, que o desenvolvimento de um grande Projeto de Requalificação do Vale de Alcântara, no fundo, aquilo que é hoje e continua a ser, não direi aferida do processo das barracas, porque não o é, mas direi o que é uma zona que não teve, não foi cozida do ponto de vista urbano, a juntar duas partes tão importantes da nossa cidade. O Projeto de Requalificação do Corredor Verde de Alcântara é um dos projetos mais emblemáticos de cosermos a malha urbana da cidade, mas cosermos, através, do que é a construção

de zonas verdes de uma zona de utilização comum de circulação comum por todas as pessoas. Mas este projeto, esta visão de uma cidade de bairros, de uma cidade mais integrada passa, naturalmente, por muitas outras componentes; pela negociação dos transportes públicos com, a Administração Central, que ainda não está encerrada, pelo desenvolvimento do Projeto Uma Praça em Cada Bairro, que já vos dei notícia breve, passa, também, pelo reforço da capacidade da Polícia Municipal do ponto de vista da mobilidade, passa por várias e inúmeras iniciativas, mas gostava, aqui, de vos anunciar duas, em particular; a primeira das quais, uma medida que tem particular simbolismo para a vida e para o futuro da cidade, e o que eu gostava aqui de anunciar é que no dia três de novembro, nós iremos lançar a primeira pedra da nova casa da Feira Popular de Lisboa. Depois de uma decisão de encerramento, depois de vários anos de estudo e de dúvida, depois de uma negociação longa de aquisição dos terrenos, depois dos estudos necessários à sua concretização, o que hoje quero, aqui, anunciar é que as obras da sua construção da Feira Popular, em Carnide, irão ter início no dia três de Novembro. Irão ter início, através, das demolições das construções que ali se encontram, e que não terão lugar no espaço da nova feira, seguir-se-á a construção das novas acessibilidades, ao espaço, seguir-se-á, depois, o projeto da modelação dos terrenos, seguir-se-á depois o projeto e a execução do projeto do parque verde e seguir-se-á, no entanto, o processo de determinação da gestão de toda a área de lazer. -----

----- Aquilo que me para nós foi sempre claro é que, nesta visão da nova casa da Feira Popular de Lisboa, ela devia de assentar num modelo novo, diferente, moderno, fosse acima de tudo, um parque verde de fruição por todos e pelas famílias. Não foi fácil, não foi rápido mas, hoje, podemos estar em condições de dizer que os trabalhos vão iniciar, e que a cidade vai ter, de novo, a sua Feira Popular. -----

----- Também, anunciar, aqui, hoje, que estamos nesta frente e neste eixo, em condições de anunciar que estamos a executar, e queremos executar ao longo do ano de 2017, um programa de criação de sete mil novos lugares de estacionamento pela cidade, sete mil novos lugares. Que mais que duplicarão a capacidade dos estacionamentos e dos parqueamentos, atualmente, sob gestão da EMEL, e friso que não se trata do alargamento das áreas de interferência da EMEL, trata-se da criação de lugares de estacionamento. Estacionamento, em primeiro lugar, para residentes, de acordo com modalidade, atual, de utilização dos serviços da EMEL. Trata-se, em segundo lugar, de acesso e mobilidade de estacionamento para residentes através de parques com avenças reduzidas, mas trata-se, também, da criação de parques próximos da estação de metro, ou de grandes vias dos transportes para permitir uma utilização mais forte do transporte público, parques que estarão acessíveis com verba e com bilhete reduzido, simbólico para todos aqueles que sejam frequentadores do transporte público. -----

----- Gostava de dar a informação à Assembleia do seguinte: este programa já se iniciou. Neste momento, já abriram quatro destes parques, dois na Freguesia de São Vicente, um em Campo de Ourique, e um no Casal Vistoso. -----

----- No fim de 2016, Senhores Deputados peço atenção, no final de 2016, estarão disponíveis mais quinze parques pela cidade, num total de mais de dois mil lugares,

vão ser em Alcântara, em Alvalade, no Areeiro, em Belém, em Campolide, no Lumiar, em Marvila, em Santo António e em São Domingos de Benfica. E no primeiro trimestre de 2017, estarão abertos mais onze, no Areeiro, em Belém, em Benfica, em Campolide, no Lumiar, na Penha de França, em Santa Clara, em São Domingos e em São Vicente, e no segundo e terceiro trimestre de 2017, estarão disponíveis mais onze.

----- A proposta que nós fazemos, relativamente, a estes parques foi uma proposta simples, criativa, que é utilizarmos todas as parcerias que pudermos, com todas as instituições, para podermos disponibilizar, com rapidez, lugares que não estavam a ser utilizados. E fazemos outra coisa, fazemos uma utilização temporária de lugares que, hoje, não são utilizados e espaços que não estão utilizados, pela cidade, porque os loteamentos não avançaram, porque as propriedades não progrediram, porque há um adiamento de alguma, ou aquela decisão de investimento, e podemos utilizar esses parques, essas zonas, para construir parques que sirvam, temporariamente, as necessidades das pessoas. -----

----- A verdade, Senhores Deputados é que, mais uma vez, aqui, mostramos que a inércia é inimiga do desenvolvimento da cidade, porque a verdade é que muitos olhavam para esses locais e diziam: “ não, não podemos fazer, porque aqui vai nascer isto, vai nascer aquilo, há outra opção, há outra ideia, outro pensamento”. A nossa abordagem é muito mais prática, é muito pragmática, temos um espaço, temos uma oportunidade, temos um período previsível de alguns anos sem utilização, vamos utilizá-lo numa solução económica para providenciar soluções de residentes. Isto que está a acontecer, não é um anúncio de um programa futuro, é um programa que está a ser executado, hoje, já tem realidades, hoje, que terá lugares abertos, no final, significativos, deste ano, no primeiro trimestre do próximo ano e que, naturalmente, se adaptará aos lugares que forem surgindo, aos espaços que forem surgindo e a todas as oportunidades que nós formos encontrando. É, pois, uma atitude prática, sensata de podermos melhorar a qualidade de vida dos residentes da cidade de Lisboa e totalmente compatível com uma visão de sustentabilidade da cidade no médio prazo, porque o que isto vai permitir é melhor qualidade de vida para os residentes mas, também, mais oportunidades de escolhas de mobilidade por parte dos residentes, tendo estas opções para poderem deixar os seus carros, seja residentes, seja aqueles que entram na cidade, poderão estar mais livres para escolher outras opções de mobilidade.

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos chamado, muitas vezes, a atenção que o processo de desenvolvimento da cidade, que o estado da cidade, cometerá um erro grave a olhar para a cidade de Lisboa se se ficar pela cidade moderna, cosmopolita e aberta, que é hoje a cidade de Lisboa. Quem olhar para a cidade e se vir isto está a cometer um erro, porque só está a ver uma parte da cidade e quem olhar para o futuro da cidade de Lisboa, deixando que todo o futuro vai ser assim, também, estará a cometer um erro sobre a visão da cidade. Porque a verdade é que a cidade de Lisboa é hoje uma realidade mais complexa, mais heterogénea, mais difícil do que foi em algumas épocas do passado, e a verdade é que o processo de desenvolvimento que estamos a trilhar, absolutamente, essencial, e absolutamente necessário, pode aumentar os riscos de exclusão, porque os riscos de exclusão, ao

contrário do que alguns julgam, não estão unicamente nas pessoas de menores recursos, ou nas pessoas de menor qualificação, esses são os clássicos identificados. ---

----- Hoje, os riscos de exclusão numa sociedade moderna e contemporânea são múltiplos, e estão em múltiplos estratos, estão nos idosos que não podem sair à rua, porque tem receio de sair à rua, são os idosos que não têm acesso à mobilidade e que ficam nas suas casas e nos seus locais, porque não têm dinheiro para comprar o passe para acesso aos transportes públicos, são os jovens que não têm habitação na cidade e que têm que procurar outra habitação fora da cidade, são aqueles que não encontram emprego e não encontram, aqui, a base económica para a satisfação da sua vontade de criar a sua vida, aqui, na cidade e constituir as suas famílias, aqui, na cidade. Os riscos de exclusão, hoje, não são os riscos clássicos mais confinados, aquilo que nos habituámos a ver como a população excluída. Não. Numa cidade contemporânea, complexa, como a cidade de Lisboa, os riscos de exclusão estão em várias e variadíssimas dimensões. -----

----- É por isso que um programa de inclusão na cidade de Lisboa é tão vital para o nosso desenvolvimento, porque pensarmos que uma cidade que se desenvolve quando há uma grande diferença do ponto de vista das condições de vida e das oportunidades, é um erro. E aqueles que acham, e à direita há muitos que acham, que primeiro se trata do crescimento e, depois, se trata da coesão, estão a cometer um erro. Primeiro, trata-se da coesão e o crescimento vem nessa decorrência. Não há crescimento sustentável numa cidade, numa cidade que não seja coesa, numa cidade que não seja integrada, não há, e quem tenha dúvidas sobre isso, basta ver o que está a acontecer nos países do centro e do norte da Europa que negligenciaram o carácter essencial da inclusão social. São esses que sofrem, hoje, as maiores consequências de terem falhado os desafios da inclusão, e são esses que estão sujeitos, precisamente, aos maiores riscos da fragmentação social e do seu próprio processo de desenvolvimento. -----

----- É por isso que este executivo, desde o início, colocou a questão da inclusão como a questão central do programa político, a questão da inclusão não é uma questão secundária, lateral, menor, diminuída, pelo contrário, é uma questão, verdadeiramente, central, alargada e transversal, não é uma questão que se coloque num tradicional departamento relacionado com os menos favorecidos, não, é totalmente transversal e aborda as várias políticas.-----

----- É por isso, que eu tenho gosto em anunciar, aqui, que nós demos início às obras da construção do Bairro da Boavista, um projeto por tantos e tantos ambicionado, por tantos e tantos assegurado, mas que agora está, verdadeiramente, a iniciar-se. Porque o projeto do Bairro da Boavista, o Projeto do Bairro da Boavista não é só a construção de habitação social, é recuperarmos uma parte, a parte mais degradada do parque habitacional municipal sim, mas é mais do que isso, é um exemplo para o futuro, porque o que nós temos na construção do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Boavista é que a habitação municipal não se distingue da habitação das classes médias que podem adquirir no mercado, não se distingue na sua qualidade, não se distingue nas suas valências, não se distingue as suas condições de habitabilidade, não se distingue do ponto de vista das soluções da eficiência energética, pelo contrário, são o exemplo da

nova e moderna construção na cidade. O que nós, hoje, podemos dizer com orgulho que é aquilo que estamos a fazer nos bairros municipais da cidade, é colocar os bairros municipais ao nível do que melhor se pode fazer com a construção na Cidade de Lisboa. -----

----- Durante esta decisão, esta medida tem um valor, de facto para as pessoas que vão habitar, que vão residir, que vão ver melhorar as suas condições de vida, mas tem outro valor simbólico muito mais importante, é o valor de que a Cidade de Lisboa é para todos, é o valor do que a Câmara Municipal não distingue, é o valor que aqui na Câmara de Lisboa não há políticas assistencialistas para lidar com os menos favorecidos, o que há são políticas que respeitam, na íntegra, a dignidade de todos os seres humanos que têm o direito, em Lisboa, ter a sua oportunidade para si e para as suas famílias. -----

----- Quero pois, anunciar, nesta linha, três elementos importantes, o primeiro, dos quais, atribuiremos até ao final deste ano, a milésima chave de habitação municipal. Significa que em todos os programas da Câmara, dos vários projetos, nas várias iniciativas, a Câmara terá de disponibilizar até ao final deste ano, mil casas para habitantes da cidade de Lisboa, mil casas para mil famílias na Cidade de Lisboa, mil famílias que não teriam condições de viver na Cidade de Lisboa, mil famílias que não teriam muitas delas condições de ter uma habitação se não fosse a política municipal de habitação. Uns dirão, é pouco. Mil famílias é um volume com significado, um volume importante do ponto de vista da política de habitação, é um valor importante do ponto de vista das oportunidades para as famílias. Mas não quero deixar de dizer que, obviamente, nós queremos ir mais longe e queremos ir mais além, porque a questão que, hoje, a cidade enfrenta não é só o problema da habitação municipal no sentido clássico como a conhecemos, tem tido oportunidade, aliás, várias vezes, aqui, nesta Assembleia de elogiar o trabalho de executivos anteriores na resolução e no avanço da construção da habitação municipal. Mas sinto por isso, sinto que obrigação deste executivo é ir mais longe e atacar sobre uma frente de risco de exclusão que hoje está a atingir setores das classes médias, das classes médias baixas, e até das classes médias, no acesso à habitação. É por isso que, este ano, e o próximo ano, será um ano do lançamento do Programa da Renda Acessível, com uma nova geração de políticas de habitação, uma nova geração da qual o país tinha desistido, da qual o país tinha abandonado, o qual o país não tinha reflexões, nem programa, e nós estamos, aqui, a construir e a inovar, num programa de cinco a sete mil habitações, em parceria com o setor privado para que, se formos bem-sucedidos, e tenho a convicção profunda, a convicção que nós temos que seremos bem-sucedidos, será programa que, em poucos anos, nos vai permitir alargar, significativamente, a resposta de habitação. -----

----- Porque a verdade, Senhoras e Senhores Deputados é que aquele que distingue hoje, e os riscos que, hoje, tem uma cidade como Lisboa no nosso processo de desenvolvimento, e aquilo que distingue hoje, aliás, Lisboa capital de outras capitais na Europa, como Berlim, ou Amesterdão, é precisamente a não existência, em Lisboa de forte mercado público de acesso à habitação para as classes médias, porque a questão é que todas as capitais enfrentam este desafio. O mayor de Nova Iorque



anunciou um objetivo de construir oitocentas mil novas habitações, ter oitocentas mil novas casas em renda acessível, Sadie Cannes anunciou, precisamente, o mesmo, Anne Hidalgo fez, exatamente, o mesmo, todas as capitais desenvolvidas e enfrentam este desafio, o encarecimento dos preços das propriedades e dos terrenos nos centros colocam riscos do ponto de vista da diversidade social de quem habita as cidades, e nós temos que ser claros sobre a existência deste risco, não é imoral, não é fingir que ele não existe, não é muito aquela cultura de alguns agentes políticos no país que é a chorar sobre um problema, ai que problema tão grave, não, a nossa obrigação é identificar o problema e com determinação agir para intervir sobre o problema. E, hoje, a situação do acesso à habitação pelas classes médias é uma questão da maior importância, o acesso dos jovens à habitação, uma questão de maior importância e é por esta razão que o programa de renda acessível é tão importante e o final deste mandato será marcado, certamente, pelo lançamento das primeiras iniciativas do Programa da Renda Acessível...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Presidente, eu não quero estar a interromper o seu discurso, mas apenas para sinalizar que o Senhor Presidente já gastou quarenta, praticamente, quarenta dos seus cinquenta minutos, portanto, peço que tenha isso em consideração porque, ainda, vai ter que responder a toda a gente e ainda, vai ter que fazer a intervenção final.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Sei, aliás, estou certo que vou beneficiar de algum tempo cedido pelas oposições pelo interesse que terão nas respostas. -----

----- Quero, ainda, sobre a frente da inclusão, dizer o seguinte; sinto que é minha obrigação dizer, aqui, que depois dos projetos que mais nos orgulha de termos incluído na lista indicativa de projetos a financiar pelo Banco Europeu de Investimentos são dois projetos centrais do ponto de vista da inclusão social da nossa cidade. Não foram as parangonas de nenhum lado, não levantarão as críticas de ninguém preocupado com obra, com automóveis, com nada disso, não, mas serão dois projetos, absolutamente, centrais sobre a melhoria da coesão social na cidade. É a aquisição da Quinta Mourisca na Freguesia de Santa Clara para que possamos unir a Freguesia de Santa Clara ao Lumiar, reduzimos os problemas da exclusão social que bate sobre uma parte importante da nossa cidade, incluir a freguesia na nossa cidade, e é, também, a ligação há muito equacionada das ligações que vão permitir resolver a ligação da Quinta do Lavrado à Gualdim Pais. São duas obras que eu estou certo que não levantarão nenhum entusiasmo, nenhuma mobilização, nem nenhuma parangona, mas são duas obras que nós não tivemos nenhuma dúvida em colocar, desde o início, no nosso programa de investimentos estratégicos para o futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, o quarto vetor do nosso desenvolvimento é a manutenção de Lisboa, uma cidade cosmopolita aberta que faz da diversidade um elemento central da sua identidade. -----

----- Tenho tido a oportunidade de falar sobre este assunto, muitas vezes, Lisboa é grande, quando é uma cidade aberta, capaz de acolher todos, independentemente, da

sua origem, da sua nacionalidade, do seu género, das suas orientações, de qualquer tipo de diferença, pelo contrário, Lisboa é grande quando aceita que a diferença é um elemento central da construção da sua identidade. Esta mensagem é, hoje, mais importante do que em qualquer outro momento das últimas décadas da nossa vida, porque a Europa e os Estados Unidos, isto é, o mundo ocidental, vive precisamente, os tempos contrários, os tempos em que o radicalismo, a intolerância estão a ganhar espaço no debate público e estão a ganhar espaço nas políticas de muitas cidades e de muitos países. Ora, nós, aqui, queremos dizer precisamente o contrário, que somos uma cidade que acolhe todos, que quer acolher todos, para que todos tenham a oportunidade de aqui concretizarem os seus sonhos e os seus potenciais. -----

----- Nesta matéria, muitas iniciativas poderiam ser destacadas, mas quero falar, em particular, da Cultura, porque é na cultura, precisamente, que se vê a expressão da nossa identidade, e a expressão da nossa diversidade. A cultura, e a cultura da cidade de Lisboa, e a cultura que emana a partir da cidade de Lisboa, é precisamente, isso, tem na sua origem as diferentes formas centenárias, milenares, que as originaram e que as moldaram, e é a partir dessas formas, dessa diversidade de formas, que ela se projeta para o futuro. É por isso, com gosto que posso anunciar, e quero anunciar, aqui, que nós estamos em condições de fazer a primeira abertura do Edifício do Capitólio no mês de novembro, deste ano. E faremos a abertura do Capitólio do Parque Mayer, precisamente, com evento, com o *Mexefest*, ao qual se seguirá uma utilização do Capitólio como espaço de cultura da nossa cidade, um espaço de ligação, naturalmente, a todos os tipos de Cultura, todas as variantes, mas que se concentrará muito sobre a cultura popular. -----

----- Gostava de dizer que demos autorização, aliás, para que uma das primeiras utilizações de todo o espaço seja, precisamente, a utilização do espaço do Parque Mayer para a realização de um filme português sobre a história, do próprio conceito do Parque Mayer. Será essa, no fundo, a segunda utilização que nós daremos a esse espaço. -----

----- Quero, também, anunciar, aqui, que nós anunciámos, na semana passada, um programa de grande amplitude que, em 2017, Lisboa será a Capital Ibero-americana da Cultura. Nós candidatamo-nos não como um ato burocrático, mas como um ato de gestão, nós candidatamo-nos porque entendemos que valorizar de Lisboa enquanto núcleo pilar central da cultura ibero-americana é, verdadeiramente, decisivo para o reforço da nossa identidade e para a afirmação de Lisboa, neste momento. Lisboa sempre foi isto, e Lisboa vai continuar a ser isto, uma cidade aberta, tolerante, que dialoga com todos e que estabelece com todos, pontes ricas. Lisboa, Capital Ibero-americana da Cultura, é isso mesmo, é um ano inteiro de energia, de movimento, de iniciativas, destinado, não neste lado, à valorização da nossa dimensão continental de país europeu, mas à nossa dimensão de país ibero-americano, algo que diz muito à ligação e às raízes afetivas do nosso país. -----

----- Por último, quero, também, aqui, anunciar que inauguraremos no mês de novembro deste ano, um dos mais importantes equipamentos culturais que a cidade vai dispor que é a Biblioteca de Marvila. Uma biblioteca que honrará a cidade pela sua

dimensão, pelo seu espólio, pela capacidade que terá de oferecer os serviços de uma biblioteca, mas por muito mais do que isso porque a Biblioteca de Marvila é muito mais do que uma biblioteca, é um espaço de desenvolvimento de atividades culturais de toda a comunidade, é um espaço de desenvolvimento de iniciativas sobre as mais variadas formas culturais, é um espaço onde se irá encontrar desde a cultura erudita, contemporânea à cultura popular, é um espaço onde teremos os artistas de referência nomeada com os artistas de base popular com origem nos bairros mais humildes. A nova Biblioteca de Marvila será dos espaços mais importantes emblemáticos da Cidade de Lisboa, e tenho o gosto de vos dizer que nós poderemos fazer essa abertura, ainda, durante este ano, em concreto, em novembro de 2016. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, termino a minha intervenção, repetindo a ideia fundamental com que abri, a cidade vive, hoje, um momento único de oportunidades, e há dois riscos que nós não podemos cometer; o risco da inação e o risco de falharmos a visão global do nosso desenvolvimento. E queria terminar a minha intervenção, dizendo; com este executivo há uma visão, há os recursos e há vontade, e há a determinação de continuarmos a concretizar esta visão a bem de Lisboa e a bem dos lisboetas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Nós vamos passar, agora, à ronda de perguntas. Temos, apenas, dois Senhores Deputados inscritos para as perguntas, se mais algum Senhor Deputado se quiser inscrever agradeço que sinalize, agora, para a Mesa poder gerir os tempos de intervenção.-----

----- Depois da ronda de perguntas e da resposta do Senhor Presidente, passaremos às intervenções de fundo. -----

----- Muito bem, mais uma pessoa que se inscreveu, vamos dar início. Senhora Segunda-secretária faça favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-

----- Depois do manto diáfano da fantasia, passemos, então, à nudez forte da verdade. E a questão do Parque Mayer que, aqui, trazemos preocupa-nos e vou, sobre ela, pôr questões muito claras que gostava que, da parte do Senhor Presidente, tivesse uma resposta, igualmente, clara e sucinta. -----

----- Após a venda por treze milhões de euros pelo então Presidente João Soares, após um acordo com a Bragaparkes pelo executivo liderado pelo PSD, o problema Parque Mayer/Feira Popular foi promessa que estaria resolvido com este executivo. Mas não. Longe de estar resolvido, tem vindo num crescendo de preocupação. Como todos sabemos, os tribunais declararam nulo o negócio com a Bragaparkes e a partir daí, foi o executivo liderado por António Costa, Fernando Medina, que tomou as rédeas da situação. Foi este executivo que optou por ficar com a totalidade dos terrenos, em

causa, firmando um acordo que, na primeira fase, o obriga ao pagamento, à Bragaparkes, de cento e um milhões de euros. A primeira prestação terá sido paga em quinze de junho, deste ano, e os lisboetas irão pagar esta dívida até 2023, que é o ano em que eu espero que o meu neto entre a faculdade. -----

----- Foi, também, este executivo que acordou com a Bragaparkes o recurso ao Tribunal Arbitral com recurso limitado, apenas a uma instância, e que agora o condenou a pagar cento e trinta e oito milhões de euros. -----

----- Primeira pergunta, não é verdade que este mesmo acordo prevê que estes cento e trinta e oito milhões de euros sejam pagos em cento e vinte dias? Cláusula 7ª, Senhor Presidente, dentro de quatro meses. De acordo com a cláusula, deste acordo, não é verdade que a Câmara vai ter de pagar à Bragaparkes cento e trinta e oito milhões de euros até Fevereiro de 2017? Mais ainda, não é verdade que caso não o faça, terá que pagar juros à taxa comercial em vigor, acrescida de 10%? Ainda, a cláusula 7ª do nosso acordo. Não é verdade que, também, de acordo com essa cláusula, que a interposição do recurso não suspende este prazo? O Senhor Presidente vem aqui dizer que a câmara recorreu, mas esqueceu-se de dizer que, de acordo com as cláusulas que nós aprovámos, aqui, na Assembleia, este recurso não suspende o prazo. -----

----- O ano passado, tivemos oportunidade de assistir a duas hastas públicas dos terrenos da Feira Popular, em que a Câmara pretendia obter cento e trinta e cinco milhões de euros, ambas ficaram desertas. Ainda que a câmara tivesse conseguido vender os referidos terrenos, a verdade é que ficaria com saldo negativo de três milhões de euros face à atual conjuntura. É, ou não é, verdade? -----

----- Em conclusão, nove anos após a tomada de posse do executivo socialista temos; a recuperação do Capitólio com uma derrapagem de dois anos, duas hastas públicas desertas, uma dívida de duzentos e quarenta milhões de euros, não é verdade? É possível fazer um balanço positivo? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados -----

----- Senhor Presidente, ouvi com muita atenção a sua introdução a este debate do estado da cidade. Entusiasmei-me muito sempre que dizia: ‘anuncio hoje’. Anunciou-nos a primeira pedra da Feira Popular, não está mal. Anunciou-nos a Capital Ibero-americana da Cultura que, por acaso, é uma notícia de fevereiro deste ano, não está mal. E, depois, anunciou-nos sete mil lugares de estacionamento. Não está mal. Eu diria até que será o Presidente recordista dos lugares de estacionamento da Cidade de Lisboa. -----

----- Mas o que eu não ouvi, e gostava de ter ouvido, relaciona-se com um assunto que eu considero importante e que o senhor Presidente, também, sabe que é importante. No dia seis de Abril de 2015, vários dos Deputados e Deputadas Municipais, desta casa, foram aos Paços do Concelho ouvir o seu discurso de tomada de posse. Nesse discurso identificou um problema central da Cidade de Lisboa, habitação. E nesse discurso, prometeu cinco mil novos fogos para famílias da classe média, em Lisboa. A pergunta

que lhe deixo é muito simples e gostava que respondesse com toda a simplicidade, é quantas, destas chaves, vai entregar até ao fim da sua presidência?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Vamos prosseguir com as perguntas. A Senhora Deputada Ana Gaspar ausentou-se da sala, vamos prosseguir, agora, com as respostas do Senhor Presidente. Depois fará na sua intervenção, referência àquilo que queria ter perguntado. -----

----- Senhor Presidente, tem a palavra para responder. O Senhor Presidente tem três minutos e cinquenta e sete, tem, para já, tempo cedido pelo PNPN, quinze minutos.” --

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Senhora Deputada, eu não sei o que é que será mais triste, se é o deslante, se é a amnésia, porque ouvir uma Deputada do PSD falar nesses termos sobre o Parque Mayer é, e sobre a situação de Entrecampos, é no mínimo, desconcertante. Porque a Senhora Deputada consegue contar uma história que é sua que, aliás, já tem outros seguidores, que consegue relatar esses pontos da história, omitindo de todo este processo, só uma coisa, os pontos fundamentais deste processo. -----

----- Os Senhores Deputados são testemunhas, que eu, enquanto Presidente da Câmara não utilizei nunca este processo como campo de batalha político-partidária, não utilizei, e quero manter essa minha vontade, essa minha determinação, mas há uma coisa que eu não deixarei passar em claro, Senhora Deputada, é que se insistir no deslante, ou então, na amnésia, eu terei de combater o deslante e terei de a lembrar da realidade dos factos. E a realidade dos factos é esta; todas as decisões fundamentais que deram origem a este processo foram tomadas em mandatos liderados pelo PSD, desde a opção de alienação de parte de Entrecampos, do fim da Feira Popular, de parte Entrecampos, da permuta do Parque Mayer e, ainda hoje, as questões centrais em diferendo, que se prendem com a avaliação do Parque Mayer, foram definidas, nesse momento, nos mandatos de 2004 e 2005. E toda a gente sabe, aliás, na cidade que é assim, e a Senhora Deputada sabe, também, na cidade que é assim.-----

----- Depois, diz a Senhora Deputada, o seguinte, omite, diz que este executivo, o PS é que tomou a opção de tomar conta das propriedades dos terrenos. Senhora Deputada, mas qual amnésia, qual deslante e qual amnésia. Como é que a Senhora Deputada omite o puro simples facto, de o Município de Lisboa ter sido condenado, em duas instâncias, em 2010 e em 2012, pelo Tribunal Central Administrativo de Lisboa, a anulação completa do negócio? Em 2010 e 2012, nós fomos condenados pelos tribunais. E sabe o que significa nada, nesse momento? Significava, nesse momento, a devolução do dinheiro despendido pela parte que adquiriu, o reassumir a propriedade dos terrenos no qual o Município de Lisboa só fez uma variante com o acordo que fez, aliás, uma boa variante, na minha opinião, e também na opinião do PSD, à época, embora saiba que hoje em dia com o PSD, as opiniões vão mudando mais rápido do que seria desejável, em matéria desta natureza, mas a única variante que o município fez à execução da sentença, no qual o município foi condenado, volta a frisar, em 2010 e 2012, relativamente aos processos de 2005, é a decisão que o município tomou em

adquirir o Parque Mayer, e não deixar o Parque Mayer voltar à esfera privada, isto é, ficar o seu desenvolvimento incerto. Tudo o resto resultou da execução da sentença e omitir esse facto, omitir que o facto da decisão e a forma que o município tinha para gerir era a condenação em processos judiciais, Senhora Deputada não lhe fica bem a não ser, claro, que seja um problema de amnésia e aí, lamento. -----

----- De forma muito precisa, Senhora Deputada o acordo que diz, os pagamentos, aquilo que a Senhora Deputada referiu são as cláusulas de execução, caso não haja contestação. O que o acordo define é que havendo contestação, naturalmente, há contestação para o tribunal, o acordo que define, aliás, é a faculdade desse recurso para o tribunal que, aliás, já foi anunciado, quer pela Câmara, quer pela outra parte, e definido que esse recurso se fará para uma instância judicial. E, por isso, obviamente, que não se aplica nada do que aquilo que a Senhora Deputada colocou, nada do que a Senhora Deputada colocou porque isso era no caso da aceitação dos termos da decisão do Tribunal Arbitral. -----

----- Senhora Deputada, o que nós temos feito, desde o início, é resolver este profundo emaranhado de um processo de uma enorme complexidade e dificuldade para a cidade, e dar os passos para a sua resolução. Qual é a diferença? A diferença é esta, neste momento, a cidade tem estabilizada a propriedade de Entrecampos e do Parque Mayer, neste momento, a cidade está a concluir a obra do Capitólio sem risco que ela lhe seja dada outro uso, neste momento, a Câmara tem em andamento, a obra do Variedades que já está a adjudicada, neste momento, a Câmara está a trabalhar para a utilização da zona do Parque Mayer. E, relativamente a Entrecampos, Senhora Deputada, ao contrário do que diz, é uma proteção do município ter o direito de escolher o tempo sobre o qual vai vender aqueles terrenos para urbanização. E sabe qual é a diferença, Senhora Deputada? É quando o PSD era Governo, nesta cidade, o PS não podia escolher o tempo, porque como a Câmara não tinha dinheiro, tinha que o vender de qualquer forma. Nós, neste momento, podemos escolher o tempo sobre o qual colocamos em hasta pública, e não colocarem fora do tempo que o nosso tempo, porque nós, hoje, não só, isso defende o interesse público mas, mais importante, nós, hoje, temos contas em ordem que nos permitem ter essa liberdade, escolhermos o momento em que venderemos aquele terreno. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Senhora Presidente, eu não respondi à segunda questão colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Robles que é de grande importância. -----

----- Senhor Deputado, agradeço-lhe a sua lembrança relativamente à minha intervenção na tomada de posse, em seis de Abril de 2015, e como leu essa passagem, também, deve ter lido outras passagens do mesmo discurso e, no mesmo discurso, onde anunciei várias matérias prioritárias, eu anunciei um investimento de vinte e cinco milhões na requalificação da habitação social da cidade, e o que posso dizer é que as obras estão a correr, francamente, bem, em várias frentes, em várias dezenas de frentes de bairros municipais na Cidade de Lisboa. -----

----- O que lhe falei, também, é na prioridade que damos à política de habitação e, hoje, pude atualizá-lo que nós chegaremos às mil casas entregues pelo município na

Cidade de Lisboa. E o que eu anunciei, também, é o lançamento de um programa inovador de habitação de Renda Acessível, que me comprometi a desenhar, a apresentar, a trabalhar e que, desde o primeiro momento, para alguém com sentido de realismo, percebe que, desde o dia seis de Abril de 2015, até ao dia de término do mandato, algures em 2017, não é fisicamente possível estar concluída uma construção ao abrigo das linhas que apresentámos, de construção dos edifícios, mas isso não estava em seis de Abril de 2015, e se o Senhor Deputado achava que estaria, eu acho que é porque não tem ideia do que é que é a gestão até da simples contratação pública na cidade. Mas Senhor Deputado, sabe que isso para mim não é a grande preocupação, sabe o que é? Sabe qual é que a minha grande preocupação? É que o país, neste momento, não tem em nenhum, se o Senhor Deputado reparar, o país desarmou-se das políticas públicas de habitação durante várias décadas, desarmou-se, ideologicamente, no sentido, não havia reflexão, não havia pensamento, não havia programas, ou melhor, as políticas públicas, eu peço desculpa, vou corrigir o que disse, as políticas públicas estão muito concentradas na questão da resolução da questão da habitação social, e fê-lo muito bem, e resolveu-o muito bem, mas do ponto de vista das fatias de acesso à habitação nas classes médias, o pensamento que dominou no país foi que o crédito à habitação resolveria, por si só, uma grande parte do problema. Resolveu, é verdade, não sou daqueles que demoniza. Hoje, a posse de casa própria é um bem para qualquer sociedade, para qualquer família, mesmo que não seja nas condições que nós queríamos do ponto de vista urbano, mas a verdade é que nós precisamos de um programa de outra natureza. -----

----- Eu gostava de, por magia, fazê-lo mais rápido, tê-lo mais rápido, não prometi que fazia mais rápido. O que eu prometo é que esta é uma centralidade do ponto de vista político, hoje, temo-lo desenhado, temo-lo concebido, é difícil, porque é inovador. -----

----- Vamos lançar a primeira operação, nos próximos meses, exige uma parceria com o setor privado, exige que haja um recurso do setor privado, exige que haja fundos interessados para poder fazer e apoiar um investimento que eu recorde, Senhor Deputado, a grande diferença é que nós não estamos a falar de mil casas em alguns anos, nós estamos a falar de sete mil. O Senhor Deputado sabe qual é o volume total do investimento, neste programa? Seiscentos milhões. Não era possível fazermos sozinhos, eu podia tentar dizer, não eu quero os seiscentos milhões para fazer o programa, eu quero reivindicar, eu quero ir ali ao Ministro do Ambiente, ou à antiga Ministra das cidades, ou ao novo Ministro do Ambiente, ou ao Primeiro-ministro e dizer, eu quero dinheiro. Bom, e ficava com a consciência limpa, não iria dar uma única casa, nem hoje, nem no futuro. Ora, o que nós estamos a fazer é desenhar o programa que está desenhado na sua forma de funcionamento, está a ser ultimado ponto de vista da sua forma jurídica, está a ver a sua divulgação junto dos potenciais parceiros, e o que posso anunciar é que essa operação será lançada o mais breve possível, para que ela possa iniciar a sua construção. -----

----- E o que eu anunciei e lhe referi foi algo, ainda, diferente, é que se formos bem-sucedidos nesta experiência inovadora, porque a inovação tem um risco é se funciona, se formos bem, e temos que ter humildade para corrigir caso não funcione, se formos

bem-sucedidos é nossa vontade, Executivo da Câmara, alocarmos uma parte mais vasta do património municipal a este programa para que ele possa crescer com rapidez. A dificuldade deste programa é o arranque, é começarmos, é iniciarmos, se formos bem-sucedidos o que eu transmiti é a vontade de alocarmos sucessivas parcelas maiores para que este programa possa ter uma escala, em Lisboa, como tem noutras cidades do ponto de vista da satisfação do direito à habitação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Terminámos a parte das perguntas e respostas e vamos entrar, agora, nas intervenções. Portanto, o debate vai-se dar, agora, por ordem de inscrição, havendo mais do que um inscrito de cada partido, ficará para uma segunda ronda. -----

----- A Câmara usará da palavra na altura que quiser, no durante, ou no fim, como entender. De qualquer maneira tem sempre de encerrar o debate.-----

----- Peço desculpa. O Senhor Deputado pede a palavra para? Está afixado nos écrans. O Senhor Presidente já terminou o seu tempo, está a beneficiar, tal como anunciei, de tempo cedido pelo PNP, oito minutos e vinte e um, e poderá ter mais cedências de tempo se alguém fizer chegar esse conhecimento à Mesa. O Regimento permite essas trocas de tempo. -----

----- Eu dei sinal, eu assinalei e disse que iria ter mais quinze minutos cedidos pelo PNP, e dei esse sinal.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)** no uso da palavra, fez o seguinte pedido de esclarecimento à Mesa: -----

----- “Relativamente à possibilidade de a Câmara intervir durante o debate, eu creio que só pode fazê-lo para encerrar porque o debate é da Assembleia Municipal e, portanto....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “A Senhora Deputada é possível que tenha razão, aqui, o erro foi meu, ou seja, a Câmara abre, depois há as intervenções, e a Câmara fecha, portanto, no durante não há respostas da Câmara, mas só no final. É isso que a Senhora Deputada me está a chamar a atenção, e chama bem. -----

----- Foi um erro meu de interpretação e peço desculpa. Tem razão, é assim que é, a Câmara encerra no fim. -----

----- Senhor Presidente, isto é claro no regimento, mas creio ....” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, peço desculpa, tanto não deve ser claro que há meia hora atrás a interpretação era outra.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Não é isso. Vamos lá ver, o que está escrito, eu vou ler o artigo nº 41º, eu não sou jurista, portanto, há vários juristas que podem interpretar isto melhor do que eu. Está na convocatória o artigo 41º diz; ‘a sessão inicia-se com a intervenção do Presidente da Câmara seguida de um período de perguntas e respostas, fim do qual deve começar o debate generalizado’. Sobre isto, ninguém tem dúvidas, já aconteceu,



os tempos de intervenção são distribuídos de acordo com o que é definido na grelha E, constante do anexo I ao regimento. Também, sabemos o que isso quer dizer. -----

----- O debate termina com a intervenção do Presidente da Câmara. Não está dito, aqui, que o Presidente da Câmara não possa intervir durante, mas, enfim, por mim, deixo essa interpretação, Senhores Deputados não vamos estabelecer, aqui, um problema de procedimento, vamos começar com a intervenção, e se alguém tiver alguma proposta concreta, faça-a chegar, por escrito, à Mesa que eu ponho-a à consideração da Assembleia. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, à parte deste procedimento, discutimos hoje, e hoje marca o último debate do estado da cidade que realizaremos antes das últimas eleições autárquicas do próximo ano, um debate de balanço, de confronto de visões e de alternativas, em que avaliamos o momento da cidade como ponto de partida para a cidade que queremos no futuro. -----

----- Foi um ano de realizações, projetos e de afirmação, de afirmação de um Presidente que herdou uma visão da cidade que não construiu, que herdou uma equipa que não escolheu, e que herdou as consequências de um projeto de vida que, também, não era o seu, que é como quem diz, Senhora Presidente, a herança de um facto que não era o seu mas que, com as vicissitudes normais de quem herda e não escolhe, assumiu o desafio de transformar Lisboa, de adaptar o ao seu corpo o facto que herdou, ainda que, esse facto velho e esgaçado, pouca vista pudesse causar. -----

----- É evidente que, pondo de lado esta dimensão prospetiva, repleta de anúncios, alguns até repetidos, a pergunta que se faz sempre nestas ocasiões é, está Lisboa melhor, ou está Lisboa pior? E como não poderia deixar de ser, com esta pergunta que começam a surgir outras interrogações evidentes. Quando falamos de habitação, está Lisboa melhor, ou está Lisboa pior? Lisboa que se transforma numa cidade crescentemente turística, onde muito dos seus proprietários trocaram arrendamento tradicional pelo arrendamento de curta duração, onde há relatos de inquilinos pressionados a abandonar as suas casas, onde as queixas dos comerciantes começam a surgir, são vários os avisos de que apostar, exclusivamente, no arrendamento turístico pode ter consequências graves para a cidade. -----

----- É verdade que o município, tem neste campo, tem um raio de ação muito limitado, mas foi este município, com este executivo, que se propôs a resolver alguns problemas. -----

----- Se é verdade que os programas como o Subsídio Municipal de Arrendamento, que vai na sua 10ª edição e beneficiou muitas famílias, e se é igualmente verdade que estão em curso, ainda que em longo curso, as anunciadas obras no Bairro Padre Cruz, no Bairro do Condado, na Horta Nova, na Cabrinha, no Armador, no 2 de Maio, é igualmente verdade que muito está por fazer e esta era uma prioridade do Presidente no âmbito do Programa Renda Acessível, cujo início apenas está previsto para janeiro

do próximo ano, talvez por coincidência de calendários, mas que está inteiramente dependente da boa vontade, em alguns casos, diria mesmo, de uma extrema boa vontade dos investidores privados. Como é verdade que as promessas de proteção dos residentes de Lisboa, que o Senhor Presidente tanto apregoou, também não passam de intenções inflamadas, mas que não têm tido qualquer expressão prática. Não sabemos o que é mais triste, Senhor Presidente, se o desprante se a amnésia. -----

----- Mas está melhor Lisboa quando falamos de transportes? Têm hoje com a municipalização como um dado adquirido os utilizadores transportes públicos, um suspiro de esperança quanto à melhoria dos seus serviços e ao combate ao desespero que diariamente enfrentam? Não têm. E nem o município consegue ser claro quanto aos objetivos que tem para a gestão dos transportes, nem conseguiu, ainda, cumprir o seu programa eleitoral, nesta matéria, sobretudo no que respeita à reposição de carreiras de elétricos e à utilização de meios de transporte mais amigos do ambiente. Não sabemos o que é que é mais triste, Senhor Presidente, se o desprante se a amnésia.

----- Está Lisboa melhor no que respeita à sua mobilidade? Com o projeto Uma Praça em Cada Bairro, nalguns aspetos, meritório, mas, noutros eleitoralmente desenfreado, aliado às várias obras pontuais de requalificação, bem como a todas as empreitadas de reorganização rodoviária que entupiram a cidade nos últimos meses, tornando a circulação automóvel, por vezes, impossível, o quotidiano dos lisboetas passou a ser frustrante, para não dizer penoso. A simultaneidade obras no espaço público, nas vias rodoviárias é a grande responsável pelo caos que se vive, hoje, em Lisboa, momento único, como referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Mas a que se deve a intervenção simultânea no Largo de Santos, no Largo do Calvário, na Avenida Infante Santo, na Frente Ribeirinha, no Campo das Cebolas, no Largo da Graça, no Eixo Central de Entrecampos ao Marquês de Pombal, na Rua de Campolide, na Rua Rovisco Pais, ou no Areeiro? Exemplos da falta de planeamento que assola Lisboa, e que são, intrinsecamente, confundíveis com interesses eleitorais, adaptar os tais factos a um corpo que não é o seu. -----

----- Mas se nos afastarmos do excesso das obras em vias preponderantes, se esquecermos o transtorno impingido aos lisboetas em nome não se sabe bem do quê, há questões que continuam a merecer a nossa interrogação. Em que pé ficou o concurso da partilha de bicicletas? Como se resolveu o sistema de fiscalização das zonas de emissão reduzida? Sete mil novos lugares de estacionamento anunciados hoje com pompa e circunstância? Novos parques, mas não se consegue resolver o problema do estacionamento no Liceu Francês, na Escola João de Deus, que obriga o estacionamento em segunda fila e que constituem duas vias importantes da nossa cidade. -----

----- Não sabemos o que é mais triste, Senhor Presidente, se o desprante se a amnésia! E na cultura e lazer, Lisboa está mesmo melhor? Anunciou hoje o Capitólio com 2 anos de atraso e depois de uma evidente desorçamentação, mas consegue o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumir uma data para a conclusão do Parque Mayer? Tem o Senhor Presidente a garantia que o esvaziamento do pelouro da Cultura com a passagem para a EGEAC da gestão do Museu de Lisboa, do Museu do

Aljube, do Museu Bordalo Pinheiro, do Teatro Aberto, da Galeria da Mitra, do Projeto África Conte-Ponte e de dois edifícios situados no Largo de Santos, na Avenida Calouste Gulbenkian estão a funcionar? E a requalificação do Convento da Graça, Senhor Presidente, quando é que vai avançar? -----

----- Há mais oferta cultural em Lisboa, Senhor Presidente? Há mais programação do Teatro São Luiz? Há mais programação do Teatro Maria Matos? Há mais apoio a jovens criadores? Não sabemos o que é que é mais triste, Senhor Presidente, se o desprante se a amnésia! -----

----- Mas está Lisboa melhor na Política Verde? Senhor Presidente, para além da construção obsessiva da rede de ciclovias, mas que não é acompanhada pela disponibilidade de uma rede de partilha de bicicletas como está a política verde da nossa cidade? Já está concluído o projeto para o Monte das perdizes em Monsanto? Que prevê a instalação de espaços de lazer e restauração? Já há solução para o Panorâmico de Monsanto, senhor Presidente? Não sabemos o que é mais triste, senhor Presidente, se o desprante se a amnésia!-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- São tudo interrogações legítimas para os lisboetas e que merecem um esclarecimento cabal! Podia trazer aqui para este Debate as questões urbanísticas sempre envoltas em procedimentos pouco esclarecedores e um tanto ou quanto atabalhoados! A Torre de Escritórios em Picoas e o conforto de um promotor, perante os silêncios do Município, a trapalhada do Concurso da 2ª Circular, com júri não nomeado em Reunião de Câmara a tomar decisões processuais sem legitimidade para fazer o fazer ou a contratação técnica de uma empresa do setor para a elaboração do seu Caderno de Encargos, mas que só depois é que se percebeu que afinal não poderia concorrer ao concurso. As obras do Eixo Central e as notas de um assessor para um determinado Departamento onde pede um despacho inatacável e imaculado, sugerindo inclusivamente a sua redação!... -----

----- As questões que envolvem o Hospital de Alcântara e até a deslocalização dos funcionários do Município, a venda dos terrenos da Feira Popular e o não pagamento a Fundação do Século. O fim do Núcleo de Apoio Local em Arroios, as expropriações e os contornos pouco esclarecidos para a construção de uma Mesquita! Um conjunto infundável de procedimentos, que tanto tempo nos ocuparam aqui nesta Assembleia Municipal! -----

----- Mas isso não era discutir o Estado da Cidade, era discutir o estado do seu Executivo Municipal! E isso é coisa bem diferente, discutir o futuro da Cidade é fazer o seu balanço, é falar das coisas que interferem diretamente no dia-a-dia dos lisboetas! E é por isso, Senhor Presidente, pegando naquilo que anunciou há pouco, que queria deixar-lhe aqui um desafio, um desafio de resto aos desafios que aqui anunciou. Fomos, com alguma surpresa, diria, surpreendidos positivamente, reconheço, pelo acordo que o Município de Lisboa, ao abrigo do Plano Juncker, formalizou com o Banco Europeu de Investimento no valor de 250 milhões de euros. -----

----- Eu sei que o Senhor Presidente teve oportunidade de anunciar este acordo como uma linha de crédito na passava a Conferência de Líderes, ainda que o atual Primeiro-Ministro, e seu antecessor, certamente num ímpeto de saudosismo, enquanto exercia a presidência da Câmara Municipal, se tenha referido a ele como um empréstimo numa cerimónia, de resto, com grande pompa e circunstância, coisa que sabemos que não é nem pode ser, porque teria que ser submetida a discussão e aprovação pela Assembleia Municipal! Mas isso é um pormenor! Este Plano a 20 anos, se for executado ultrapassará em grande medida o horizonte temporal do seu Mandato. -----

----- São como disse as opções determinantes de desenvolvimento do Município e do seu futuro, ora, sendo o Senhor Presidente, um público e acérrimo defensor da transparência e da boa utilização dos recursos públicos, conforme se viu de resto no argumentário que utilizou para a anulação do Concurso da 2ª Circular, o desafio que lhe lançamos é um pacto de regime sobre os projetos que vão decidir na utilização deste Fundo, está disponível o Senhor Presidente para isso? Está disponível para juntar ao grupo de trabalho que seleciona e valide um conjunto de projetos estruturantes para a nossa cidade com vista ao seu desenvolvimento? Pois só assim, Senhor Presidente, há transparência na utilização deste Plano! Os 20 anos são muitos anos, as necessidades estruturantes da nossa cidade continuam a ser muitas! O PSD está disponível para isto, falta saber se o Senhor também estará.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais e Vereadores, cidadãos e cidadãs. -----

----- Ao ouvir a intervenção do Senhor Deputado Municipal Sérgio de Azevedo, eu só posso tirar uma conclusão, o Senhor Deputado acompanha pouco a atividade desta Assembleia Municipal, como é público e notório e, portanto, desconhece realmente muito do que está a ser feito e também pelos vistos acompanha pouco a vida da cidade e, portanto, também só isso é que lhe permite fazer as afirmações que aqui fez, mas 18 meses após a tomada de posse do Fernando Medina como Presidente da Câmara, eu respondo à questão que colocou. -----

----- A Cidade está melhor, está muito melhor, a Cidade vive um dos momentos mais interessante da sua história, a Cidade tem hoje uma projeção que nunca teve, que não me recorde que de alguma vez ter, efetivamente os lisboetas têm orgulho na sua Cidade e muitos dos que a visitam consideram-na uma das mais belas Cidades do mundo, efetivamente assim é e isso não pode ser negado.-----

----- Lisboa não é apenas um destino turístico de qualidade, e é bom que o seja cada vez mais, é uma Cidade global que faz parte da geografia da economia do conhecimento. -----

----- A Câmara Municipal não se substitui as empresas, mas tem tido um papel catalisador imprescindível contribuindo para criar um ecossistema que estimula a

inovação e o empreendedorismo. No ecossistema empreendedor da cidade de Lisboa podemos identificar já o universo de mais de 500 Startup e foram criados mais de 3 mil postos de trabalho. A Web Summit, que não teria sido possível sem o trabalho que tem sido desenvolvido, nomeadamente pela Direção Municipal Economia tem que ser mais que um evento, tem de ser e será uma oportunidade para a fixação de emprego na cidade de Lisboa. -----

----- O seu impacto sente-se desde já na economia da Cidade, na procura das instalações hoteleiras mas também no mercado de trabalho aumentando o valor das remunerações oferecidas aos profissionais cujas empresas sentem mais diretamente o impacto da realização deste acontecimento. A Câmara de Lisboa tem-se preocupado também em criar condições para facilitar o melhor acolhimento dos estudantes estrangeiros, que se forem bem integrados na vida da Cidade podem criar laços que perdurem muito para além do período que a frequentam. Criou o Projeto *Stay in Lisbon* para reter e captar talento internacional na Cidade, para que possam entre eles surgirem também novos lisboetas. -----

----- Todos nós temos consciência que o crescimento e a sustentabilidade do turismo têm de ir a par com a criação de novas áreas de atratividade, com a diversificação da oferta e que a procura até dirigir-se apenas às freguesias que constituem o centro histórico da Cidade. Consideramos por isso muito correta a intenção do Município, através de Fundo de Desenvolvimento Turístico de apostar no desenvolvimento sustentável da Cidade, como aqui já foi referido pelo Presidente Fernando Medina, há vários projetos que já foram selecionados nesse quadro, o Projeto de Requalificação da Estação Sul e Sueste no Terreiro do Paço, que projeta a constituição do Núcleo Museológico da Ponte 25 de Abril, o Museu Judaico, o Projeto Lojas Com História, o projeto para a requalificação do Museu do Azulejo.-----

----- Temos de aumentar a oferta, aumentar a qualidade da oferta turística melhorando em simultâneo, a qualidade de vida dos cidadãos. Nesta linha do Turismo e Cultura não podem deixar de estar ligados.-----

----- Assim, assim têm-se verificado que a oferta cultural que se tem multiplicado exponencialmente, com o crescente alargamento das competências e da intervenção das Juntas de Freguesia que têm promovido a revitalização e recuperação de espaços urbanos abandonados, induzindo grande diversidade de atividades artísticas através da realização de concertos e artes performativas.-----

----- Nesta nova dinâmica, merece destaque-se a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, em particular através da EGEAC, integrando projetos em parceria com foi, por exemplo, o Programa Lisboa Na Rua, diversificando e multiplicando a oferta de espetáculos de diferente natureza por toda a Cidade. -----

----- Neste âmbito destaca-se o papel descentralizador que este programa proporcionou, elegendo novos palcos para a realização de concertos em zonas de cariz mais periféricos e desconhecidas da Cidade. -----

----- Em 2017, Lisboa Capital Ibero-Americana da Cultura contará com mais de 40 equipamentos culturais da Cidade e irá garantir uma programação variada de testemunhará o passado e presente dos relacionamentos dos países ibero-americanos.

Este contexto constituirá uma mais-valia para o seu de desdobramento em valências de intercâmbio económico e empresarial, alargadas à amplitude da escala geográfica ibero-americana. -----

----- O Projeto Lojas com História que tem por objetivo promover o comércio tradicional de Lisboa e fomentar nos clientes uma tomada de consciência sobre o papel que o comércio do consumo local desempenha na economia da Cidade tem-se vindo a desenvolver, cerca de 70 lojas foram já distinguidas como Lojas com História, cuja seleção se fez com a colaboração da Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa. Este projeto possibilitou salvaguardar e valorizar um património material e imaterial que constitui uma marca distintiva da cidade de Lisboa. -----

----- No bairro de Alfama surgirá o Museu Judaico no primeiro semestre de 2017, situado no Largo de São Miguel constituído local emblemático para a comunidade judaica e para a própria cidade de Lisboa, na medida em que o bairro albergou a mais importante comunidade de judeus da Lisboa Medieval. -----

----- Este novo equipamento museológico será um referencial a nível nacional e internacional para compreender o papel dos judeus na história de Portugal, a cujo código genético estão indissolúvelmente ligados. -----

----- Não podemos também deixar de referir o novo Projeto do Palácio da Ajuda que está há mais de 200 anos por concluir, tendo-se iniciado em 1796. A adjudicação da obra está prevista para o segundo semestre de 2017 e estima-se que a conclusão seja em dezembro de 2018, o projeto incide sobre a Fachada Poente do Palácio, tendo-se estabelecido um acordo tripartido entre o Ministério da Cultura, a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Turismo de Lisboa. -----

----- A Cidade existe para e pelos cidadãos que a constituem e por isso melhorar a sua qualidade de vida para o nosso objetivo central da nossa ação. Para assegurar a qualidade de vida e o acesso à habitação com qualidade é uma vertente essencial que não se encontra satisfeita para muitos cidadãos. Consideramos por isso muito importante que a Câmara Municipal esteja empenhada em prover soluções à população que não encontra resposta na habitação social no mercado privado, através do Programa Renda Acessível, cujo primeiro concurso deverá ser lançado até ao fim do presente ano, refira-se que este Programa irá permitir a curto/médio prazo a disponibilização no mercado habitacional da Cidade 5 mil a 7 mil novos fogos reabilitados com rendas estimadas entre os 250 e 450 euros, calculados de acordo com uma taxa de esforço adequado ao rendimento mensal dos agregados da classe média, valor significativo abaixo do mercado e que permitirá assim a diversificação da oferta habitacional respondendo ao objetivo de reabilitar Lisboa e promover a diversidade social. Bem sabemos nós que para o aumento dos cidadãos com carências muito contribuiu a Lei das Rendas, aprovada pelo PSD e CDS na legislatura anterior! -----

----- Suadamos também a intenção anunciada de aumentar o número de fogos consagrados ao Programa Renda Convencionada e de que se verifique uma concentração e apoiamos, como foi defendido pela Vereadora Paula Marques, que se verifique uma concentração de oferta no centro histórico. -----

----- Ao nível da habitação municipal destaca-se o facto de se estar pela primeira vez em muitos anos a construir habitação social nova no Bairro da Boavista, que o que está a comemorar os seus 75 anos e que aqui saúdo, nomeadamente a sua Associação de Moradores que é um exemplo da intervenção cidadã na luta por melhores condições de vida na cidade. -----

----- A intervenção contempla a demolição de casas de alvenaria e a construção de 50 novas habitações ambientalmente sustentáveis, intervenção de teor semelhante ocorrerá no Bairro Padre Cruz, abrangendo nesta 108 fogos. -----

----- Pretende-se reforçar esta intervenção na habitação através da inclusão no Orçamento Municipal para 2017 dos recursos necessários para promover a requalificação de pátios e vilas municipais convertendo-os em polos de intergeracionalidade, atraindo jovens moradores e lançar em 2017 um segundo lote de obras em bairros municipais para a atratividade e fixação de novos residentes, coisa a que Lisboa aspira, irão contribuir igualmente os investimentos, alguns já efetuados e outros em curso, nos diversos equipamentos coletivos de proximidade de que são exemplo, as creches, os jardins-de-infância do Programa Ba-bá, a requalificação de variadas escolas e todo o Programa Escola Nova, cujo alcance foi ampliado e os Equipamentos de Saúde, Desporto e Cultura, nomeadamente, a Biblioteca de Marvila, que aqui que já foi referida, e de Alcântara, aumentando assim a acessibilidade e a densidade da rede pública municipal como forma de garantir maior qualidade de vida e uma melhor Cidade para os que nela habitam. -----

----- Estas medidas concretizam os desígnios estratégicos estabelecidos no programa do Governo da Cidade para 2013/2017:” Mais pessoas, Mais empregos, Melhor Cidade”. -----

----- Ainda na Área Social a Câmara lançou 42 novos Projetos Bip-Zip, bairros e zonas de Intervenção prioritária, que marcou por e 2016/2017 dos quais fazem parte 528 entidades extintas em 53 bairros. -----

----- O montante global de apoio municipal é de 1,6 milhões de euros, a que acrescem as verbas angariadas pelas próprias parcerias que dão corpo a um programa de intervenção em bairros ou zonas prioritárias da Cidade. -----

----- No apoio aos sem-abrigo, o Modelo Casas Primeiro tem vindo a provar a sua eficácia na integração das pessoas sem-abrigo através do acompanhamento individualizado dos utentes numa habitação, é um dos elementos fulcrais do Programa Municipal Para as Pessoas Sem-abrigo a Câmara Municipal de Lisboa, que passa a contar com 80 novos lugares para Casas Primeiro. -----

----- A Associação Crescer na Maior vai gerir as primeiras 30 habitações destinadas preferencialmente a pessoas em situação de sem-abrigo com problemas associados a consumos e a dependências. -----

----- O Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar de Lisboa, criado em janeiro de 1015, é um projeto pioneiro a nível mundial que tem como objetivo a construção de uma rede alimentar solidária, chega às famílias das 24 Freguesias da Cidade. A Rede Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar de

Lisboa agrega atualmente cerca de 100 entidades, tendo sido responsável pela distribuição de mais de 2 milhões de refeições. -----

----- Foi inaugurado em maio a Casa dos Direitos Sociais que conta com uma equipa técnica para gerir e programar atividades na área dos direitos sociais e será também a nova casa da rede social de habitação e de algumas associações como o Centro de Vida Independente, a Incubadora Social de Lisboa ficará também ali instalada e a Fundação São João de Deus fica encarregue da oficina, que funcionará para o apoio a pessoas carenciadas através do serviço da teleassistência.-----

----- Lisboa é hoje uma Cidade dinâmica e aberta ao mundo, atenta às necessidades dos seus habitantes, uma Cidade inclusiva e justa que acolhe generosamente quem a visita e que constitui como evidência, viva do novo paradigma de sustentabilidade ambiental, económica e social. Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se as políticas municipais do executivo se encontrarem na proporção direta para os parâmetros da saúde da capital, então o Estado da Cidade a que assistimos é meramente vegetativo, fazendo que anda, mas onde afinal está a perder a pulsação, deixando os munícipes a soro ou em estado de choque. Como numa observação analítica de anatomia, vamos então decompor por partes alguns dos níveis da qualidade de vida urbana. -----

----- 1º Sintoma: Saúde-----

----- De acordo com um diagnóstico da rede hospitalar da cidade de Lisboa, plasmado na ‘Carta de Equipamentos de Saúde’ de 2009, foi detetado um decréscimo generalizado em recursos humanos e físicos ao longo daquela década. Nela foram identificadas as carências e as necessidades de equipamentos em Cuidados Continuados Integrados e Primários de Saúde (Centros de Saúde e USF). Reconheceu-se que as instalações existentes eram (e ainda são) deficientes, por não terem sido construídas para o efeito, umas degradadas, outras onde o seu acesso nem sempre é fácil.-----

----- Nessa análise listou-se então a necessidade de construção de 10 novas Unidades de Cuidados Primários de Saúde na Cidade de Lisboa, consubstanciado num Contrato-Programa então rubricado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde.-----

----- Três anos depois, no dia 29 de junho de 2012, anunciava pomposamente a Câmara Municipal de Lisboa, numa cerimónia de assinatura de protocolo entre a EPUL e a ARSLVT, o seguinte: “Cerca de 18 mil utentes vão poder utilizar o novo centro de saúde que está a ser ultimado, numa área de 1.000 metros quadrados, nos pisos térreos do empreendimento habitacional Residências do Martim Moniz”, o qual serviria toda a zona da Baixa de Lisboa. -----

----- Na altura, a Câmara Municipal de Lisboa informava ter em vista mais 7 novos centros de saúde para a prestação de cuidados de saúde primários de qualidade à população, sítios no Alto do Lumiar, Santa Maria de Belém, Benfica (Rodrigues



Miguéis e Bairro da Boavista), Campolide e Baixa de Lisboa. E estes novos centros de saúde iriam servir mais de 100 mil residentes na capital. -----

----- Estamos em Outubro de 2016 e, passados todos estes anos, é de questionar se todo aquele plano de intenções ficou na gaveta e se o Município deixou de pressionar o Governo para, em conjunto, prosseguirem a execução daqueles projetos. E porquê? Porque da lista de há 7 anos atrás, veio agora o Governo anunciar como novidade que, em Lisboa, vai finalmente ser apresentado um edifício para cuidados de saúde primários, localizado no Martim Moniz. -----

----- Afinal não há apenas doentes em lista de espera, também há intenções de novos equipamentos de saúde em lista de espera, enquanto se vai paulatinamente desativando instalações hospitalares. -----

----- Se, apesar de a capital possuir as maiores e mais diferenciadas unidades hospitalares, continuam a faltar à população da cidade hospitais de primeira linha para cuidados secundários básicos, como cirurgia geral e medicina interna, então, neste contexto, para os munícipes não é compreensível o sistemático processo de encerramento de unidades de saúde, como sintomaticamente tem sido o caso dos hospitais da Colina de Santana. -----

----- É verdade que o Governo PSD/CDS cometeu nos últimos anos verdadeiras afrontas ao SNS, pondo em causa o direito constitucional do acesso à saúde, através de hospitais que encerraram, que perderam valências, com falta de meios humanos e técnicos, horas intermináveis nos serviços de urgência ou para se conseguir marcar uma consulta, centros de saúde cuja construção não passou de uma promessa, utentes sem médicos de família, medicamentos fundamentais que deixaram de ser comparticipados, aumento dos custos com a saúde para os utentes e reduções constantes nas transferências do Orçamento de Estado para o Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Assim sendo, Senhor Presidente, não deve estar cá, que pressões tem o Executivo da Cidade levado a cabo junto do Governo para inverter este panorama? Se incumbe ao Estado garantir o direito ao acesso de todos os cidadãos à proteção na saúde, independentemente da sua condição económica, através de um SNS universal, geral e tendencialmente gratuito, é ou não verdade que a situação que se vive em Lisboa coloca em causa o direito ao acesso a serviços de saúde, onde a Câmara Municipal de Lisboa deveria tomar uma posição clara e firme para inverter a destruição do SNS? Ou será que o Departamento de Urbanismo tem mais peso nas decisões que os cuidados de saúde dos munícipes? -----

----- Se, passados 9 anos no poder da capital, é este o Estado da Cidade, então este executivo há muito deveria ter metido atestado médico de baixa prolongada e dar lugar a outra política alternativa, que defenda o bem-estar e a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- “Os Verdes” não entendem porque não é o Município mais proactivo na defesa de mais e melhores serviços de saúde, adiando medidas que melhorem a universalidade da prestação dos cuidados de saúde consagrada na Constituição da República Portuguesa, ou seja, de uma política de saúde para a cidade de Lisboa que

vá ao encontro dos princípios e valores do SNS, pugnando pela oferta de melhores unidades de saúde. -----

----- 2º. Sintoma: Habitação -----

----- “Os Verdes” lembram que, de acordo o artigo 46º da CRP, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, incumbindo ao Estado “promover, em colaboração (...) com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais”. -----

----- No entanto, ao longo dos últimos anos, o direito das populações à habitação tem sido sucessivamente atacado pela especulação imobiliária, pelos elevados custos das rendas, que contribuíram não só para a despovoação da cidade e do centro histórico em particular, como pela diminuição do número de fogos disponíveis, agravando a qualidade de vida de parte significativa das famílias. -----

----- Para complicar, a opção do Executivo em Lisboa tem sido dar prioridade ao licenciamento desregulado de hotéis, a condomínios privados e, mais recentemente, ao crescimento de alojamentos locais sem qualquer tipo de regras específicas de controlo. E para que não subsistam dúvidas, o Senhor Vereador do Urbanismo já veio considerar que a ‘grande vantagem’ do alojamento local é a de recuperar imóveis para habitação, e que um edifício todo ocupado com alojamento local “é muito melhor do que um alojamento local ou dois num edifício com seis famílias permanentes”. -----

----- Pasmese, pois o centro da cidade dificilmente é para jovens e existem idosos coagidos a libertar casas para o alojamento local. Ou seja, fora com os lisboetas, venham os residentes temporários, turistas ou não. E depois não nos digam que isto não é mais um sintoma de doença camarária. Primeiro o negócio, só depois o direito a habitação permanente, plasmado na CRP. -----

----- Mas afinal, porque não se evita o despovoamento da população residente? Deve ou não ser estabelecida uma percentagem para o número de habitações licenciadas, nomeadamente para as atividades de hotelaria e de alojamento local? Deve ou não ficar consignada uma percentagem da fiscalidade sobre o alojamento local e o arrendamento urbano?-----

----- Já quanto aos Bairros Municipais, de acordo com o Recenseamento Geral da população de 2011, só em Lisboa existem 73, onde habitam cerca de 100 mil lisboetas. Paralelamente, existirão perto de 50 mil fogos devolutos, os quais, se em vez de servirem para especulação fossem reabilitados e colocados ao serviço da população a preços acessíveis, poderiam resolver parte do problema da falta de fogos para arrendamento urbano, minimizando assim o despovoamento de Lisboa. -----

----- Em parte, a recente alteração à lei da renda apoiada, calculada hoje com base nos rendimentos líquidos do agregado familiar e não, como até agora, no valor bruto desses rendimentos, veio melhorar as condições para os moradores, embora ainda de forma insuficiente. -----

----- Ora, nos Bairros Municipais persistem inúmeras carências e problemas por resolver, fruto de uma prolongada deficiente gestão por parte da Gebalis, com habitações degradadas, ausência de equipamentos culturais, desportivos e sociais, de

espaços verdes e de lazer condignos, que permitam a integração e o convívio das populações, e de serviços de apoio à comunidade, tais como farmácias e serviços médicos, esquadras da PSP, campanhas e rotinas de higiene e limpeza, ou transportes acessíveis, entre outros. -----

----- “Os Verdes” perguntam se a Câmara Municipal de Lisboa está disponível para atrair mais população para Lisboa. Como vai adquirir fogos devolutos e colocá-los no mercado de arrendamento a preços realmente acessíveis? Onde estão os estudos sobre os níveis de rendimento das famílias em Lisboa? Para quando a reabilitação e a atribuição de fogos devolutos nos bairros municipais? Canalizará o financiamento europeu do BEI para a regeneração dos bairros municipais, mas com especial foco na inclusão social?-----

----- Apoiará políticas habitacionais que introduzam medidas de controlo da oferta de Hotelaria e de Alojamento Local? Vai a Câmara Municipal de Lisboa dinamizar uma política de arrendamento com rendas acessíveis, em vez de apenas estimular a oferta para as classes média e média alta, como é desígnio do Senhor Presidente? Ou a doença entranhou-se na medula do executivo e ao fim de 9 anos é já inexpugnável? ----

----- 3º Sintoma: Metropolitano de Lisboa -----

----- De acordo com o Presidente da empresa Transportes de Lisboa e do Ministro do Ambiente em sede da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas na Assembleia da República, a expansão da rede do Metropolitano poderá passar por uma ligação entre as linhas amarela e verde, fechando a rede em anel, mas a opção final dependerá ainda de posterior decisão do Governo. -----

----- E “Os Verdes” acrescentam, e porque não do Município de Lisboa e, acima de tudo, dos superiores interesses dos utentes de transportes públicos? É que qualquer opção que seja contrária a estes valores levará à inevitável contestação por parte dos munícipes. O que falta saber é se a Câmara Municipal de Lisboa está disponível para subscrever as opções de interesse público e de melhorar a mobilidade na capital ou em apenas anuir a decisões governamentais de carácter economicista que venham a ser impostas aos lisboetas. -----

----- Tratar-se-á, com certeza, de uma decisão política, mas que não poderá impor-se a medidas que afrontem uma mobilidade sustentável, em particular, para os utentes e os lisboetas, nem haver precipitadas decisões políticas, sem um válido suporte técnico e social que as consubstancie. -----

----- Ora, como o Grupo Municipal de “Os Verdes” já aqui defendeu em maio deste ano, desde 2009 que existem diversas hipóteses para o prolongamento das linhas de Metropolitano, através do ‘Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa 2010/2020’, dando-se prioridade às ligações com as principais interfaces e alcançando-se as zonas mais deficitariamente cobertas. -----

----- Por isso questionamos o Executivo se julga ou não pertinente acompanhar os estudos sobre possíveis alternativas que consubstanciem as futuras prioridades de expansão da rede de Metropolitano e que melhor sirvam os princípios de mobilidade e acessibilidade dos munícipes da Área Metropolitana. Até que ponto o fecho do anel potencia o aumento do número de passageiros? É ou não verdade que a rede atual se

encontra desequilibrada, abrangendo maioritariamente o eixo central da cidade? É ou não fundamental dar prioridade a uma oferta que agilize os fluxos diários dos cidadãos e a diversificação das necessárias ligações e transbordos, entre tipos diferenciados de transporte coletivo, ao longo da malha urbana? -----

----- O Estado da Cidade e o futuro de Lisboa dependem da participação democrática de todos, Freguesias incluídas, na construção de uma autarquia sustentável e da qualidade de vida dos seus munícipes.-----

----- Assim, considera o Município poder colocar-se à margem das necessidades de mobilidade dos trabalhadores, pensionistas, estudantes ou turistas, lavando as mãos como Pilatos? Em alternativa, entende ser indispensável conduzir um amplo debate público sobre as várias possibilidades de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa? Ou o vírus de que padece o Executivo PS já não tem cura?-----

----- Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vereadores, Caros Colegas Deputados, Restantes Presentes. -----

-----Reunimos hoje para debater sobre o Estado da Cidade ao longo do último ano e tentar perceber se a cidade está efetivamente melhor ou pior que há um ano. A conclusão é fácil, está pior. -----

----- Para esta conclusão muito contribui a decisão do executivo em tornar a cidade num autêntico estaleiro de obras, prejudicando todos os que vivem e circulam por Lisboa. -----

----- Exemplos, o Campo das Cebolas, o Cais do Sodré, as obras de pavimentação e as obras de requalificação do Eixo Central e uma praça em cada bairro. -----

----- Ainda bem que foi suspenso o projeto da 2ª Circular, caso contrário ainda agravava mais o estado de sítio em que se tornou a capital. -----

----- Senhor Presidente, independentemente do que diga, estas obras mesmo que necessárias foram pensadas com base no calendário eleitoral, e não no bem-estar daqueles que habitam, trabalham ou visitam a cidade. -----

----- As obras de requalificação do Eixo Central, que eu tão bem conheço, são um caos desde o seu início, e não foram só nos três primeiros meses, até as pessoas se habituarem. -----

----- Alguns exemplos: a sinalização horizontal e vertical, nada indica, e mesmo a que há, só atrapalha. -----

----- A supressão temporária de faixas de rodagem no próprio eixo central e nas travessias é uma boa forma de ter menos trânsito no eixo central, mas ele fica nalgum lado. -----

----- Para não falar de talvez do mais importante que é os parques dissuasores, não teria sido melhor a criação dos parques dissuasores antes das obras do eixo central. Se o objetivo é trazer menos carros para Lisboa, se o objetivo é que se circule menos em Lisboa tem de haver parques dissuasores com uma articulação com os transportes públicos. -----

----- Foi anunciado aqui pelo Senhor Presidente novos parques dissuasores hoje, um vasto conjunto de locais dos quais não identifiquei quais são os parques dissuasores, pelos locais que o Senhor Presidente indicou. -----

----- Na Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal de fevereiro de 2015, anunciava o *“Início do trabalho de atualização da inventariação de todos os parques de estacionamento de acesso público existentes em Lisboa, de modo a promover uma política de estacionamento concertada”* mas estranhamente esta informação já não consta da última informação escrita de 1 de junho e 31 de agosto de 2016. Volatilizou-se e hoje o Senhor Presidente vem anunciar uns parques pela Cidade que farão falta para os residentes mas que não servirão decerto quem vem trabalhar para Lisboa e mora nos concelhos limítrofes. -----

----- Pois é Senhor Presidente, não tenho dúvida que se perdeu uma oportunidade de implementar Parques Dissuasores. -----

----- Caros Presentes, no último ano também ficam presente a grande massificação do turismo que tem tido implicações significativas em quem reside na Cidade. Se por um lado o turismo pode ser potenciador da economia, por outro pode ter consequências devastadoras, quando não existe uma aparente estratégia de planeamento para avaliar os seus impactos. -----

-----A procura desenfreada de espaços para hotéis e arrendamento temporário tornou-se numa constante, principalmente na Baixa Pombalina, e nos bairros históricos, onde as placas se multiplicam nas portas dos prédios, anunciando hotéis, hostels e pensões em edifícios reabilitados, que se destacam no meio de outros devolutos e em mau estado. -----

----- Para se ter uma noção em termos numéricos, a Associação do Alojamento Local de Portugal (ALEP) calculou que surjam cerca de 200 alojamentos locais por mês em Lisboa, repito, cerca de 200 alojamentos locais por mês, ao qual acresce a inauguração de novos hotéis entre 2016 e 2017. -----

----- Caros presentes o último ano também ficou marcado pela deficiente gestão do património arbóreo da cidade. Foi comum, um pouco por toda a parte, o abate indiferenciado de árvores, sem razão aparente e das formas mais abruptas. -----

----- Pese embora se tenha reconhecido que havia a necessidade de apoiar as Juntas de Freguesia na gestão dos espaços verdes, a verdade é que pouco ou nada foi feito. Urge a necessidade da entrada em vigor do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa. -----

----- No entanto, nesta área de espaços verdes, nem tudo é mau. A título de exemplo, foi recentemente anunciado o corredor verde que permitirá ligar Monsanto ao Tejo. Este novo corredor terá “mais de 700 novas árvores, que serão regadas com água reciclada, a partir da ETAR de Alcântara”. Esperamos é que estas novas árvores não venham a acabar por secar e morrer por falta de manutenção, como tem sucedido no corredor verde oriental. -----

----- Por fim, felicitar igualmente o Executivo por acolher a Web Summit, que sem dúvida nenhuma constituirá uma oportunidade única para o empreendedorismo de Lisboa e consequentemente do país. -----

----- De relembrar que esta iniciativa permitirá maior visibilidade das diversas *startups de Lisboa e do país* colocar-se na vanguarda do empreendedorismo. -----

----- Em suma, em termos de balanço podemos dizer que a cidade de Lisboa poderia estar muito melhor. Disse.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores deputados municipais, Caro público. -----

-----O Estado da Cidade, apesar de tópico anual aqui nesta Assembleia, é preocupação recorrente e quotidiana de quem está ligado à política decidida e exercida em Lisboa. Seria impossível opinar, propor, realizar, sem entender e avaliar todas as dimensões desta cidade. Ouvindo o Senhor Presidente e a maioria PS sobre a cidade, temos uma sensação de estranheza, de que a cidade de que falam não é a mesma em que nós vivemos e trabalhamos todos os dias. Num entusiasmo pouco convincente e desesperadamente agarrado ao turismo e à tecnologia (pejado de estrangeirismos - hubs, web summits, start-ups, internet e software – e cheio de conceitos pseudo-inovadores – as incubadoras de empresas, os polos criativos, as zonas de restauração), traça-se um perfil de capital europeia que choca com a dura realidade que conhecemos. -----

----- Lisboa continua a ser das capitais europeias mais envelhecidas e com um dos maiores rácios de maiores de 65 anos a viverem sozinhos – e esta é uma população com menos escolaridade e com rendimentos substancialmente inferiores aos verificados noutras capitais; continua a haver muitas famílias a viverem abaixo do limiar da pobreza; há mais emprego que no resto do país mas altamente precário e instável; a habitação na cidade enfrenta um dos seus momentos mais complicados (seja pelas consequências da Lei do Arrendamento em vigor, seja pela brutal especulação decorrente do turismo seja pelas graves carências nos bairros municipais); a atividade económica torna-se perigosamente dependente de sectores altamente voláteis, como o turismo, avolumam-se os problemas do pequeno comércio, desvanece-se o perfil de cidade produtiva. Lisboa é cada vez mais uma cidade desigual, com uma grande parte da sua população a viver com problemas sem resolução à vista e uma elite que pode suportar o custo que a nova coqueluche do turismo europeu exige (seja no preço de uma casa, de um café numa esplanada ou do bilhete de entrada numa exposição). Também desigual no seu espaço físico, com bairros esquecidos e abandonados por oposição aos sítios hype, da moda, que estão a “dar que falar”. -----

----- As grandes diferenças entre a visão desta maioria PS e a nossa visão relativamente ao estado da cidade poderiam ser comparadas ao “copo meio cheio ou copo meio vazio”. Mas não. Todas as questões – das mais tecnológicas e inovadoras às mais problemáticas e crónicas – são diferentes dimensões desta cidade, são as muitas faces de Lisboa. O que efetivamente nos separa são as prioridades. O que efetivamente nos distingue e leva a uma caracterização tão, tão diferente é que,

perante este retrato de cidade e num contexto de empobrecimento geral da população nos últimos anos, defendemos outros caminhos, outras soluções urgentes, outras políticas prioritárias, para lá dos terminais de cruzeiros e das tecnologias de ponta. Perante uma capital que apresenta tantos desafios, consideramos que o nosso olhar, preocupação e proposta deverá ser, em primeiro lugar, para os problemas e as necessidades mais profundas e imediatas de quem cá vive e trabalha. -----

-----E se há assunto que mais tem alterado o dia-a-dia dos lisboetas, que mais o tem massacrado nos últimos meses (sem melhoras à vista), é a sucessão de obras que esventram a cidade e a tornam quase intransitável. Antes de mais, esclarecemos que não somos contra obras, muito menos quando são necessárias, urgentes e, em muitos casos, há bastante tempo reivindicadas. Não é a necessidade ou a importância das obras que se realizam e que é posta em causa. Mas seria impossível não abordarmos neste debate do estado da cidade a situação caótica que vivemos neste momento, nas ruas de Lisboa. Há uma questão fundamental em todas estas obras: a sua planificação, o seu *timing*. -----

----- Esburaca-se a 24 de Julho ao mesmo tempo da Fontes Pereira de Melo e do Areeiro, mantendo-se o Cais do Sodré em estado de sítio; mexe-se na Alexandre Herculano, na Av. República, na Rovisco Pais e na Tomás Ribeiro, em simultâneo; o Campo das Cebolas, a Graça e Santos pouco têm agora de Largos e assemelham-se mais a batalhas campais; a qualquer momento teremos a Rua Maria Pia, a Gomes Pereira, a Calçada da Estrela, a Av. Roma ou o Campo Mártires da Pátria pelo mesmo caminho. O resultado? Imobilidade total na cidade. Quando tanto se discute a mobilidade nas cidades, em Lisboa parece haver um “complot para a “imobilidade”, tais são os estrangulamentos rodoviários nalgumas das principais artérias da cidade. ---

----- E poderia dizer-se que tinha havido lapso ou pouco caso em fazer coincidir tantas obras, não fosse o facto de grande parte delas (se não a sua esmagadora maioria) estar terminada tão convenientemente a pouco tempo da realização das próximas eleições autárquicas. O 2017 será ano rico em inaugurações, discursos de circunstância e tentativas de fazer esquecer o pesadelo em que se tornou a circulação na cidade. Já foi dito aqui, pelo Senhor Presidente, que há procedimentos que obrigam a que as obras não comecem quando queremos. Mas, sejamos francos, nenhuma lei ou regulamento obriga os concursos, adjudicações ou inícios de obra a serem feitos todos no mesmo dia. Se os procedimentos que a lei exige têm os seus timings, a governação de uma cidade exige uma planificação. E a planificação da cidade de Lisboa é, com esta maioria, descaradamente, eleitoralista. Há ainda uma outra questão a ressaltar quando falamos neste amontoado de máquinas, trabalhadores e buracos por toda a cidade simultaneamente: é que haver tanta obra por realizar significa que durante muito tempo não se fez o que era necessário, não se acautelaram os problemas, não se reparou o que estava danificado. Durante meses e meses exigiram-se soluções para vias rodoviárias com problemas graves e empurrava-se a solução para o “Pavimentar Lisboa”. Apontou-se a necessidade de reabilitação de espaços de fruição da própria cidade e aparece o “Uma Praça em Cada Bairro”. Ressaltam-se os problemas de trânsito e vêm as famosas obras no “Eixo Central”. Pois é, mas para lá das prioridades

de intervenção dessas ações, resta-nos questionar, agora, perante o caos instalado, se tanto projeto, ação ou plano não poderia ter um pouco mais de interligação entre si – já que a maioria que as decide é a mesma! - no sentido de se evitar a paralisia rodoviária da nossa cidade. -----

----- E estas obras, para além do incómodo geral, têm custos. Custos para a cidade. Custos para os lisboetas. E não me refiro aos custos constantes da fatura a pagar aos empreiteiros. São os custos para os moradores e comerciantes das zonas intervencionadas (em barulho, sujidade e dificuldade em movimentarem-se nestas zonas), são os custos para os transportes públicos (em desvios obrigatórios e novas rotas a desenhar), são os custos para os condutores (que levam muito mais tempo a percorrer as mesmas distâncias), são os custos para os peões (pela dificuldade em aceder aos transportes públicos, em caminhar pelas ruas, em fazer a sua vida normal). Tudo isto, na “normalidade” de UMA obra. Agora façamos as contas a dezenas e dezenas de obras, um pouco por todo o lado e nalgumas das principais vias da cidade, por onde passam milhares de pessoas todos os dias. Mas ainda há outros custos, os imponderáveis, que levam a atrasos ou problemas adicionais. Cá estaremos para acompanhar o andamento e conclusão dos trabalhos. -----

----- Diretamente ligados à mobilidade na cidade, temos também os transportes que atravessam um dos seus períodos mais negros na nossa cidade. A degradação visível dos serviços públicos de transporte de Lisboa tem tido efeitos nefastos no dia-a-dia de quem cá mora e trabalha. Quem habitualmente circula de carro e, perante o caos provocado pelas obras, pretender optar pelo transporte público, desiste rapidamente. Desde o “azar” (nas palavras do senhor ministro) de ter que esperar mais de uma hora para conseguir comprar um bilhete nas máquinas (que isto de postos de atendimento com trabalhadores para falarem com os utentes é coisa já rara) aos tempos de espera surreais independentemente do horário que for, da circulação numa versão de “sardinha-em-lata” nas diferentes linhas do Metro e Carris às zonas da cidade que se tornam inacessíveis a partir das 20h, há todo um conjunto de consequências que constituem o dia-a-dia de quem usa os transportes públicos que seguramente não capta novos públicos aos condutores de viatura própria (já de si a braços com a ausência crónica de lugares de estacionamento na rua, os parques “dissuasores” que teimam em chegar, foram hoje aqui anunciados a abertura de mais parques de estacionamento dissuasores de estacionamento, mas pelo contrário não dissuadem ninguém de trazer o carro, apenas convidam a trazê-los para o centro da cidade, vamos ver a que preço. ----

----- E quanto a esta matéria – os transportes públicos na cidade -, pensamos ser fundamental que a maioria assuma as suas responsabilidades junto do Governo e das empresas públicas de transportes no sentido de melhorarem quanto antes as condições em que se viaja em Lisboa. E estas condições a melhorar são claras e facilmente visíveis, devendo a maioria defender: a reposição das tarifas de há quatro anos (são inconcebíveis os aumentos verificados principalmente perante uma degradação tão acentuada do serviço prestado), a melhoria da qualidade do serviço oferecido (mais carreiras, alargamento de horários e de frequência, redução dos tempos de viagem, mais conforto e segurança), a melhoria das condições de trabalho (mais trabalhadores



com cumprimento dos seus direitos), a reparação dos vários elementos (carruagens, escadas rolantes, estações, autocarros, paragens), o alargamento da rede de forma eficiente e indo ao encontro dos moradores da cidade e das suas necessidades. É também de primordial importância afirmarmos, uma vez mais, que estas empresas se devem manter na esfera pública, no âmbito do sector empresarial do estado, onde os municípios da Área Metropolitana de Lisboa tenham uma participação na planificação. A solução que tem sido avançada pela maioria PS – a municipalização – não defende os utentes e os trabalhadores, antes é uma saída direta para o fim dos transportes como serviço público na cidade de Lisboa. -----

----- Só com a alteração profunda nos objetivos e sua concretização por parte das Administrações da Carris e do Metro poderemos ter uma circulação que vá de encontro às necessidades das pessoas, por um lado, e ao projeto de cidade que defendemos, por outro. Uma cidade como espaço de vivência integrada que constitui simultaneamente um local de residência, de trabalho, de educação, de lazer, de fruição cultural, da prática desportiva. Só com uma rede de transportes eficaz, acessível e cumpridora poderemos captar novos moradores para a cidade, fomentar a circulação dos que apenas cá trabalham (e são quase tantos como os que cá moram) e dar resposta aos lisboetas. Conseguir uma rede de transportes melhor também traria o cumprimento de outros objetivos: a melhoria da qualidade do ar na cidade (atualmente é a 2ª capital com piores resultados na poluição atmosférica, estudo do Secretariado Ambiental Europeu, em 23 capitais europeias, e com níveis de poluição acima dos permitidos pela UE), traria também uma vantagem, uma maior fluidez no trânsito de uma forma geral. -----

----- Lisboa, a única capital europeia na costa atlântica e uma das cidades mais antigas deste continente, merece um projeto e uma visão únicos e dirigidos. Mas os lisboetas e quem cá trabalha merecem uma atenção ainda maior. Poderão haver WebSummits, rankings e prémios internacionais, hubs criativos e empreendedores, miradouros panorâmicos, incubadoras de empresas, convenções de startups, a primazia do digital. Mas o PCP não deixará nunca de priorizar a criação de emprego com direitos, a elevação do nível de vida da população, a manutenção de esquadras, o cumprimento das condições de trabalho dos trabalhadores do município, a existência de centros de saúde com respostas para todos, a habitação como direito inalienável, os direitos dos idosos, o combate à pobreza e à exclusão, a proteção do comércio tradicional, transportes públicos para todos, entre muitas outras questões. -----

----- E estas prioridades, repito, são o que nos separa, Senhor Presidente. Perante uma cidade repleta de desafios e de caminhos, estas são as nossas prioridades. Obrigada.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** nu uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Registamos a resposta do Senhor Presidente da Câmara ao Bloco de Esquerda e relembramos que o problema da habitação em Lisboa, sempre que é abordado sobre este problema, o Senhor Presidente da Câmara, saca da cartola de 5 a 7 mil habitações em Lisboa do Programa Renda Acessível, é a bandeira deste Executivo e hoje tivemos

essa novidade, zero casas entregues até ao final do mandato, sabemos também que era um desenho o que se comprometeu no dia 6 de abril era apenas um desenho e, portanto, é um desenho que vai cumprir até ao final do seu mandato. -----

----- Senhor Presidente, fazemos então hoje o Debate do Estado da Cidade. Debateremos 3 anos de responsabilidade sua no Município de Lisboa, metade como Vice-Presidente e Vereador das Finanças e a outra metade como Presidente da Câmara. O balanço que a cidade faz deste seu mandato é trágico, a cidade está pior do que estava há 3 anos e arrisca-se a estar ainda pior dentro de um ano. -----

----- É certo que temos mais turistas, mais hotéis mais FabLab, mais obras, mais taxas, mas a pergunta que temos que responder hoje é se temos mais cidade? E a resposta é não! Hoje temos menos cidade! Temos menos mobilidade, menos habitação, menos inclusão, menos transparência, menos capacidade para ouvir as pessoas e isso significa, naturalmente, menos cidade! -----

---- Esse é o balanço fundamental do seu Mandato, que temos hoje menos cidade! Temos um Executivo com muito empenho na propaganda sobre a participação mas com total incapacidade para ouvir as pessoas. Muita publicidade sobre o Orçamento Participativo e depois taxas de execução dos projetos escolhidos absolutamente vergonhosas dos 88 projetos aprovados desde 2008, há uma maioria de 51 que estão por concluir, há 3 destes foram votados há 7 anos, em 2009, e que continuam no papel. -----

----- A participação Senhor Presidente fomenta-se executando o que as pessoas decidem, é isso que mobiliza as pessoas para a democracia participativa, confirmarem que a sua voz pode mudar a cidade. Em Lisboa as pessoas que participam, escolhem, decidem e depois nada, concretização zero, mas uma cidade participada vai muito além dos 0.32% no Orçamento Municipal consignado Orçamento Participativo, uma cidade participada ouve as pessoas naquilo que interfere com a sua vida com o seu quotidiano. -----

----- Vou dar-lhe dois exemplos muitíssimo recentes: o primeiro sucedeu exatamente ontem, quando algumas dezenas de moradores se reuniram em Entrecampos mesmo à frente das instalações da Câmara Municipal de Lisboa perante a absurda decisão da Câmara de derrubar dezenas de árvores para a concretização de uma obra que ninguém conhece e onde ninguém foi ouvido. Nenhuma disponibilidade para ouvir os moradores, perante a visibilidade pública deste protesto, o Vereador do Urbanismo ouviu os moradores e aceitou alterar o projeto e minimizar o abate das árvores. -----

----- O segundo exemplo que lhe quero dar é o Jardim do Caracol da Penha de França e Arroios, a Câmara Municipal de Lisboa encomendou à empresa municipal de estacionamento, à EMEL, um parque de estacionamento para um terreno municipal naquela zona da cidade, tem conhecimento, os moradores sabendo dessa intenção organizaram-se mobilizaram-se e discutiram propostas alternativas para aquele terreno. Perante a intransigência da Câmara Municipal de Lisboa em ouvir aqueles moradores, o Bloco de Esquerda nesta Assembleia apresentou uma Recomendação que sugeria simplesmente que houvesse diálogo, diálogo entre a Câmara e os moradores, a Recomendação foi chumbada pelo Partido Socialista aqui nesta câmara,

foi chumbada e os moradores irredutíveis recolheram milhares de assinaturas numa Petição e a Assembleia Municipal de Lisboa está agora obrigada a discutir o assunto, Senhor Presidente ser ouvido nesta cidade dá muito trabalho!-----

----- Senhor Presidente queremos ser absolutamente claros sobre a cidade que está pior, a cidade como espaço urbano partilhado tem dois pilares fundamentais: habitação e mobilidade. Sem estes pilares não há cidade e em Lisboa há cada vez menos habitação e cada vez menos mobilidade, há por isso menos cidade! O seu mandato falhou, porque falhou sobretudo estes dois pontos essenciais do que é fazer uma cidade. -----

----- Falo-lhe primeiro de mobilidade, essa qualidade que pode tornar o espaço da cidade utilizado e partilhado ou pode torna-lo um inferno para quem vive e trabalha em Lisboa e é esse o calvário em que se tornou esta cidade sem soluções de mobilidade. -----

----- Os transportes públicos em Lisboa estão em situação de pré- colapso, como sabe, o desinvestimento e a voracidade privatizadora do Governo Passos/Portas implodiram o sistema de transportes públicos na cidade de Lisboa, o Metro e a Carris perderam juntos 60 milhões de passageiros nos últimos anos, 45 o Metro e 15 a Carris, o Metro de Lisboa tem problemas graves de manutenção, insuficiências crónicas de trabalhadores para operarem os equipamentos e uma gestão global calamitosa que culminou na recente crise do sistema de bilhética.-----

----- Lisboa é a única cidade do mundo que organizando um encontro de escala global, como o Web Summit os conferencistas não consegue andar de transportes públicos, porque não conseguem comprar bilhete. -----

----- A cidade modelo de empreendedorismo é uma cidade falhada, sabemos hoje que a Carris terá devolvido ao Município em 1 de janeiro do próximo ano, sabemos também que o Metro de Lisboa não seguirá o mesmo caminho e que se manterá sobre alçada do Governo, contrariando as suas palavras na tomada de posse, que citei há pouco.-----

----- Cito-o novamente: “construir uma melhor cidade impõe ao mesmo tempo que nos mantenhamos firmes na defesa do serviço público de transportes com gestão Municipal da Carris e Metro”, não podíamos estar mais de acordo, gestão Municipal da Carris e do Metro”.-----

----- O Governo contraria a sua vontade, a vontade do Presidente da Câmara e o compromisso da sua tomada de posse falha! -----

----- Mas garantir a mobilidade na cidade não basta que a gestão dos transportes públicos seja Municipal, é preciso garantir qualidade do serviço e sobretudo preços que consigam recuperar os utentes perdidos, para isso desafiamos hoje o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a comprometer-se publicamente com um regime tarifário reposição de passes sociais e que inclua a gratuidade para desempregados e para jovens sub 18, esse é o desafio que garante a recuperação dos transportes públicos como pilar da mobilidade urbana. -----

----- Mas quero falar-lhe também do outro pilar da cidade que a habitação, esse direito fundamental defendido no artigo 65 da Constituição, esse direito cada vez menos garantido na cidade de Lisboa.-----

----- Na sua tomada de posse, que voltei a referir há pouco, identificou a habitação como uma prioridade do mandato, e tinha toda a razão, tem toda a razão, essa é a prioridade das prioridades, mas o que era a urgência há um ano tornou-se agora uma emergência, o centro da cidade tem sido drenado dos seus residentes, expulsos para a periferia por via da lei dos despejos ou por deliberada orientação urbanística do Município ou pela conjugação destes dois fatores o centro esvazia-se de habitantes.----

----- Esta cidade não é para velhos nem para novos, é para investidores! São os investidores que desenham a cidade e definem quem pode viver e onde, esta é a política da cidade falhada.-----

----- Prometeu que 5 mil famílias da classe média poderiam voltar a morar na cidade e para o concretizar idealizou uma PPP, mas uma PPP das boas, já disse publicamente que esta não é como as outras, é das boas! E, portanto, em que estes privados serão chamados a substituírem a responsabilidade da Autarquia em garantir a habitação a quem precisa. Veremos os contornos desta operação que estiver definida, mas uma certeza, tivemos hoje com as suas palavras aqui: não será entregue qualquer chave deste programa até outubro de 2017. Essa é a política da promessa falhada.-----

----- Conhecemos bem outros programas da Câmara de Lisboa, conhecemos bem o programa da Renda Convencionada e, por isso, sabemos a incapacidade de resposta do Município, um programa que na sua última edição disponibilizou 10 fogos, 10 fogos aos quais se candidataram 844 pessoas, 10 apartamentos, 844 pessoas, uma resposta de 1% perante a procura. A Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Presidente tenta apagar um incêndio florestal com uma chávena de água, mais uma vez, a cidade falhada.-----

----- Sobre o drama da habitação diz-nos a Vereadora, em entrevista ontem, “que é preciso utilizar o património municipal como instrumento para alterar este estado de coisas”. É totalmente verdade, não podíamos estar mais de acordo, temo-lo dito aqui várias vezes, mas lamento informar, Senhor Presidente, chegaram 3 anos atrasados e 200 milhões de euros de alienações depois, a cidade vendida é uma cidade falhada.----

----- Senhor Presidente tem ainda um ano de mandato pela frente, a cidade precisa de mudar de rumo, urgentemente, diz-nos que as contas estão saneadas e que a tesouraria goza de boa saúde e que o Banco Europeu de Investimento apresenta-nos um cheque de 250 milhões, diz-nos também que a taxa turística ultrapassa os 15 milhões e que a tendência é para crescer. Pois bem a está na hora de estabelecer prioridades, responder pelas pessoas da cidade de Lisboa, respondemos por quem quer viver em Lisboa e foi expulso? Respondemos por um sistema de transportes públicos de qualidade que é uma alternativa ao transporte individual? Respondemos com uma cidade inclusiva que não deixa ninguém para trás? Sim! O Bloco de Esquerda responde que sim, que precisamos de fazer escolhas e são estas escolhas que transformam este espaço, onde vivemos, numa cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, Público em geral. -----

----- Estamos em outubro de 2016, e Lisboa central é um estaleiro. -----

----- Os lisboetas, bem como os restantes cidadãos utentes da cidade, deparam-se diariamente com cortes de trânsito, desvios, baias de obras, fitas plásticas vermelhas e brancas, estaleiros, máquinas de obras a rasarem os peões e os automóveis, parados ou em andamento. -----

----- Filas intermináveis, sem fuga possível, no transporte público ou no automóvel ... Enquanto olhamos para umas faixas plásticas amarelas onde pedem desculpa pelo incómodo e prometem ser breves. -----

----- O planeamento dos horários de cada um de nós já é feito a contar com os atrasos que as obras em toda a Cidade (reforce-se Toda) provocam no dia-a-dia. -----

----- Acordar as crianças mais cedo, telefonar para o escritório a avisar do atraso, ou nem sair de casa para um passeio porque é difícil, complicado, impossível, mais um *stress* além daqueles obrigatórios. -----

----- Se voltarmos atrás no tempo, lembramo-nos que com este executivo tudo começou com as alterações ao trânsito no Marquês de Pombal e na Avenida da Liberdade, áreas da cidade a evitar completamente. -----

----- Depois, durante meses sem fim também era necessário evitar a Frente Ribeirinha por causa da envergadura da obra que lhe alterou a imagem (para melhor, diga-se). ----

----- Mas agora é necessário evitar o Marquês, novamente a Frente Ribeirinha (desta vez do Campo das Cebolas até Santos), o Eixo Central, evitar por causa dos desvios toda a área em volta El Corte Inglés, o Parque Eduardo VII, a Praça de Espanha sobrecarregada com tanto desvio, a Avenida do Brasil, a Almirante Reis, a Cidade Universitária... -----

----- A Câmara aconselha a utilização de transportes públicos, contudo estes também estão congestionados. -----

----- No metropolitano houve diminuição no número de carruagens, estão esgotados os cartões Lisboa Viva, e os autocarros e táxis estão sujeitos também eles aos condicionamentos de trânsito.-----

----- Embora os transportes públicos não pertençam à autarquia, algo deveria ter sido planeado, para garantir a circulação no decurso e após das obras. -----

----- Sabendo-se que um dos pressupostos destas obras é precisamente diminuir a utilização do automóvel (e bem), mas gostaríamos de saber quais as alternativas pensadas, nomeadamente ao nível de criação de mais faixas de BUS, horários, conforto e eficiência. -----

----- Por outro lado, agora que se começa a desenhar a cidade, cujos projetos nunca foram apresentados conjuntamente, começamos a ter dúvidas: ciclovias que passam à frente de paragens de autocarro, vias habitualmente congestionadas que passam a ter uma só faixa, não se percebendo onde circulam as ambulâncias em hora de ponta, passeios alargados para três e quatro metros mas já preenchidos com esplanadas... -----

----- Também nos perguntamos quais as soluções projetadas para as áreas perto das escolas, nos horários de maior afluxo de entrada e saída de crianças. -----

----- Sabemos que a situação atual é transitória e que o ponto de chegada será melhor que o ponto de partida, mas tendo em atenção os inconvenientes constatados não teria sido mais prudente diferir no tempo as diversas intervenções ou ter frentes de obra com mais pessoal para reduzir os tempos de intervenção? -----

----- Nós, moradores, trabalhadores e visitantes de Lisboa, estamos a acusar o cansaço provocado pelo pó, pelo ruído, e o prejuízo de tempo, deste estaleiro gigante, que irá sem dúvida no final melhorar a cidade. -----

----- E o que dizer das intervenções no arvoredo em que recorrentemente vemos a população alarmada com abate de árvores adultas como no presente caso de Entrecampos. Porque não se toma como princípio sagrado que as árvores serão transplantadas em vez de serem abatidas. -----

----- Não queremos deixar de referir que a situação dos animais de companhia na cidade de Lisboa também nos preocupa. -----

----- Depois de um início de mandato prometededor, encontramos-nos numa situação limite não tendo sido feito tudo o que deve ser feito para incentivar adoções. -----

----- Pela nossa parte, temos feito sugestões sob a forma de recomendações à Câmara que não têm tido o acolhimento devido. -----

----- Trata-se de uma situação urgente que se traduz na incapacidade de acolhimento adicional de animais. -----

----- Assim, perguntamos o que pensa a Câmara fazer a curto prazo para contrariar esta situação. -----

----- De acordo com as informações que a Câmara nos transmite os próximos anos prometem-nos alguma flexibilidade financeira e investimentos importantes que melhorarão em muito a vida em Lisboa. -----

----- Esperemos que estes investimentos, não se limitem a infraestruturas e recuperação de património, mas que contribuam verdadeiramente para um dia-a-dia mais feliz para todos os seres. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia e Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro público. -----

----- O Debate Anual Sobre o Estado da Cidade é o momento propício para fazermos a interpretação do que tem sido a atuação da Câmara Municipal de Lisboa mas, também, de refletir sobre os desafios que enfrentamos e em que todos devemos ter um papel ativo. -----

----- Nesse sentido iremos centrar a nossa intervenção em 5 pontos fundamentais que não têm tido uma resposta adequada por parte do Executivo. -----

----- Começamos pela Cultura. Na cidade temos, inexplicavelmente, há décadas uma estrutura bicéfala (Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e EGEAC),

dupla consumidora de recursos económicos para o mesmo objetivo e sem os correspondentes resultados. -----

----- Se a EGEAC gere os principais monumentos de atração turística, como o Castelo de São Jorge e o Museu de Lisboa, e realiza as Festas de Lisboa, já o Pelouro da Cultura parece esvaziado das suas funções como demonstra o estado anémico da outrora viçosa Bedeteca Municipal, espaço único na cidade para a fruição desse género literário, e que após anos de fulgor, de iniciativas e de espaço criativo hoje nem sequer consegue manter o acervo atualizado.-----

----- Para não falar do prolongado encerramento da Hemeroteca Municipal, que reabriu recentemente num local provisório, e sem todas as valências a funcionar, com o inerente prejuízo para investigadores, estudantes e público em geral. -----

----- Senhora Vereadora, nota-se também um particular desinteresse pelo associativismo local e pelas tradições populares. Que apoios são dados às associações com trabalho de pesquisa e representativas dos nossos costumes e tradições? Que apoio é dado às casas regionais e grupos etnográficos sediados na capital? -----

----- Pelo que vemos é muito pouco ou praticamente nulo. Seria importante um apoio efetivo a centenas de pessoas que, voluntária e diariamente, mantêm vivas as representações daquilo que somos enquanto povo e Nação. -----

----- Talvez o Parque Mayer, no dia em que a Câmara Municipal de Lisboa decida o modelo de revitalização deste espaço icónico de Lisboa, possa integrar atividades nesta área e apoios específicos. -----

----- O Senhor Presidente falou na presença da cultura popular neste espaço mas num outro âmbito. Lembre-se, já agora, daqueles que promovem a cultura popular. -----

----- Que dizer do prometido Museu dos Descobrimentos que teima em não sair do papel ou da anunciada criação do percurso temático dos Descobrimentos entre o Campo das Cebolas e Belém? -----

----- É que para além da destruição dos brasões nada mais não se viu!-----

----- A oferta cultural de Lisboa é muita, basta ver a programação da EGEAC, mas a mesma não pode viver focada na cultura de massas, em eventos de grande dimensão, deixando para as Juntas o colmatar da falha que é a ausência de ofertas locais, tão importantes para as comunidades de Lisboa. -----

----- A cultura tem de ser um pólo de desenvolvimento económico sustentável, gerador de emprego, riqueza e atração turística, com impacto nos outros sectores. -----

----- Lisboa reúne as características e as ferramentas para ser uma grande capital cultural. Falta-lhe uma política concertada, visando a inclusão de todos os públicos, onde a Câmara Municipal de Lisboa deveria ser a principal impulsionadora e concretizadora de projetos culturais. Lamentavelmente não é! -----

----- Na área do Turismo um conjunto de situações, para as quais a Câmara Municipal de Lisboa também contribuiu, e na qual o anterior governo teve um papel decisivo na desburocratização do sector e na promoção internacional de Lisboa enquanto destino turístico, fazem de Lisboa um sucesso que deve ser preservado e ampliado. -----

----- Atrevo-me mesmo a afirmar que se não fosse o turismo há muito que o comércio da baixa e dos bairros históricos estaria moribundo. -----

----- Porém, tal acontecimento deu origem a novos problemas, alguns imediatamente detetados mas que até hoje carecem de resolução.-----

----- A título de exemplo, todos recordamos como os debates em torno dos veículos de animação turística apontaram para a necessidade de uma regulamentação que cingisse os percursos para preservar a população dos bairros históricos do ruído e da poluição.

----- Foi elaborada uma proposta regulamentar no início do ano que, depressa, se esfumou.-----

----- Pergunto, onde está esse regulamento? Quando a Câmara Municipal de Lisboa tem competências para regulamentar, por que não o faz? -----

----- E no que concerne ao crescimento da população temporária da cidade deveria ter sido acompanhado também pelo aumento da capacidade de resposta em matéria de higiene urbana. -----

----- Não obstante o trabalho de proximidade das freguesias, há bolsas do centro da cidade que acumulam lixo comercial e turístico nos passeios, quase todos os dias e durante quase todo o dia! A sujidade da cidade, essa continua a ser uma das principais críticas de quem nos visita. Que medidas tomou a Câmara Municipal de Lisboa para colmatar esse défice de higiene a par do esforço das Juntas de Freguesia mais afetadas?-----

----- Foi com expectativa que ouvi agora deixada pelo Senhor Presidente. -----

----- A pergunta é retórica, ou não. Porque se sabemos o que não foi feito ou foi insuficiente, muito gostaríamos de perceber que verbas da taxa turística foram alocadas à higiene urbana ou à colocação e/ou reposição de mobiliário urbano.-----

----- Uma nota ainda para a questão do alojamento de longa duração, que é um arrendamento e para o alojamento local, que é um serviço prestado e, portanto, matérias distintas. -----

----- Como sabemos este último será duramente penalizado em termos do aumento de impostos, na proposta de OE para 2017, apesar de este ter custos administrativos que não existem no alojamento habitacional", como sejam os serviços de limpeza, receção ou outros serviços de apoio. -----

----- Todavia o aluguer tradicional, ou de longa duração não foi beneficiado, em termos fiscais, para se tornar competitivo e ser uma real opção, para quem quer viver na cidade, em casa alugada. -----

----- Uma vez que é o mesmo partido que governa a cidade e o país, instamos o executivo da Câmara Municipal de Lisboa a preocupar-se com esta matéria, em termos de desagravamento fiscal. -----

----- E como disse ainda há pouco o Sr. Presidente, não se pode aceitar a inação, a inércia. E ela aplica-se a ambos sentidos. -----

----- Em suma, o turismo não pode ser encarado como uma ameaça mas sim uma oportunidade que importa acompanhar de perto.-----

----- Entrados no campo da Habitação cumprimento a vereadora, que já cá não está, pela clareza intelectual com que desmontou, ontem em entrevista a um jornal e a par do que o CDS tem vindo a afirmar, o novo mito urbano que por aí corre, pois como



todos sabemos, a Baixa da cidade não está vazia só de agora e não está vazia apenas por via do alojamento local que foi criado e a culpa não é, seguramente, do turismo. ---  
----- Invocar que o turismo é o culpado de todos os males é um tiro no pé.-----  
----- Nem tão pouco a lei das rendas foi um problema para a zona da Baixa Pombalina, embora careça de um olhar social e atento às situações de exclusão social e pobreza. -----  
----- Mas foi precisamente essa lei que permitiu que os privados reabilitassem o edificado. Mesmo o que deveria ter especial interesse como as Lojas Históricas e Emblemáticas e que a Câmara Municipal de Lisboa tentou proteger de uma forma meramente cosmética. -----  
----- A Câmara Municipal de Lisboa tem ao seu dispor, desde 2009, inúmeros meios para defender as lojas históricas, como o PDM, Plano de Pormenor de Salvaguarda (Chiado, Baixa Pombalina, Avenida da Liberdade entre outros de cariz nacional. -----  
----- O interesse público municipal encontra-se patente na simples existência de um Plano de Pormenor de Salvaguarda, que detalha e reforça o PDM. -----  
----- Em situações extremas pode até invocar o interesse público do município em salvaguardar determinada loja/imóvel/negócio, assumindo naturalmente, os encargos que daí resultem. -----  
----- A Câmara Municipal de Lisboa tem os meios ao seu dispor para proteger o que entender e tem os meios financeiros que pode alocar, caso tenha interesse de facto em salvaguardar o conjunto património - uso. -----  
----- Tem até um Regulamento do Plano de Pormenor que tem de rever mas que ainda não o fez. -----  
----- A Câmara Municipal de Lisboa tem tudo. Tudo menos a vontade como vem demonstrado no Regulamento do Fundo Municipal onde inscreve, anualmente, no Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa o montante de 250 mil euros, valor manifestamente baixo para cumprir o objetivo de promover o comércio tradicional local como a marca identitária da cidade de Lisboa. O montante de apoio a cada estabelecimento, de acordo com o regulamento, indica o limite máximo de 25 mil euros, um valor já por si diminuto face aos valores dos serviços que os estabelecimentos irão ter necessidade de contratar nas áreas de arquitetura, restauro, cultura, economia e comércio, mas que partilhado por todos se reduz a 2/3 mil euros, por loja.-----  
----- Ainda assim e voltando à Baixa, basta revermos o Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina para perceber as quotas fixadas para habitação na Baixa. Nessa medida e decorridos 10 anos importa aferir 2 aspetos: cumpriu a Câmara Municipal de Lisboa os mínimos definidos no Plano no uso para edificado? E que premissas foram alteradas, em 10 anos, para que não sejam cumpridos? -----  
----- É algo em que devemos, todos, refletir. -----  
----- Por outro lado, importa que os mecanismos lançados pelo Município sejam aperfeiçoados no sentido de conseguir dar resposta à classe média que, cada vez mais, é expulsa de Lisboa por não encontrar alternativas financeiramente viáveis no mercado.-----

----- Os números são claros quanto ao facto de Lisboa ser, cada vez mais, uma cidade envelhecida. Importa lembrar que a promessa do Senhor Presidente de disponibilizar 5000 fogos habitacionais ficou pelo caminho... -----

----- Nessa medida, o património municipal deve ter um papel preponderante na procura de uma solução. Continuamos a aguardar uma estratégia clara, coerente para este património, numa equação em que não podemos esquecer o parque habitacional social do município. -----

----- E sobre esta matéria, desde o início do ano que aguardamos que a Câmara Municipal de Lisboa apresente a proposta de regulamento de património e sequente estratégia há tanto aguardados. Não podemos continuar a pactuar com a alienação de imóveis sem que o executivo cumpra com a sua promessa e, acima de tudo, obrigação de apresentar tal proposta. -----

----- Quanto à Qualidade de Vida na cidade, este tem sido um motivo de preocupação dos lisboetas que se têm vistos privados do seu direito ao descanso, dos espaços verdes ou das mais elementares regras de higiene no espaço público. Poderia esgotar o meu tempo em exemplos pelo que só abordarei os casos mais significativos. -----

----- Não obstante termos um novo regulamento, que introduz melhorias mas que mereceu a nossa crítica em relação ao horário das esplanadas não ser diferenciado dos estabelecimentos, a alteração dos horários nas zonas de Santos e Cais do Sodré não contribuiu, ainda, para a diminuição do ruído, ao qual agora se soma o proveniente das obras. -----

----- Também aqui, a falta de higiene urbana grassa. -----

----- Relembro a recomendação aprovada nesta assembleia para a criação de instalações sanitárias, em zonas críticas, para que quem saia de casa ou cruze diariamente o Cais do Sodré não tenha de o fazer em ambiente insalubre. Até hoje, foi ignorada. -----

----- O ruído noturno é uma constante, principalmente nas zonas com animação noturna e limítrofes, a que se soma a acumulação de lixo residual (copos, garrafas, outros...). -----

----- Assim, torna-se urgente que, além de regulamentar, que se pugne junto da Assembleia da República para que a lei do ruído seja alterada. -----

----- A nossa preocupação com a atuação da Câmara Municipal de Lisboa tem fundamento. -----

----- Observe-se o que acontece com o “cervejódromo” do Arco do Cego. Perante o consumo desregrado de álcool, venda de droga, acumulação de lixo e ameaças constantes aos moradores, a Câmara Municipal de Lisboa, através de declarações públicas, aponta para soluções de redesenho do espaço público mas até ao momento limitou-se a colocar um gradeamento em cima do parapeito do jardim que... tem sido ótimo para servir de base para os copos. -----

----- E neste campo, voltamos a reforçar aquilo que o CDS tem vindo a defender nesta casa: por melhores regulamentos que aprovemos, sem um aposta efetiva em meios de fiscalização, é o mesmo que nada. -----

----- Acessoriamente, verificam-se questões crescentes de insegurança, que incidem sobre residentes e turistas, pelo que deve ser alargada a cobertura de vídeo proteção, que tem um efeito claramente dissuasor e que o CDS defende desde 2010. -----

----- Sobre os espaços verdes, há zonas da cidade em que a recuperação de jardins é um facto mas, simultaneamente, lamento que zonas que eram exemplo máximo de gestão pública sejam hoje o inverso. Veja-se o caso paradigmático do Parque das Nações. -----

----- Ali, os espaços verdes representam um terço da área da freguesia e já se percebeu a manifesta incapacidade financeira para os recuperar e manter, devolvendo àquele lugar, em tempo útil, o equilíbrio e a razão da sua existência. O Parque Tejo, o Parque Trancão, mais de 200 árvores em falta e dezenas de palmeiras, tudo em área de responsabilidade camarária, estão num estado deplorável constituindo nalguns casos um perigo para a saúde pública. -----

----- Por último, e atendendo à época, pergunto se a Câmara Municipal de Lisboa já articulou com as Juntas de Freguesia a limpeza das sarjetas? -----

----- Ainda no que concerne ao ambiente, os últimos dados sobre a qualidade do ar e os níveis de poluição devem merecer a nossa preocupação. Se por um lado, importa reduzir o nível de dióxido de carbono provocado em parte pelo trânsito automóvel, há que apostar na estrutura verde da cidade. -----

----- Se bem que temos assistido a revitalização de vários espaços verdes na cidade, a população tem manifestado preocupação com o abate desnecessário de muitas árvores. Para o efeito, é essencial que Lisboa siga os bons exemplos de outras cidades e tenha um Regulamento do Arvoredo claro e objetivo nas medidas a tomar e na estratégia arbórea da cidade. -----

----- Aliás, desígnio esse distante da proposta que o executivo nos apresentou recentemente. -----

----- Por outro lado, e provavelmente devido à pressão do ato eleitoral que se avizinha na execução de várias obras pela cidade, assistimos ao abate de centenas de árvores. Aceitamos que sejam abatidas árvores quando existam relatórios fitossanitários que comprovem o seu estado débil, mas não podemos pactuar com o simples abate por causa de intervenções na rede viária ou de espaço público quando a permanência dessas árvores é possível. -----

----- Ainda ontem nos deparámos com o cordão humano de defesa das árvores do Campo Grande, frente ao edifício da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Uma intervenção camarária para criar estacionamento, sem qualquer discussão pública, sem conhecimento dos órgãos autárquicos e que pretende abater 28 árvores. É importante perceber como alguns projetos são encarados por esta maioria. -----

----- Em reunião de moradores com os serviços responsáveis pela obra, na semana passada, é dito que nenhuma árvore seria abatida; no mesmo dia, são afixados anúncios, nas árvores, dizendo exatamente o contrário. -----

----- Ontem, após o cordão humano que juntou dezenas de munícipes foram ouvidos Vereador Manuel Salgado, a Câmara Municipal de Lisboa vai, afinal, abater apenas 3 árvores. Nem uma devia ser abatida. -----

----- Agora vejamos! A facilidade com que se volta atrás numa intervenção já iniciada não denota abertura do executivo mas sim inconsistência e pressa nas mesmas, a opção pelo caminho mais fácil, o desnorte. -----

----- E é nestes momentos que os munícipes, e nós eleitos, se interrogam: se se podia manter árvores, porquê optar pela via mais fácil? Por que não se discutem as intervenções a efetuar com os cidadãos? Não se poupariam tempo e recursos?-----

----- Esta opacidade nas decisões do executivo não pode ser aceite pelos munícipes e muito menos por nós eleitos. -----

----- Intervenções com impacto na sustentabilidade ambiental da cidade e em zonas estratégicas da capital não podem resumir-se a um mero despacho ou serem tratados como uma mera empreitada municipal que apenas precisa do aval da Câmara ou de um Vereador. -----

----- Não fosse a ação da oposição e o empenho ativo dos munícipes, não teríamos tido discussões alargadas sobre o Eixo Central ou a Segunda Circular, debates esses que permitiram o aperfeiçoamento das propostas. -----

----- Em suma, exige-se da Câmara Municipal de Lisboa mais transparência e regras claras. -----

----- Neste campo, há que registar que os últimos 3 anos, em particular, que o facto da Câmara Municipal de Lisboa apresentar projetos fechados, sem discussão, fizeram com que a sociedade civil se unisse em torno da defesa da sua rua, do seu bairro, da sua comunidade, o que é de salutar. -----

----- Espelho dessa participação são as inúmeras petições que dão entrada nesta Casa da Cidadania, a par das intervenções do público, cada vez em maior número e com maior substância.-----

----- Como aqui foi aprovado recentemente, é imprescindível que a Câmara Municipal de Lisboa faça uma apresentação pública dos vários projetos em curso pela cidade e o seu ponto de situação, do plano Repavimentar aos projetos Uma Praça em cada Bairro, e porquê?-----

----- Até porque alguns dos projetos disponíveis no *site* da Câmara Municipal de Lisboa seja no desenho seja nos prazos definidos, não batem certo com a realidade. E aqui recai uma das principais queixas dos cidadãos: a ausência de informação real. -----

----- Dos cinco temas que inicialmente anunciei, deixei para o fim o da Mobilidade que, como todos sabemos e sofremos, está a infernizar a vida dos lisboetas, fruto do calendário eleitoral do atual Presidente de Câmara que assim resolveu iniciar um conjunto de dezenas de obras em simultâneo. -----

----- E não vale a pena argumentar que somos contra a melhoria do espaço urbano. Podemos não concordar com algumas das soluções, mas é incompreensível a *overdose* de obras em simultâneo. -----

----- Às obras da frente ribeirinha que se eternizam desde 2009 somam-se as intervenções em inúmeras zonas da cidade, com destaque para as efetuadas no eixo central. -----

----- No campo da mobilidade viária deparamo-nos com um plano de mobilidade desatualizado, com ausência de estudos de tráfego que deveriam sustentar algumas

das obras em curso, mas se a ideologia que sustenta a política da Câmara Municipal de Lisboa passa pela redução do uso de viatura particular dentro da cidade, então não se percebe de todo o que acontece com o estacionamento e os transportes públicos. ----

----- No primeiro caso, o fomento e promoção da utilização de parques de estacionamento dissuasores tem sido efetuado a conta-gotas e em algumas zonas são mesmos inexistentes. Aliás, da intervenção do Senhor Presidente e do rol de parques anunciados, apenas um se situa numa freguesia à entrada da cidade!-----

----- Relembro, também, a necessidade fulcral de encontrar políticas de estacionamento que impeçam a invasão de veículos de fora de Lisboa em zonas residenciais, que tem origem em 2 problemas: as ainda zonas livres limítrofes de zonas tarifadas e com saturação na procura de estacionamento, a par dos bairros juntos a zonas de grande comércio e serviços. -----

----- Relembro as situações que o CDS tem apresentado, em zonas fortemente residenciais, verificadas na Penha de França, em Alvalade ou nos Olivais. O Senhor Presidente falou em novos lugares mas não se esqueça que há ainda muito a fazer no que toca a ordenamento, que é muito mais importante que criar novos estacionamentos. -----

----- A deficiente e assimétrica cobertura que a EMEL tem na cidade, cria zonas caóticas de estacionamento. A isto soma-se a adaptação de espaços pedonais em estacionamento autorizado em cima do passeio e a proliferação de pilaretes, como práticas habituais e pouco aconselháveis, dizemos nós. -----

----- Mas lembrando a promessa que ainda há pouco nos fez dos 7000 lugares, vem-me à memória as queixas dos munícipes. Senhor Presidente, estamos a falar de zonas de estacionamento para residentes, com um custo de €12/ano, ou são os parques promovidos pela EMEL com avenças, para residentes, de €30/mês, ou seja, €360/ano? Esclareça-nos... -----

----- Para não falar naquelas iniciativas anunciadas mediaticamente e que depois se evaporam. Alguém sabe o que aconteceu ao programa «tolerância zero», desígnio da transferência de 150 efetivos da PSP para a PM em 2007?-----

----- No âmbito da segurança escolar, o CDS tem apresentado várias propostas nesta Assembleia sobre o perigo em que incorrem milhares de alunos da nossa cidade. -----

----- Em 2008 a Câmara Municipal de Lisboa lançou um programa dedicado a medidas de segurança junto aos estabelecimentos de ensino, programa esse que não teve continuidade.-----

----- Anos depois, o atual Plano de Acessibilidades refere várias medidas que não vemos serem implementadas. Sendo uma matéria de especial relevo, é essencial que o executivo tome medidas urgentes que passem pela atenuação da velocidade dos automóveis, sinalização horizontal e vertical adequada e campanhas de sensibilização dirigidas a condutores e informação direcionada à comunidade escolar, seja na vertente de segurança rodoviária seja na implementação de medidas de segurança e comportamentais no trajeto entre casa e a escola.-----

----- Por fim e em relação aos transportes públicos a situação ainda é pior por não se constituírem sequer como uma alternativa. Para além de não cobrirem toda a malha

urbana, um percurso na cidade em que se tenha de viajar em duas carreiras da Carris pode demorar uma hora e meia. O mesmo tempo que se despende numa viagem Lisboa-Coimbra, no Alfa pendular. -----

----- O antigo serviço porta a porta poderia ser um paliativo mas também aqui é possível coordenar o trabalho da Câmara Municipal de Lisboa com o das Juntas. -----

----- No Metropolitano a degradação dos serviços de transportes é o exemplo. Intervalos de circulação cada vez maiores, composições apinhadas, escadas rolantes paradas, ausência de higiene nas estações e o “azar” (lamenta o ministro) da falta de bilhetes nas máquinas, tudo contribui para infernizar a vida daqueles que aqui vivem e trabalham e dos que nos visitam. O caso da linha verde é paradigmático com a circulação limitada a 3 carruagens face à ausência de intervenção prioritária na plataforma de Arroios, com as condicionantes inerentes que afetam toda a linha.-----

----- Em simultâneo, assistimos a promessas do governo de avançar com a ligação do Rato ao Cais do Sodré. -----

----- Ora estas decisões colocam em causa a rede de transportes na cidade mas também o planeamento urbano e, enquanto autarca, não posso aceitar que se aprove, a título de exemplo, o Plano de Urbanização de Alcântara e o Plano Pormenor das Amoreiras, cujas intervenções no esquema de circulação viária assentam no pressuposto da abertura das estações de Alcântara e Amoreiras, para as quais não se vislumbra qualquer iniciativa. -----

----- Com a manutenção do Metro sob a alçada do Governo e a Carris a passar para a Câmara Municipal de Lisboa gora-se a estratégia camarária de coordenar os transportes na cidade, desconhecendo-se qual a política de financiamento e de mobilidade destas entidades e a quem devemos exigir responsabilidades.-----

----- A inexistência de uma política metropolitana de transportes é algo que ficará na história como um eterno insucesso ou o atual executivo tem vontade e ideias para conduzir esse processo?-----

----- Mas seria hipócrita e irracional dizer que tudo está mal e como sabem não é a minha forma de estar. -----

----- Por disso deixo uma palavra de reconhecimento em áreas em que Lisboa tem melhorado significativamente: o trabalho de integração e inclusão das várias comunidades é uma obra com muito mérito do Vereador dos Direitos Sociais, da qual não posso deixar de elevar pela constituição do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar.-----

----- Na área do empreendedorismo e start-ups, Lisboa tem-se afirmado como polo aglutinador de vontades, dinamismo e inovação. -----

----- No que respeita à rede de mercados municipais, deixo uma palavra também ao Vice-Presidente com quem, ao longo destes 3 anos, tive oportunidade de refletir sobre os problemas existentes e de que forma poderíamos tornar estas estruturas atuais face às exigências dos clientes modernizando-os. Nesta matéria, a Assembleia Municipal deu um importante contributo através do relatório apresentado pela 2ª Comissão e aprovado por unanimidade e aclamação. -----

----- A proposta atual de Plano Municipal para os Mercados incluiu a maioria das recomendações aprovadas, o que é de salutar. Embora estejamos no início deste processo, em estreita articulação com as Juntas, há ainda muito trabalho a fazer, nomeadamente a preocupação nossa em que os mercados possam ser uma mais-valia na economia local e não concorrencial ao comércio de bairro. -----

----- Uma palavra também ao Vereador do Desporto. Lisboa tem-se destacado na captação e promoção de eventos europeus e internacionais desportivos, que têm ajudado a projetar a nossa cidade. Simultaneamente, as Olissipiadas vieram recuperar a união e o espírito de partilha desportiva junto dos grupo informais desportivos da cidade. -----

----- Finalmente, e em relação ao Web Summit Lisbon que se vai realizar brevemente, fruto do empenho e da vontade conjuntas do Município e do Governo anterior, há que reconhecer o mérito que a Câmara Municipal de Lisboa teve em acolher e potenciar este evento que beneficiará toda a cidade muito para além do evento. -----

----- Uma palavra ainda ao esforço das Juntas de Freguesia ao desafio e adaptação à Reforma Administrativa da Cidade, que conseguiram, umas de forma mais positiva que outras, dar resposta às necessidades das populações. Palavra essa estendida também aos serviços camarários. -----

----- Em suma, Senhor Presidente, Lisboa enfrenta inúmeros desafios a que importa encontrar meios e mecanismo de resposta eficientes, de modo a corresponder aos anseios de quem cá vive, trabalha e visita. -----

----- Senhor Presidente, apresentámos aqui o contributo para a clarificação necessária de várias matérias naquilo que sempre foi a nossa postura: uma oposição atenta, que critica e apresenta soluções alternativas e que tem sabido, escutar as forças vivas da cidade, cumprindo o desígnio de colocar o mandato que nos foi conferido ao serviço da Cidade. -----

----- Estou certo que 2017 será rico em inaugurações, mas também em mudança nos desígnios de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. A Mesa informa que o Senhor Deputado gozou de alguns minutos cedidos pelo MPT. -----

----- Senhores Deputados, com a intervenção da Senhora Deputada Ana Gaspar termina a Primeira Ronda, para a Segunda Ronda Temos 5 Forças Políticas inscritas e depois teremos ainda uma Terceira Ronda com uma inscrição do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Cara Senhora Presidente, Secretários, Caro Senhor Presidente, Vereadores, Deputados e Deputadas e restantes cidadãos e cidadãs presentes. -----

----- Começaria por dar algumas pistas daquilo que nós sentimos com o que ontem aconteceu em Lisboa, com a formalização, a apresentação formal, de facto, de um projeto, projeto BEI que já foi aqui elencado. Que constitui uma grande janela de

oferta para a cidade a dois níveis, de investimento, mas também, da possibilidade de escolhas sociais e políticas sérias na tal política progressista.-----

----- E é, de facto, com a força da palavra e a força da nossa memória, porque é assim que nós temos de colocar as coisas, que aqui se podem colocar prioridades. Quando se fala e já se falou e não vou abordar detalhadamente o assunto, da Websummit, das *startups* e de tudo o que se o movimenta nesta cidade de favorecimento, da habitação depois falará a Floresbela, para atrair os jovens, para que os jovens permaneçam e os jovens podem ser portugueses ou estrangeiros, mas também com sólidas políticas, sólidas e diversas políticas de direitos sociais para apoio aos idosos, de facto, o que se fala é da sustentabilidade de uma cidade. -----

----- Queria ainda, relativamente há uma palavra que agora é um pouco mal dita que é a palavra turista, dizer-lhes que esta é uma palavra curiosa porque aparentemente foi Standal que pela primeira vez falou dela, num texto que eu acho que deve ser lido, um livro interessante que é a memória de um turista, isto ronda os anos de 1873. Ou talvez, apenas num livro de anedotas antes, em que a palavra era glosada como *travel*, que seria igual a *tour ist*, fica esta memória e a força da palavra. -----

----- Por outro lado, também todos nós somos, de facto, potenciais turistas. O turismo não é novo, quando há mais industrialização, há mais turismo e, isto faz parte da história dos povos e do povo. Os turistas e quem os acolhe, não são meras relações entre os indivíduos, mas sim entre as sociedades que os representam e há aqui todo um potencial até de humanidade que nós podemos trocar. Há quem estude essa semiologia e, há quem afirme como Mac Cannel que o turismo é uma séria procura de autenticidade e, portanto, se calhar, nós podemos falar de nos novos tempos haver ainda umas peregrinações. -----

----- Queria associar isto a um tema que foi trazido aqui por uma peticionária, acho que quase todos vós sabem que eu sou uma velha habitante das Avenidas Novas também, é, de facto, esta questão das lojas com história. Lançava aqui um desafio e o desafio penso que vai ser acolhido e essa será a parte mais importante disto. Que é, com acolher as lojas com história que são de pequenos comerciantes que podem não ter tudo o que as outras lojas com história têm? Neste momento já há empórios a reger as lojas com história, mas estas, algumas destas e o caso citado pela Margarida Jardim, são de pequenos comerciantes. O desafio é, como é que nós vamos acolher estas lojas que têm uma história também? E, portanto, no fundo, quais são as nossas marcas identitárias. -----

----- Por outro lado, relativamente aos transportes públicos há, de facto, uma grande evolução e aqui falamos com a força da palavra e da memória. Não esqueço que estamos a fazer política e não esqueço também que estamos a um ano de eleições e em tudo se joga. Mas com a força dessa memória e com a força daquilo que é o nosso projeto comum, para haver sustentabilidade, como nós sabemos, terá que haver e já foi isso afirmado e nós vamos seguir com muito interesse. Qual vai ser o estado de arte desta negociação com a Carris? -----

----- Por fim dizer-vos que para nós a urbe é, acho que para todos nós, é feita de profundas contradições, de vários tempos e vários modos e da sustentabilidade. Penso



que todos nós das bancadas, do meu lado esquerdo ao meu lado direito, procuramos isto, as formas são diversas, mas que todos o fazemos. E teremos, de facto que ajustar nalgumas coisas, nalguns conceitos que nos são comuns, porque são conceitos adquiridos, são conceitos científicos, não é a nossa mera opinião. E, portanto, diria que com a força da palavra e da memória, não com outras palavras que até são um pouco desagradáveis aqui, porque é esta memória que nos vale numa cidade que nós queremos sustentável, amiga e que caminhamos a largos passos para isso, sempre com tentativas sólidas, pensamos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----  
----- Vamos entrar na segunda ronda, então.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A cidade está um espetáculo. -----

----- Acompanhei o percurso do Senhor Presidente no caminho para cá e vi pessoas à janela a acenar à sua passagem, gritando pelo seu nome. -----

----- As muitas pessoas nas paragens de autocarro, demonstração do enorme apoio ao transporte público, chegavam mesmo a desmaiar, certamente por o verem. -----

----- No Metropolitano as pessoas não pediam bilhete, limitando-se a deixar o dinheiro à entrada e ordeiramente, procurando não se empurrar, para mostrarem ao Senhor Presidente o seu sorriso. -----

----- O trânsito parava para o ver passar e as pessoas gesticulavam e entoavam melodias com o nome de Medina. -----

----- Nas entradas da cidade vimos uma grande afluência de carros, certamente cheios de gente para viver esta metrópole extraordinária. -----

----- A Polícia Municipal sorria, nos passeios, de braços cruzados perante a harmonia presente entre cidadãos, comerciantes e construtores. -----

----- As árvores curvavam-se do alto da sua majestosidade, fazendo as suas folhas cair suavemente pelos passeios, de forma ordeira e em montinhos prontos para a recolha. --

----- Os jardins municipais, esses, despiam-se de brasões e ideologias, despiram-se da história e do passado, focados que estão neste novo presente e nesta nova promessa de futuro. -----

----- A água da chuva descia ordeira e controladamente, para assegurar que o plano de drenagem pensado poderia aguardar sem cheias de maior, até à sua implementação. ----

----- Até o lixo, essa simpática forma de resíduo metropolitano, quis cumprimentá-lo Senhor Presidente, acumulando-se em algumas esquinas para que o conseguisse ver por cima dos lisboetas que se acumulavam junto às calçadas e ex calçadas da cidade de Lisboa. -----

----- O que acabei de partilhar convosco seria, certamente, a visão de um assessor do Senhor Presidente mais entusiasmado, numa dinâmica prosada e elogiosa da vida da nossa cidade. -----

----- A minha visão é, talvez, um pouco diferente. -----

----- Eu não vi pessoas à janela a acenar à sua passagem, mas aqui e ali, ouvi alguns gritos de revolta. -----

----- Vejo muitas pessoas nas paragens de autocarro, exemplo claro das falhas constantes do seu funcionamento e dos atrasos recorrentes, as que chegavam mesmo a desmaiar, pasme-se, era de fadiga e da espera. -----

----- No Metropolitano, as pessoas não pediam bilhete, porque não há. -----

----- O trânsito não parava para o ver passar, o trânsito já está parado há muito tempo Senhor Presidente, e nem vou reproduzir o que as pessoas entoavam e gesticulavam com o nome Medina. -----

----- Nas entradas da cidade, vimos uma grande afluência de carros, porque a cidade bloqueou e porque a rede de transportes públicos está totalmente desadequada, com objetivos de excluir da rede de Metropolitano um terço da cidade e os acessos ocidentais, nos próximos 10 anos. -----

----- A primeira parte estavam todos a gostar de ouvir, não é? Bem me parecia. -----

----- A Polícia Municipal sorria, porque não há simpatia que agunte a indefinição estratégica na sua atuação. A culpa não é deles, mas sim de quem define o seu modelo operacional. Ter uma Polícia Municipal para outras missões....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado eu peço desculpa de interromper. -----

----- Naturalmente o Senhor Deputado tem direito a usar a sua ironia. Eu só peço aos Senhores Deputados que não façam comentários que perturbem a audição do orador, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, prosseguiu a intervenção: -

----- “Senhora Presidente eu senti que estava muito mais, tinha mais público na primeira parte da minha intervenção, estavam todos mais prosados e mais embutidos do espírito da prosa lírica. -----

----- A culpa, dizia eu, não é dos polícias...eu gosto de ver este entusiasmo, eu gosto de ver esta participação...a culpa não é dos polícias, mas sim de quem define o seu modelo operacional. Ter uma Polícia Municipal para outras missões que não fiscalização de obras no espaço público, do trânsito e do Comércio, é não só um desperdício de recursos, mas é também um desperdício do erário público. -----

----- As árvores não se curvavam, estavam a ser abatidas para redesenhar soluções urbanísticas mal pensadas e pior implementadas. -----

----- Sobre os jardins e os brasões, enfim, todas as ideias são boas ideias, mas que o que se gostaria mesmo de ver, era não apagar aquela forma de arte tão diferenciadora e conciliar o reforço da habitabilidade do próprio Jardim. -----

----- A água da chuva não se controla, apesar de alguns de vós ao princípio sentirem que era possível. Como também não se controlou o ano passado, nem nos anos anteriores e a verdade é que não podemos ficar à espera de um plano que não sai do papel. -----

----- E o lixo, bom, o lixo é só mais um sinal da desorganização e falta de planeamento que reina na cidade. Não se pode aceitar que a Câmara Capital do país,

saiba há uma semana ou mais desta greve e tenha deixado para o último dia o aviso aos lisboetas. Pior que a estratégia encontrada para resolver esta situação tenha sido, por favor guardem o lixo nas vossas casas durante estes dias. -----

----- Enquanto Presidente de Junta, soube desta greve pela comunicação social, sem ter tempo de poder ajudar a construir uma solução adequada que não passe por permitir acumular lixo nas ruas ou nas casas das pessoas. Ainda assim, na Estrela voltaremos às ruas e tudo faremos para recolher o lixo que a CML não vai conseguir recolher. -----

----- Como vê, Senhor Presidente, a imagem do PSD não é a imagem de um assessor com tendências prosaicas. Porém, Senhor Presidente, o PSD quer ajudar a construir cidade. As juntas de freguesia podem ser parceiros, porque as pessoas não diferenciam quem recolhe o lixo, as pessoas querem é o lixo recolhido. -----

----- Reforce a descentralização em curso, queremos participar no planeamento destas e de outras situações que atentam contra a qualidade de vida dos lisboetas. Queremos apoiar a consolidação de um projeto de reformas que passe pela redefinição estratégica do modelo de funcionamento da cidade e dos seus serviços. -----

----- As obras são importantes. Mas, de que servem se no dia seguinte continuarmos a ter a ditadura das segundas filas que bloqueiam a circulação? Que mobilidade asseguramos sem regras no acesso à cidade de Lisboa? Como pode funcionar uma cidade para o Século XXII, com um regulamento de cargas e descargas dos meados do Século XX? Como pode a Polícia Municipal fiscalizar o trânsito, as obras, o espaço público e o comércio, se está desorientado em lógicas de policiamento de proximidade, duplicando a ação de uma PSP que tem essa vocação e para mais tem esquadras de proximidade espalhados pela cidade? -----

----- Senhor Presidente, vamos começar pelas coisas simples da cidade, aquelas que tem impacto imediato e positivo nas pessoas e no quotidiano, vamos discutir e rever as regras de funcionamento da cidade, alicerces da sua funcionalidade. -----

----- Em vésperas da Websummit, recorde que Pedi Cosgrove anunciou que ia sair de Dublin, porque as velocidades de acesso eram muito fracas. Senhor Presidente, eu não quero que no futuro ele esteja a dizer que sai de Lisboa, porque as velocidades de circulação não permitiam aos convidados chegarem aos eventos. -----

----- Senhor Presidente, não precisamos de discursos sobre o estado da cidade porque os lisboetas a conhecem muito bem. É tempo de discutirmos o futuro da cidade de Lisboa e, para isso também pode contar com o PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cabe-nos hoje, a esta Assembleia, realizar um dos momentos mais significativos dos seus trabalhos, o debate sobre o estado da cidade. -----

----- Mas, como já aqui disse anteriormente, o debate sobre o estado da cidade é também o debate sobre o estado da oposição. E, por isso, não deixaria de começar por, enfim, perceber aqui algumas linhas que já se depreenderam das intervenções anteriores do PSD. -----

----- A primeira é que é preciso existir um debate sobre o estado da cidade para assegurar, é, de facto, um quórum significativo. E, portanto, nesse sentido, não sei se não será de rever o regimento e passarmos a ter aqui talvez um debate bimensal, porque só assim é que poderemos efetivamente contar com uma presença significativa do PSD. Desde que eu me lembre, neste mandato, não me lembro de ver tantos Deputados do PSD.-----

----- A segunda nota é sobre a proposta, a segunda nota é sobre a proposta insólita e algo surpreendente de um pacto em fim de regime, sobre os aspetos e as obras centrais da cidade. É um facto que o PSD não tem candidato à Câmara de Lisboa e, pelos vistos, agora quer que o Partido Socialista lhe faça também o programa eleitoral para a sua candidatura.-----

----- Outro elemento igualmente importante, tem a ver com aquilo que são as responsabilidades do PSD num conjunto de áreas da cidade e, que já percebemos que serão ou que delas será feito por parte do PSD, completamente tábua rasa e teremos oportunidade, enfim, de ter isso mesmo esclarecido nestas intervenções dos Deputados do PSD.-----

----- Em matéria de transportes vêm para aqui, de facto, e não gosto da expressão, mas, de facto, é um pouco chocante e confesso que é com dificuldade que ouço estas intervenções a falar do estado dos transportes, que é negativo, é um facto, os transportes públicos atravessam um momento difícil e têm problemas. Mas Senhores Deputados, com franqueza, não nos façam de tolos e tenham um pouco de senso no que diz respeito às responsabilidades que tiveram nesta matéria, para agora virem aqui falar como se nada tivessem a ver com os transportes.-----

----- Em matéria de casos humanísticos, enfim, logo na primeira intervenção tivemos aqui declarações inflamadas, sobre a matéria da Bragaparkes e sobre a matéria dos terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer. Enfim, também não me parece, de facto, que seja muito apropriado e creio que um bocadinho mais de elevação nesta matéria não lhes ficaria mal, enfim.-----

----- No que diz respeito também a políticas de habitação e de arrendamento, ouvimos aqui o PSD lamentar a saída de habitantes da cidade, a saída de habitantes do centro da cidade, a dificuldade em ter, de facto, adquirir ou arrendar casa na cidade quando, de facto, tiveram, enfim, um papel muito significativo, para não dizer decisivo, nessas dificuldades que agora dizem que as pessoas sentem.-----

----- Uma outra nota relevante no que diz respeito à situação financeira do Município. O PSD já fez duas intervenções e nem uma palavra sobre a situação financeira do Município. O que diz bem na minha perspectiva sobre a solidez e sobre o bom estado das finanças do Município que levam a que, de facto, ela desapareça das intervenções do maior partido da oposição.-----

----- Em suma, penso que contaremos aqui, para 2017, com um PSD em plena negação da realidade, um PSD que não reconhece o trabalho feito, até ao contrário de outras forças políticas, inclusivamente do CDS que algum trabalho reconheceu. E passando, no fundo, a habitar numa espécie de realidade paralela que, enfim, é um pouco semelhante àquela realidade em que também habita a nível nacional.-----

----- Senhora Presidente, entre tantos temas e iniciativas que poderiam ser aqui objeto de apreciação e de intervenção, começaria por destacar um que me parece da maior relevância e atualidade, pese embora o mesmo já tinha sido aqui objeto de referência. Trata-se da assinatura do acordo-quadro entre a Câmara de Lisboa e o BEI, na sequência da aprovação de uma candidatura de Lisboa ao Plano Juncker. Tal acordo permitirá até 2020 a realização de um conjunto de investimentos estruturais da maior importância para a vida da cidade e do lisboeta. -----

----- É de uma cidade para os lisboetas e para as pessoas que estamos aqui a falar, parece que isso não ficou patente para todos os Deputados. É um programa que abrangerá áreas tão relevantes e tão significativas como a melhoria das acessibilidades da cidade, a modernização das instalações culturais, o investimento no parque escolar da atividade, a requalificação do espaço público, a melhoria do parque habitacional e o aumento da eficiência energética, a execução do Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa. -----

----- Lisboa, senhora Presidente, tem neste acordo um instrumento poderoso que lhe permitirá implementar até ao final da década, um plano de investimentos vasto e diversificado, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem em Lisboa, trabalham em Lisboa e visitam Lisboa. -----

----- Estamos a falar Senhores Deputados de um investimento global de cerca de 520 milhões de euros, dos quais 280 milhões serão comparticipados ou por capitais próprios, ou por recurso a financiamento pela Autarquia. E, é precisamente a envergadura deste investimento e os avultados recursos que a câmara tem que assegurar que remetem para outro dos temas que eu aqui gostaria de trazer, que é, a situação orçamental e financeira da Autarquia. Só uma Autarquia com uma situação sólida e estável em matéria orçamental, só uma autarquia gerida de uma forma que eu reportaria de exemplar, estaria em condições de assegurar as verbas necessárias e os recursos necessários à implementação deste plano. -----

----- E, é também nesta linha que queria deixar aqui uma referência às linhas do Orçamento Municipal para 2017. Bem sei, Senhora Presidente e Senhores Deputados, que teremos um momento próprio para a discussão do orçamento, onde teremos oportunidade de confrontar as posições e os pontos-de-vista das diferentes forças políticas. Mas, não quero desde já salientar as principais características e as principais linhas desse orçamento que, na minha perspetiva, consubstanciam a continuação de uma situação de solidez financeira e de uma situação benéfica para as famílias da cidade de Lisboa. A manutenção do IMI na taxa mínima permitida por lei, a devolução de 2,5% do IRS às famílias, são indicadores que conjugados não têm paralelo na Área Metropolitana de Lisboa, repito, não têm paralelo na Área Metropolitana de Lisboa. A isenção da Derrama para todas as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros, um orçamento que assegura recursos para a manutenção do elevado investimento e um orçamento que continuará a trilhar um caminho de redução do endividamento do Município, enfim, um orçamento que assegure uma política fiscal mais amiga e mais satisfatória para os Municípios de Lisboa. -----

----- Não queria também deixar de fazer, Senhora Presidente, uma referência ao conjunto de obras que estão em curso e, que já foram aqui amplamente elencadas, por algumas forças da oposição. Se há coisa, de facto, que este Executivo não pode ser acusado é de não trabalhar e de não fazer obra. O PCP elencou aqui exaustivamente um conjunto de intervenções que estão a ter lugar e um conjunto de intervenções que vão ter lugar e, portanto, nesse sentido, eu dispense-me aqui de repetir essa lista e de a debitar exaustivamente todas e cada uma das obras. Ficou bem patente da intervenção do PCP, o trabalho exaustivo que a Câmara Municipal de Lisboa tem e vai fazer em matéria de espaço público.-----

----- Diria, no entanto, Senhora Presidente, que são obras de vulto, são obras de enorme envergadura que causam com certeza incómodo, que causam transtorno e que causam irritação dos lisboetas e de todos os que se deslocam na cidade. Mas que são obras necessárias, como creio que a generalidade das bancadas reconheceu, são obras de uma oportunidade inegável, uma vez que concluídas se traduzirão numa melhoria assinalável da qualidade de vida dos lisboetas.-----

----- E, não resisto a deixar aqui um aviso, Senhora Presidente, cuidado para aqueles partidos que, enfim, ficarão muito enquistados nesta questão das obras que estão em curso, nos problemas e nos incómodos quotidianos que as mesmas acarretam. Porque, uma vez concluídas essas obras, correm o risco de ficar sem discurso e correm o risco de ficar sem propostas Senhora Presidente.-----

----- Queria também Senhora Presidente, Senhores Deputados, deixar aqui uma saudação ao Município, pelo facto de ter anunciado a constituição de um Fundo de Mobilidade Urbana financiado por receitas da EMEL, do IUC e das multas de trânsito. Em primeiro lugar, enfim, a constituição de tal fundo nega algum conteúdo de algumas intervenções que aqui foram feitas, sobre a despreocupação da Câmara Municipal com a matéria da mobilidade no nosso Município.-----

----- A transferência da gestão da empresa Carris no próximo ano para o Município, não deixará seguramente de mobilizar uma parte substancial deste fundo, no sentido de inverter a atual situação degradante do serviço prestado pelos transportes públicos. É uma situação muito difícil e, eu não tenho nenhum problema como utente quotidiano desses serviços, da Carris, do Metro, em reconhecer que existem muitas dificuldades e que, portanto, estamos obviamente, expectantes e confiantes na atuação do Executivo para agir positivamente sobre esta matéria.-----

----- Senhora Presidente concluiria a dizer que, nós pela parte do Partido Socialista, estamos satisfeitos com o estado da cidade e estamos muito confiantes na atuação de quem a dirige. Obrigado”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passado um ano desde o último debate sobre o estado da cidade, Lisboa continua a padecer dos mesmos males. Podemos dizer que alguns chegaram mesmo a agravar-se, apesar de todas as propostas apresentadas com vista à sua resolução.-----

----- Ainda como reflexo da reorganização administrativa, Os Verdes não podem deixar de referir os impactos mais significativos que se traduzem no desmantelamento de serviços da Câmara e numa completa desorganização.-----

----- Podemos dar o exemplo da gestão dos espaços verdes e do arvoredo. Sob o argumento de proximidade aos cidadãos e de vantagens a nível de gestão dos serviços, o Executivo livrou-se dos espaços verdes para as Juntas de Freguesia, sem qualquer noção do que está a fazer.-----

----- Como resultado desta medida, houve podas e abates entregues a empresas privadas, muitas destas intervenções a serem mal realizadas, na altura desadequada e sem qualquer controlo.-----

----- Achou a Câmara que resolveria o problema que ela própria criou e que gerou muita contestação, com a proposta de Regulamento do Arvoredo, com o objetivo de fazer regressar a si grande parte das responsabilidades sobre esta matéria. De referir que ainda não foi possível aprovar este regulamento nesta Assembleia Municipal.-----

----- Pela parte de Os Verdes, reconhecemos a importância da existência deste regulamento, mas não resolve os problemas entretanto criados, nem todos os conflitos entre os diferentes órgãos autárquicos.-----

----- Esta situação é bem demonstrativa das incoerências e fragilidades da transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, cenário para o qual Os Verdes alertaram desde o início. Estamos, portanto, perante o reconhecimento de que algo falhou.-----

----- E é totalmente insensato que as árvores de alinhamento não se tenham mantido na Câmara. Não deverá o arvoredo ser gerido de forma integrada, por constituir um todo, em termos ambientais, paisagísticos e históricos?-----

----- Para dar um exemplo recente de como este Executivo olha para as árvores na cidade, temos as obras no jardim do Campo Grande, cujo projeto pretende reordenar a circulação automóvel na Praça de Entrecampos. Apesar de o Senhor Vereador do Urbanismo ter referido que a obra consistia na utilização exclusiva do parque de estacionamento à superfície, estiveram três dezenas de árvores em risco, algumas delas com seis décadas.-----

----- Ontem, o Senhor Vereador já informou que vai rever o projeto, cortando 3 das 28 árvores que previa inicialmente abater e transplantando outras cinco, para dar lugar a um parque de estacionamento.-----

----- No entanto, retiraram a relva, os passeios e a calçada, acabando por levantar também parte das raízes das árvores, fazendo com que muitas delas possam não sobreviver.-----

----- Tem sido esta a política deste Executivo. Faz projetos e depois altera-os porque são maus e apresentam problemas. Por que não cria, este Executivo, o bom hábito de adaptar os projetos à existência de seres vivos, que fazem parte da cidade e que não podem ser vistos como obstáculos?-----

----- Outro assunto que é bem paradigmático das opções do Partido Socialista na cidade é o Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Numa altura em que aguardamos o agendamento da segunda sessão do debate sobre Monsanto, é possível desde já concluir que a população não quer mais alienações nem mais atentados neste espaço.-----

----- É urgente travar a venda a retalho de Monsanto. É esta a opinião da generalidade dos cidadãos e das associações que se pronunciaram, e não que esteja sujeito a ocupações suscetíveis de afetar o seu equilíbrio global.-----

----- Esperamos, portanto, que a Câmara finalmente cumpra o seu papel na defesa de Monsanto e deixe de ver neste espaço uma reserva de terrenos urbanizáveis.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, sendo o debate sobre o estado da Cidade um momento de balanço, Os Verdes voltam a alertar para o menosprezo com que o Executivo lida com as propostas aprovadas nesta Assembleia Municipal.-----

----- Desde o início deste mandato, Os Verdes apresentaram neste plenário 110 documentos. Desde o último debate do estado da cidade até hoje, foram perto de 40 os documentos por nós apresentados.-----

----- A Autarquia ignora sistematicamente a generalidade destas propostas e nada faz para as implementar, o que é um grande desrespeito para com este órgão democrático, os eleitos e os cidadãos.-----

----- Com as intervenções de Os Verdes neste debate sobre o Estado da Cidade, procurámos fazer um balanço da situação em que se encontra a cidade, com base no que vemos e sentimos no dia-a-dia e trazendo a voz das populações a este Plenário. Fazemo-lo com seriedade, com responsabilidade e, como temos feito ao longo do mandato, associando a cada problema, a solução sustentável para o resolver.-----

----- Em relação a tudo, o Executivo adotou o discurso do, já está pensado, já está previsto, vamos começar a fazer, já começámos a pensar fazer, e daí não passa!-----

----- Senhor Presidente, a conclusão a que chegamos é que estamos a falar de duas cidades diferentes. Uma vista pelos olhos do PS e outra vista pelos Verdes e pelos cidadãos. Mas há uma explicação para esta dualidade. E, por isso mesmo, deixamos aqui um desafio ao Senhor Presidente. Faça como nós temos feito ao longo de todo este mandato, vá para as ruas, para os bairros, vá por exemplo às paragens de autocarro e para as estações do Metro, converse com as pessoas, tire uns minutos para ouvir o que têm estas pessoas a dizer. Certamente a visão que tem da cidade será muito diferente.-----

----- Na verdade, a política autárquica do Partido Socialista, não tem mostrado propriamente vontade para que o poder local esteja ao serviço das populações e da resolução dos seus problemas concretos.-----

----- O Executivo tem estado mais preocupado em vestir o fato de promotor de eventos e de mediador imobiliário. E enquanto anda ocupado de evento em evento, de alienação em alienação, esquece-se das necessidades dos habitantes e dos trabalhadores da nossa cidade. Pela mão do Executivo, os Municípios e os trabalhadores são o elo mais fraco e continuam a ser constantemente prejudicados.-----



----- Os problemas estão identificados, assim como o caminho para a sua resolução. Se o Partido Socialista insiste nesta gestão danosa, é porque está cada vez mais comprometido com outros interesses e objetivos, que não o bem-estar dos lisboetas. ---

----- Antes de terminar, mais um aspeto, igualmente em jeito de balanço. Fará no próximo ano, dez anos de gestão do PS à frente da Câmara Municipal. Praticamente uma década marcada por Executivos que não souberam ou quiseram resolver os problemas, sempre presos a interesses alheios e contrários aos interesses de quem vive e trabalha em Lisboa.-----

----- É altura de a cidade deixar de ser vista como uma fonte de negócio para alguns, poucos, os senhores do dinheiro como bem se sabe, em detrimento da grande maioria, que são os que aqui vivem, estudam e trabalham. -----

----- Lisboa precisa de mais! Lisboa não pode ser uma cidade proibida para os lisboetas. Além de ser completamente errado, é triste sabermos que as pessoas se sentem esquecidas e remetidas para segundo plano.-----

----- Para Os Verdes, Lisboa precisa de outras políticas, que coloquem as pessoas e a sua qualidade de vida no centro das preocupações. Pela nossa parte, enquanto o Partido Socialista insistir neste caminho, terá a oposição de Os Verdes, denunciando estas opções e propondo medidas com vista a uma cidade equilibrada, harmoniosa e mais justa e sustentável para todos. -----

----- É essa a cidade que os Municípios precisam e que nós queremos ajudar a construir! Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta ronda além do Senhor Deputado Nuno Abreu, ainda contará com a Senhora Deputada Floresbela Pinto e depois temos uma última ronda com duas intervenções.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Trazemos também aqui hoje, a este debate do estado da cidade, o tema dos transportes públicos na cidade de Lisboa, enquanto parte de uma estratégia de dimensão metropolitana.-----

----- É nossa convicção que as empresas públicas de transportes, CARRIS e Metro, a par de outras, assumem um papel determinante para a definição e implementação de uma verdadeira política de transportes públicos à escala metropolitana, que vai para além da cidade de Lisboa, com o peso e a importância que esta tem no plano económico, social e da mobilidade. -----

----- Só uma gestão 100% pública tornará possível o funcionamento dessas empresas como elemento âncora de uma nova política de gestão dos transportes públicos, capaz de resolver os problemas de mobilidade sentidos pelas populações, garantindo o acesso universal a transportes públicos de qualidade, eliminando as carências, a baixa qualidade, a descoordenação, o elevado custo e promovendo, simultaneamente, a utilização alargada do transporte público. Senhor Presidente, quanto mais utentes do transporte público, maior será a viabilidade económica e financeira deste serviço. -----

----- A questão dos transportes públicos é, por estas razões, de cariz supramunicipal, em cuja discussão deverão ser envolvidos todos órgãos e populações da Área Metropolitana. -----

----- As empresas CARRIS e Metro têm para a cidade de Lisboa uma importância insubstituível, mas essas empresas têm também uma enorme importância para Municípios limítrofes, fazendo todo o sentido que sejam geridas por uma entidade supramunicipal, na qual os municípios participem e não obedecendo a uma visão paroquiana, onde participe única e exclusivamente o Município de Lisboa, como está previsto para o caso da Carris. -----

----- A entrega da gestão da CARRIS exclusivamente ao Município de Lisboa, porá em causa uma visão metropolitana do transporte público e não garante, à partida, uma oferta integrada e de qualidade do serviço público ao universo dos utentes que futuramente deve servir e aos que já atualmente serve, que ultrapassam largamente a população da cidade de Lisboa, muito particularmente nos movimentos pendulares. ----

----- Mais e melhor serviço público de transportes na cidade de Lisboa, só é possível com medidas como a criação do passe intermodal, com preço igual para todos os utentes, que permita aos possuidores do passe social utilizá-lo em qualquer transporte público dentro da sua coroa. A diminuição dos preços dos transportes públicos, o ajustamento dos horários de muitas carreiras que impedem a mobilidade das populações, a correção da insuficiência ou imprevisibilidade de horários das carreiras, questões estas que têm de estar associadas a um modelo inovador de organização dos transportes públicos quanto ao seu planeamento, meios de financiamento, gestão do sistema tarifário, entre outros. -----

----- A eficácia das medidas enunciadas depende, não de uma gestão de casulo de um só município, mas antes, de uma entidade supramunicipal pública, com forte participação metropolitana, capaz de dar resposta eficiente áquilo que são as necessidades específicas das populações, em matéria de mobilidade e transporte. A partir deste diagnóstico, também ter a capacidade de definir uma política de transportes comprometida com respostas de serviço público, mas uma política também objetiva e universal. -----

----- É este o inadiável desafio que deixamos aqui ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para que trabalhe com os autarcas dos demais municípios da Área Metropolitana numa proposta que, mantendo a empresa no âmbito do setor empresarial do Estado, encontre uma solução de participação metropolitana na CARRIS, para apresentar ao Governo em tempo útil. Estamos seriamente convencidos Senhor Presidente, que encontrará acolhimento e apoio noutros municípios, para tornar possível a construção dessa solução de gestão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Neste debate do estado da cidade, os Deputados Independentes gostariam mais uma vez de trazer a esta Assembleia o tema da habitação, que já aqui foi também amplamente discutido. -----

----- O acesso ao direito à habitação, continua a ser na cidade um desafio a ter presente para o desenvolvimento sustentável de Lisboa, pois quem nela habita, tem o mérito de lhe dar vida, de lhe dar alma, de a dinamizar, rejuvenescer e preservar. A esta Assembleia têm chegado os esforços deste Executivo na reabilitação dos bairros municipais e do património disperso, com vista à resposta diversificada na área da habitação. Alguns exemplos claros, são as habitações de transição para vítimas de violência doméstica, o acesso à habitação social municipal, o programa de renda convencionada, ou os realojamentos no bairro Padre Cruz e bairro da Boavista. Gostaria num breve parênteses de também relembrar os 75 anos do bairro da Boavista, da sua criação e saudar todos os seus moradores. -----

----- Sabendo o muito que ainda há a fazer, congratulamo-nos por ouvir neste debate do estado da cidade por parte do município, um balanço positivo sobre a resposta dada neste mandato na área da habitação e a antevisão de um futuro auspicioso já em preparação. -----

----- Gostaríamos também de assinalar como positiva, a assinatura entre a Câmara Municipal e o BEI de uma linha de financiamento que permitirá prosseguir os objetivos de resposta a várias áreas de intervenção e investimento, nomeadamente no que diz respeito à área da habitação, do combate à exclusão e à melhoria da qualidade de vida da cidade. -----

----- Por fim, democraticamente, gostaria ainda de dizer que sendo a amnésia, a falta ou ausência de memória, desprante maior será o recurso à memória seletiva, irreal e desprovida de autocritica e noção de responsabilidade, por um lado, e pela inexperiência e não reconhecimento das conquistas e de interesse público que decorrem diariamente na cidade. Não brinquemos, prosa lírica é coisa séria e, em seriedade, eu pergunto, no que concerne ao cumprimento do Artigo 65º da Constituição, de direito à habitação, em Lisboa é o Município o maior provedor de habitação social e acessível e que continua a projetar investir em mais e melhor, neste âmbito. São factos inegáveis. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de agradecer o comício do Senhor Presidente da Câmara Municipal e, relembrar-lhe que isto ainda é um debate da Assembleia Municipal sobre o estado da cidade. E, portanto, mais do que aquilo que veio anunciar e as primeiras pedras que já está a lançar, veremos ainda contra quem, estamos a debater o estado atual e sobre o estado atual pouco ou nada disse. -----

----- E, portanto, relativamente ao estado atual, falando de um momento único e excecional do mercado imobiliário e das *startups*, esqueceu-se de dizer que, neste momento, Lisboa tem uma taxa de pobreza que aumentou em cerca de 80% nos últimos anos e que está equiparada a níveis de 2003. Dessa taxa de pobreza não fala e ela está na comunicação social e no Observatório da Rede de Pobreza de Lisboa, portanto, pode consultar as páginas, já que está a negar. -----

----- 49,7% dos desempregados têm 35 a 54 anos e, portanto, quando fala do emprego na cidade de Lisboa, estamos a falar em idade ativa, 49,7% do desemprego é

precisamente nesta faixa etária e no último semestre 230 trabalhadores foram despedidos.-----

----- Quando enaltece as *startups* e o turismo e quando se apresentou na conferência do turismo, ali nos lados do Museu do Oriente, o Senhor Presidente, certamente reparou que estava uma manifestação cá fora de trabalhadores da hotelaria e do turismo. Mas preferiu ser aplaudido pelos empresários do turismo e não teve nenhuma palavra para os trabalhadores e, eu gostava que o Senhor Presidente então falasse, já que fala tanto da ‘fábrica de talento’.-----

----- Então e os trabalhadores que estavam ali a exigir melhores salários, a exigir emprego com direitos?-----

----- Porque é que o Senhor Presidente não se dirigiu a nenhum deles, não foi falar com eles, não foi ouvir os trabalhadores?-----

----- Já que valoriza tanto o turismo na cidade de Lisboa, porque é que não foi ouvir aqueles que, de facto, trabalham, aqueles que recebem os turistas?-----

----- Que o Senhor Presidente quer tanto valorizar o turismo em Lisboa e já disse que vai continuar a apostar no turismo em Lisboa, mesmo, apesar de todas as consequências negativas que o não planeamento na cidade tem levado para quem cá vive e trabalha. Mesmo considerando as consequências altamente negativas, que a falta de gestão, a falta de visão que esta Câmara tem tido relativamente às pessoas que vivem e trabalham em Lisboa, porque é que não se dirigiu a estes trabalhadores? Porque é que nunca há uma única palavra para os trabalhadores do turismo? Que como se sabe tão bem, são dos trabalhadores mais explorados e com níveis de precariedade mais elevados em todos os setores empresariais. Disso não falou.-----

----- Já agora, também quando fala, falou aqui de Nova Iorque e da habitação municipal, certamente falta-lhe aqui algum dado. E, já agora, já que falou de Nova Iorque, aconselhava-o a ver uma série muito interessante sobre a habitação municipal em Yonkers em Nova Iorque e, sobre toda a teoria da habitação municipal e como se faz verdadeiramente uma inclusão que não é com bairros municipais, mas, incluindo as casas e os apartamentos no centro das cidades.-----

----- Mas, o orçamento para o ano, prevê 65 milhões de euros em reabilitação urbana. E, quer-me parecer que esta reabilitação urbana, será para reabilitar os prédios da Baixa e daquilo que está no plano para habitação, não consta um único prédio para habitação de renda condicionada na Baixa lisboeta, esses prédios têm sido exclusivamente para hotéis, alojamento local.-----

----- E, quando fala do aumento das rendas, da valorização dos terrenos, etc., a Câmara Municipal não se pode esquecer que tem sido dos principais responsáveis pelo aumento dos preços.-----

----- Porquê? Porque está neste momento a vender ao desbarato a Baixa de Lisboa. Com vistos Gold, sim, com vistos Gold, exatamente, a Câmara Municipal anda a despejar negócios antigos, aliás, toda a população fala disto, se o Senhor Presidente não sabe, informe-se. São vários cafés, várias lojas que estão a ser despejadas porque não conseguem pagar as rendas ao senhorio que é a Câmara Municipal.-----

----- E, portanto, sendo o principal senhorio a Câmara Municipal de Lisboa e estas pessoas não conseguem pagar as suas rendas é, de facto, a Câmara Municipal que está a contribuir para uma grande especulação imobiliária e, não cria as condições para que os prédios na Baixa sejam utilizados para o comércio local ou sejam utilizados para habitação a custos controlados, com rendas controladas, para quem vive e quem trabalha na cidade. E, portanto, as opções da Câmara têm sido bastante claras no que diz respeito a quem quer que viva cá, a quem quer que trabalhe cá. -----

----- E depois também fala do Capitólio. Pois, pergunto-lhe Senhor Presidente, quem é que vai gerir o Capitólio. O primeiro evento do Capitólio que falou aqui é patrocinado pela Vodafone. A 45 euros a entrada, Senhor Presidente, com as calças do meu pai, eu também sou um grande homem, não é? A 45 euros a entrada, falar de cultura popular é um bocadinho, é um bocadinho esticar a corda. -----

----- E, portanto, toda a política cultural desta Câmara, tem sido privatizar, tem sido fechar ruas para dar o nome de Continente, Corte Inglés. Toda a política desta Câmara em termos de... não há um único cinema, não há um único cinema que seja, por exemplo, que seja da Câmara Municipal, não há... o património, o património... está, pronto, mas está para a EGEAC. -----

----- Olhe, se calhar não sou de cá nem é o Senhor Presidente, por acaso até somos os dois lá de cima, se calhar não sou de cá. Assim se vê, assim se vê como se trata quem vem de fora. -----

----- Agora, continuaria também, se me permitirem, continuaria também a intervenção dizendo, o património que é dos lisboetas, o património imobiliário, tem-se visto o que tem feito o Senhor Vereador Salgado, continuamos à espera do Restaurante Panorâmico de Monsanto, continuamos à espera do Pavilhão Carlos Lopes, continuamos à espera de todas estas questões que, até agora, o que sabemos é sempre a mesma solução, privatizar, privatizar, privatizar. -----

----- E, portanto, Senhor Presidente da Câmara está muito claro o estado da cidade, é muito claro e só, de facto, quem não anda no meio da cidade, quem não anda nos transportes supostamente públicos quem não anda e quem agora fala da obra, que quando a obra estiver acabada já não vai ter o que falar, quem não anda no meio desta cidade e não sabe o que é de manhã sair para trabalhar e chegar ao fim do dia completamente exausto porque não consegue movimentar-se para lado nenhum, é que pode dizer aquilo que o Senhor Presidente hoje disse, que a cidade está muito bem, está tudo muito bem e que vai ser uma grande maravilha com estas novas tecnologias e com a Websummit. -----

----- Pergunte lá a uma qualquer pessoa que passe na rua, que ande no Metro, que ande num autocarro, se sabe que coisa é essa da Websummit, se sabe que coisa é essa de uma startup, ou se não quer saber, ou se não preferia saber que um passe do Metro ia baixar, que ia ter mais autocarros, que não ia ter tanto trânsito, que não ia ter tantas obras ou que se calhar até ia conseguir ir a um qualquer espetáculo cultural num teatro que não se chamasse nem BBVA, nem a um espetáculo que chamasse Vodafone, nem a uma rua que se fechasse para se chamar NOS ou Corte Inglés. -----

----- Isso sim, seria fazer uma cidade para quem cá vive e trabalha, mesmo que não seja de Lisboa, como não é o Senhor Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim desta...ah, ainda há mais uma intervenção, peço desculpa. Há uma intervenção e os últimos serão os primeiros.-----

----- Portanto, o Senhor Deputado Magalhães Pereira tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estando este mandato em vias de conclusão é, portanto, a altura indicada para se poder apreciar o estado em que este Executivo deixa a cidade de Lisboa e em muito mau estado, infelizmente, a encontramos.-----

----- Encontramos uma cidade suja, descuidada, pouco solidária, pouco sustentável e num caos total, provocado pela simultaneidade de obras de fachada, incidindo sobre as áreas mais nobres da cidade.-----

----- De reabilitação vê-se nada, de dar vida e identidade às zonas habitacionais tradicionais, só se veem turistas em casas de aluguer precário.-----

----- Os chamados bairros sociais estão em lamentável estado de descuido, não obstante, aliás, e há que dizê-lo, a boa vontade de alguns, mas poucos, responsáveis e há mais de 10 anos que a cidade não cria habitação com fins sociais, limitando-se a alienar parte que ainda detém do seu parque habitacional.-----

----- É ver o corrupio de Municípes nesta Assembleia Municipal, solicitando, pedindo e tantas vezes suplicando por uma habitação condigna para as suas famílias. É de cortar o coração.-----

----- Mas a prioridade da Câmara, têm sido outras as prioridades.-----

----- É vender, é permitir, é promover construção de luxo, umas vezes demolindo património relevante, como foi na Gomes Freire, outras vezes em locais de dúbias duvidosas condições de segurança, como é na 24 de Julho e no Vale de Alcântara, outras ainda em terrenos de propriedade municipal, específica propriedade municipal e à revelia da cidade, como está a ser na Fontes Pereira de Melo.-----

----- Vive a Câmara em mito permanente, envolta nos seus fumos de propaganda pura.-----

----- Diz que resolve conflitos antigos, mas apropria-se do que não pode pagar e enfiase em novas contendas judiciais e outras arbitragens que só prejudicam a cidade, como no estafado caso do Parque Mayer.-----

----- Entope a cidade com obras de puro alindamento a terminar em véspera de eleições, em vez de atender às necessidades reais de apoio social dos lisboetas, congestionando e dificultando a vida de quem trabalha.-----

----- Remove estacionamentos, arranca arvoredos para depois plantar alguns ali mesmo ao lado, mantém a habitual estreiteza de vistas e condicionamento ideológico, pretendendo até impor a Lisboa um Regulamento de Arvoredos proibicionista, sem cuidar de consensualizar soluções com quem, de facto, detém a legal competência.-----

----- Anuncia intervenções de fôlego e depois arranja uma trapalhada qualquer de júris e de suspeições para justificar o que não consegue acabar a tempo. -----

----- Esquece que o crescimento do turismo é fenómeno por inerência temporário e faz planos de receber verbas miríficas, aplicando-as sobretudo em obras sumptuárias. -----

----- Procede a transformações irreversíveis nos centros históricos e alterações gravíssimas na malha urbana, disfarçando-as de reabilitação e sem a devida consulta à população de Lisboa. -----

----- Também por única razão ideológica, estreita vias de circulação, de forma incompatível com o transporte público, quase acabando com os efeitos benéficos dos túneis de acesso, fazendo voltar o espectro das longas filas de trânsito nas entradas e saídas de Lisboa, apesar de bem saber que a solução está na imediata melhoria dos transportes públicos, com uma rede eficiente de total integração do sistema tarifário a que se mantém alheia. -----

----- Mas conserva a recolha de lixos de forma tardia e descoordenada, descoordenada com a vivência da cidade, causando e não corrigindo, situações de pestilência e de focos de insalubridade. -----

----- Retira do escrutínio da cidade, o desenvolvimento de circunstâncias relevantes quanto a processos em curso de capital importância, como nos trabalhos no Campo das Cebolas, nos elevadores do Castelo, da Sé e nos Miradouros, na requalificação do Cais do Sodré e do Corpo Santo, de que tudo os Municípios só vão sabendo por encomenda à imprensa e por cartazes de propaganda mais ou menos espalhados pela cidade. -----

----- Ainda e sempre por razões ideológicas, dispõe-se a reduzir drasticamente e continua a fazê-lo, a calçada portuguesa em Lisboa, ciente embora de se tratar de património potencial da humanidade, levado pelos nossos maiores às cinco partes do Mundo e cuja qualidade de piso só depende de uma correta colocação e adequada manutenção. -----

----- Mas o número de imóveis em Lisboa, em ruína ou em muito mau estado, continua a crescer exponencialmente por descuido e falta de reabilitação. E a parte desses imóveis que é de propriedade municipal é assustadora. -----

----- Ora, sem reabilitação as cidades são capitais do vazio e esta Câmara continua só nas promessas, promessas de projetos estruturantes para a cidade e para a vida dos cidadãos. -----

----- Agora são aqueles fumos, agora são fumos dos empréstimos do BEI, à falta de verbas do Programa 2020, objeto das parangonas de uma imprensa obediente e crédula. -----

----- Mas promessas Senhor Presidente, promessas são apenas fogo-fátuo, e são elas próprias a melhor prova de que não se tem feito cidade. -----

----- Senhora Presidente discute-se hoje o estado da Cidade, mas só se fala e se vive em promessas. -----

----- Promessas são, como se disse, são uma ilusão e o Senhor Presidente da Câmara é, como de costume, o alquimista da ilusão. Como igualmente é ilusão, uma solução de

sustentabilidade baseada em vender anéis e vender dedos e cobrar mais taxas, esvaziando as já depauperadas bolsas dos lisboetas. -----

----- Senhora Presidente é mau o estado da nossa cidade de Lisboa, da sua cidade de Lisboa, da nossa cidade de Lisboa. É mesmo muito mau. Muito obrigado Ssenhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Agora sim, Senhores Deputados terminou esta longa maratona de intervenções, todos os grupos se puderam exprimir e exprimiram-se com veemência, como aqui acabámos de ouvir. -----

----- Temos agora o Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

----- Naturalmente, compreenderão que havendo 10 diferentes forças políticas, o Senhor Presidente tendo pouco tempo, terá que beneficiar do tempo que lhe terá sido decidido por várias bancadas. E, neste momento, tem 8 minutos e 21 segundos cedidos pelo PNP, mas tempo, tem tempo cedido pelos Independentes e se precisar ainda tem tempo cedido pelo PS. -----

----- A única coisa que pedimos ao Senhor Presidente é que não ultrapasse, enfim, o tempo razoável, muito obrigada, o PSD também cede tempo, não ultrapasse o tempo razoável das respostas, para mantermos aqui uma atenção firme dos Senhores Deputados que já levam algumas horas trabalho. -----

----- Vamos a isto Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, depois de tanta e tanta questão interessante, estou tentado a rebatê-las todas, uma a uma. Estou a brincar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há um limite de 5 horas Senhor Presidente para este debate.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não tenho culpa se alguém se excedeu antes e não controlou bem o tempo, aliás, como também não controlaram as contas. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Os debates do estado da cidade são também sempre bons momentos para vermos os estados da oposição. -----

----- E o estado da oposição não podia ser mais claro, é o estado lamentável, lamentável. -----

----- Mais difícil, aliás, do que o pior dos congestionamentos de trânsito do qual os Senhores Deputados falam, porque senão vejamos. A situação dos partidos da direita, é uma situação de partidos que estão em simultâneo vazios de ideias, mas por completo reféns do seu passado. Vazios de ideias para o futuro, mas reféns do passado, quer da sua governação da Câmara de Lisboa, quer da sua governação no país, mas também do que tem sido a oposição que têm feito na Câmara de Lisboa. -----



----- Eu não posso, Senhora Presidente e Senhores Deputados, detalhar tudo. -----  
----- Mas ouvir Senhores deputados dizerem: -----  
----- Mas porque é que não se resolveram os problemas mais cedo? Mas que é que não se resolveu a transferência do torreão poente mais cedo?-----  
----- Porque é que não se resolve a estação Sul e Sueste mais cedo?-----  
----- Porque é que não se resolveu a Polícia de Trânsito mais cedo?-----  
----- Porque é que não se resolveu o Palácio da Ajuda mais cedo?-----  
----- Porque é que não se resolveu esse conjunto de problemas todos?-----  
----- Eu explico muito simplesmente. Porque os senhores estavam a apoiar um Governo que não ajudou à resolução dos problemas e, aqui nesta Câmara e nesta Assembleia, pouco fizeram para o fazer. -----  
----- Oh Senhores Deputados eu ouvi-os com atenção, eu ouvi-os com atenção, Senhores Deputados eu ouvi-os com atenção, não concordando, obviamente, com tudo, tirando uma parte da intervenção do Deputado Luís Newton. -----  
----- Mas, há um aspeto que eu queria focar sobre o fundamental, ou seja, Senhores Deputados é verdadeiramente inacreditável, como é que os Senhores Deputados têm coragem de vir aqui falar sobre o problema dos transportes públicos na cidade! -----  
----- Os Senhores não têm..., passa qualquer limite, os Senhores Deputados virem falar do problema aqui, porque quem apoiou ativamente um Governo que, objetivamente, é o grande responsável por todas as dificuldades que o sistema de transportes públicos neste momento atravessa.-----  
----- Os senhores não estiveram no Governo não tem essa responsabilidade direta, mas têm uma outra responsabilidade, é que aqui nesta cidade os senhores sempre apoiaram as decisões que esse Governo tomou.-----  
----- E as decisões que esse Governo tomou, nomeadamente a concessão dos transportes públicos que, durante anos bloqueou, Senhor Deputado, a decisão fundamental sobre os transportes públicos da cidade tomada no anterior Governo, que era baseada num anátema de que tudo o que era público era mau, aquilo devia ser concessionado, que se descontou no investimento que se paralisou durante anos para apresentar artificialmente empresas mais sustentáveis, artificialmente reduzindo a dimensão do serviço público para as poder concessionar durante 8 anos.-----  
----- Senhor Deputado quem apoiam um partido assim e um Governo assim, não pode ter a moral de vir levantar o tema.-----  
----- E Senhores Deputados, Senhores Deputados, deixem-me concluir.-----  
----- Senhores Deputados, eu falei dos dois partidos e não os separei de forma deliberada. Porque o Senhor Deputado do CDS, aliás, como a intervenção, não, é uma simplificação, não é bem uma simplificação. Não, não é a simpatia, é como aquele filme, eu sei o que é que fizeram.-----  
----- E o Senhor Deputado que faz uma intervenção como a que faz, sobre os transportes e sobre a cidade, oh Senhor Deputado, não tem esse direito de a fazer nesses termos. Peço-lhe desculpa. O Senhor Deputado apoiou por completo uma política de concessão dos transportes públicos, depois de se reduzirem 100 milhões de passageiros. -----

----- A visão que havia do anterior Governo relativamente aos transportes na cidade, era de empresas, o que procuraram era equilibradas do ponto de vista financeiro, mas que não eram empresas de transporte público. -----

----- E agora podem querer dar as cambalhotas todas que quiserem, agora podem querer ter descoberto que a equação razoável numa cidade moderna, é termos melhores transportes públicos. -----

----- Mas quando estiveram no Governo, apoiaram precisamente a política contrária, fizeram-na contrária. -----

----- Mas digo-lhe pior Senhor Deputado, é que aqui na cidade de Lisboa, na Câmara e na Assembleia Municipal, nunca se distanciaram dessa política do Governo e, pelo contrário, apoiaram-na. E há o registo de tudo e de todo esse histórico. E esse histórico dos partidos aqui na cidade de Lisboa, não honra a necessidade da cidade de Lisboa. -----

----- E, por isso por favor, não façam este passo de magia que é, após um ano de deixarem de ser Governo, fazerem-se encantados e da novidade que chegaram aqui ao mundo pela primeira e dizer, ai que os transportes não funcionam, há problemas no Metro, há dificuldades nos bilhetes, há esta caricatura dos turistas. -----

----- Oh Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer o seguinte. O que nós estamos a viver hoje na situação do Metro, que é uma situação muito difícil na cidade de Lisboa, muito difícil na cidade de Lisboa, é exclusivamente responsabilidade do Governo que o Senhor Deputado apoiou e que o Senhor Deputado apoiou aqui, ativamente, na Assembleia e na Câmara de Lisboa -----

----- Senhor Deputado havia sobre a matéria, há sobre a matéria de transportes públicos, havia sobre a matéria de transportes públicos, vamos ser rigorosos, havia sobre a matéria de transportes públicos, uma diferença abissal entre os dois partidos que sustentaram a anterior maioria e a Câmara de Lisboa, e justo será dizer, os partidos à esquerda na Câmara de Lisboa. É que os partidos do Governo anterior não acreditavam numa conceção de serviço público de transporte. Estão no seu direito, é uma opção ideológica diferente, acreditam noutra coisa. -----

----- Mas haver empresas de transporte equilibradas do ponto de vista financeiro, mas que, no limite transportassem muito menos passageiros, não era um problema de fundo para o Governo anterior. -----

----- Isto foi discutido, não é especulação, isto é um facto sobre a política que foi seguida. E o que eu digo, é que essa política foi apoiada ativamente na Câmara Municipal de Lisboa pelos partidos que apoiaram o anterior Governo. E desculpem Senhores Deputados, isto é com rigor aquilo que se passou e por isso não venham, por favor, vir agora fazer, como se nada tivesse acontecido, como se nada se tivesse dito, e dizer, ai, mas aqui o Metro há problemas. -----

----- Tem problemas, tem problemas severos, tem problemas do subinvestimento crónico durante muitos anos, crónico durante muitos anos. E recuperar esta situação é uma situação que vai demorar tempo, vai demorar tempo, vai exigir recursos, vai exigir investimentos e vai exigir o esforço de todos aqueles que acreditam no serviço

público e que acreditam que o sistema de transportes públicos, deve ser a espinha dorsal da mobilidade numa cidade moderna. -----

----- Oh Senhores Deputados, mas depois também, mas há outras áreas em que isto parece em que se fala da mesma forma. -----

----- Ouvir o Senhor Deputado do CDS falar sobre as questões da habitação, mas eu peço-lhe desculpa, mas quem é que fala das questões da habitação, dos problemas do comércio tradicional, das lojas históricas, e não foi o partido que apoiou a nova lei das rendas?-----

----- É que ao menos podiam, eu acho que ao menos podiam não tocar no tema, não falavam no tema, não levantava o problema. -----

----- Mas levantam o problema, levantam a questão e depois dizem, não, não, mas isto aqui há outras responsabilidades, isto a Câmara, no fundo, agora a tese que o Senhor Deputado quer criar aqui é a seguinte, é: Não, não. Não é preciso alteração nenhuma porque a lei das rendas estava ótima, os planos da Câmara é que podiam proteger tudo, não era preciso nada na lei das rendas. -----

----- Olhe, oh Senhor Deputado, era preciso, é preciso, nós fizemos uma proposta e esperamos que ela seja tida totalmente em conta, para que ela possa ser equacionada a bem da proteção de valores fundamentais.-----

----- Senhores Deputados, gostava também um pouco de falar sobre os partidos à nossa esquerda.-----

----- E começar sobre a questão dos transportes, começar sobre a questão dos transportes. E, de facto, registar aqui uma grande diferença de fundo que há entre os partidos da esquerda e o CDS e o PSD, na cidade e também na governação do país. ----

----- E a diferença de fundo, que eu não minorizo, a convergência de fundo que não minorizo, porque é convergência fundamental, é a crença num serviço público de transporte. Isto é um valor fundamental. Um serviço público de transporte é, um serviço que deve estar disponível a todos, não aos mais necessitados, não só aos mais desfavorecidos, deve estar disponível a todos numa cidade e deve ser a espinha dorsal do sistema de mobilidade. Foi esta a base da convergência, aliás, em vários pronunciamentos públicos no passado. E esta é uma base que eu acho importante preservar.-----

----- Agora divirjo e temos uma opinião diferente sobre a questão do instrumento e sob a forma de o concretizar.-----

----- Começando por esclarecer o Deputado Ricardo Robles, não há nenhuma diferença entre o que eu disse na tomada de posse e aquilo que está a ser negociado com o Governo. Primeiro, o que está a ser negociado com o Governo vai ser trazido aos órgãos municipais, naturalmente, isto não é, não é um, tem que haver um pronunciamento da Câmara e da Assembleia num processo desta natureza. -----

----- O que eu saliento é que há, obviamente, uma diferença de possibilidades de recursos e até capacidade de gerar benefícios, entre a Câmara gerir a Carris e o que é a municipalização do Metro. Por uma razão, porque o metro é a realidade que é. Os investimentos, a Câmara Municipal de Lisboa, para já, não teria condições para só por si os suportar, ficar com a responsabilidade não tendo os recursos para introduzir a

melhoria, era porventura, um cenário de pior degradação do que aquele que existe. O que não significa que nós não temos uma palavra importante na gestão e não significa que não temos uma palavra importante sobre um aspeto fundamental, que é, o planeamento do Plano de Investimentos do Metro. Porque essa sim, interessa muito à cidade de Lisboa e a toda a organização da rede. -----

----- Agora quero dizer também ao PCP que, não afastando e volto a sublinhar, que não ponha no mesmo plano a convergência relativamente ao sistema de transporte público do que é a diferença sobre o modelo. Porque eu acho que cometem um erro quando consideram que o facto de existirem empresas estatais, melhora a situação do serviço público. É um erro. E a prova, aliás, disso é o que tivemos até hoje. A prova que nós tivemos de um centro de decisão longe do Município relativamente a aspetos fundamentais, provou um mau serviço público.-----

----- Alguns senhores acham, de que o facto de estar na Administração Central, protege mais de uma concessão a privados do que estar no serviço do Município. É um erro também. -----

----- Não se recordarão, aliás, na governação do PS, neste PS mais que governa a Câmara de Lisboa, não encontrarão um serviço concessionado e esta operação destas empresas se tivesse sido iniciada um ano antes pelo anterior Governo, teria sido concessionada e entregue totalmente a privados. -----

----- Estar nas mãos da Administração Central não provou. Provou um mau serviço à cidade, provou largamente o mau serviço à cidade e não provou proteger dos riscos de privatização do serviço público. -----

---- E, por isso, que tenho a confiança é que nós teremos a capacidade, se assumirmos totalmente a responsabilidade que significa a gestão dos transportes públicos, significa transportes públicos, significa isto mesmo, estas duas palavras, um sistema de transporte, mas que tem necessidades de serviço público, significa assumirmos que esse serviço público, não pode ser só por si e não será só por si lucrativo nem rentável. E se não o é, temos que lhe dar os recursos necessários e, é precisamente isso que o orçamento que nós aqui apresentamos também projeta esse futuro. É porque nós, ao assumirmos a gestão da Carris, a propriedade e a gestão da Carris, nós assumiremos a responsabilidade sobre o financiamento das necessidades de serviço público naquilo que, obviamente, não ficar como política nacional. -----

----- Significa que isto é um custo para Câmara de Lisboa? Significa. Significa que isto é uma responsabilidade para Câmara de Lisboa? Significa.-----

----- Mas significa que nós vamos ter o poder para decidir e vamos ter o poder para decidir sobre os meios e vamos ter o poder para decidir sobre os recursos que afetamos a esses meios, porque nós temos confiança na nossa capacidade para gerir melhor o serviço de transporte público da cidade, em particular, o serviço da Carris. ---

----- Agora, Senhores Deputados, eu não escondo a minha total perplexidade com as intervenções das Senhoras Deputadas, em particular, com a da Senhora Deputada Lúcia Gomes, não escondo. Creio que fiquei perplexo ao ouvi-la e também com a Senhora Deputada Natacha Amaro. -----

----- Porque desculpe, desconsideração total pelos trabalhadores e pelas pessoas foi aquilo que as Senhoras Deputadas demonstraram aqui, por completo. As Senhoras Deputadas conseguem desconsiderar por completo, tudo quanto são os motores fundamentais do crescimento e do emprego da cidade, desvalorizando como se isso fossem estrangeirismos, coisas que não interessam, coisa que as pessoas não se preocupam, coisa que ninguém sabe. E o emprego vem de onde? Vem assim por magia de um sítio qualquer que não sabe como, não se sabe bem de onde, numa qualquer atividade que não existe na cidade nem na sociedade. -----

----- A forma como falam contra o investimento no turismo, como falam contra o investimento imobiliário na cidade, como falam contra o esforço das *startups* na cidade, como falam sobre contra tudo isso, o desrespeito, até a forma ostensiva de desconsideração perante isso, peço imensa desculpa, não é de um discurso de esquerda. Isso é de um discurso que não compreende, aliás, nem o emprego, nem o investimento, nem o rendimento dos trabalhadores. -----

----- Senhora Deputada eu ouvi-a, não lhe vou dizer, eu ouvi-a muito bem, tenho pena, aliás, tenho pena, aliás, de lhe dizer isto, ouvi-a demasiado bem e lamento o teor e a forma como fez a sua intervenção. Porque, além de, factualmente metade da sua intervenção não ter qualquer adesão factual sobre aquilo que se pronunciou, aquilo que eu destaco de mais importante, é só isto, ninguém que pode defender que tem uma política de esquerda para a cidade, ignora os motores do crescimento económico e do emprego numa cidade. Não o pode fazer, não o pode fazer e se o fizer não está a falar, não está a falar da vida das pessoas, está a falar de outra coisa qualquer, está a falar de ideologia pura, está a falar de conceitos vagos que não interessam no concreto do emprego e da atividade das pessoas. -----

----- Mas gostava de lhe dizer mais Senhora Deputada, é que a Senhora Deputada não ouviu o que eu disse. É que na minha intervenção eu dediquei tanto tempo e tanta prioridade às questões do crescimento económico, como dediquei às questões da inclusão daqueles que, infelizmente, não vão poder agarrar as oportunidades dos motores do crescimento económico. E fi-lo com toda a clareza e frontalidade, toda, toda a clareza e frontalidade! -----

----- A cidade está a crescer em áreas e há pessoas nesta cidade que não vão integrar esse processo de crescimento. E erra a direita quando não vê isso, erra quem se deslumbra só com a parte moderna da cidade, erra a esquerda quando não percebe que é preciso também crescer, mas que temos que ter políticas realistas para fazer os processos de inclusão. -----

----- Dei-lhe exatamente o mesmo sentido de prioridade, crescimento económico e inclusão e faço-o com total noção do conhecimento da cidade, das suas complexidades e das suas realidades. Porque numa cidade como a nossa, cada vez mais os processos de exclusão e de riscos de exclusão são diversos e são diversificados, são os mais velhos que não tem habilitações para aceder aos novos empregos, são os mais novos que saíram precocemente da escola que em determinados bairros da cidade e que não têm possibilidade de aceder aos novos empregos, são as classes médias que podem não ter acesso à cidade de Lisboa e, por

tudo isso, é que área da inclusão é uma área central do nosso programa político e que nós estamos a conseguir avanços em todas estas áreas. Em todas estas áreas dentro do que são naturalmente as competências da Câmara. -----

----- E quando a Senhora Deputada passa ao lado daquilo que nós estamos hoje a investir, como das principais prioridades investimento na reabilitação de todo o edificado municipal, quando a Senhora Deputada ignora, porque lhe passa completamente ao lado que o grande contributo financeiro que a Câmara dá em matéria de habitação não está estritamente inscrito no orçamento da Câmara. Senhora Deputada ouça por favor. Mas está no orçamento da Gebalis, porque é aí que nós deixamos de cobrar as rendas, a Senhora Deputada vai ver as dezenas de milhões de euros que a Câmara Municipal tem investido em apoio social, para que muitas famílias mantenham hoje a sua casa.-----

----- Oh Senhora Deputada e quando nós investimos, como investimos, na requalificação da escola pública e no apoio à escola pública, isto é investir na política social de igualdade de oportunidades nesta cidade E Senhora Deputada não pode ignorar que tudo isto está a acontecer. -----

----- Como quando nós apostámos no investimento no bairro Padre Cruz e no Bairro da Boavista, que alguns colegas seus Deputados lhe vão dizer aqui há quantos anos se batiam na câmara para que isto acontecesse, e como é que aquela habitação municipal está não só a acontecer e não tinha acontecido, mas está a acontecer com condições de dignidade ímpares que mudam o panorama do que é a habitação social na cidade. -----

----- A Senhora Deputada não pode dizer que o Executivo esquece a política de esquerda e a inclusão social. -----

----- Não Senhora Deputada, a Senhora Deputada não tem nenhum monopólio da consciência. E pior, não tem nenhuma solução prática melhor do que as soluções que este Executivo tem vindo a implementar, relativamente à área da inclusão social. Lamento ter de lhe dizer isto, mas podia ter poupado esta resposta à questão, à forma como colocou esta questão.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu queria terminar não repetindo, naturalmente, a minha intervenção. -----

----- Mas esqueci-me há pouco, mas queria terminar da seguinte forma. -----

----- Nós hoje temos, sem dúvida, uma cidade que vive um momento único de oportunidades. E, é nossa obrigação agarrar essas oportunidades para construir um futuro melhor para todos. -----

----- Eu acho que falha e, volto a repetir, falha quem defende a inação. E verdadeiramente, não escondo que muito daquilo que os Senhores Deputados aqui trouxeram, na prática, conduz-se a uma crítica à ação. Porque muitos do que os Senhores Deputados ficariam mais satisfeitos, era poderem criticar o Executivo por o Executivo não fazer. -----

----- Eu lembro-me bem quando assumi funções, que a grande crítica dos Senhores Deputados era dizer, não, mas isto não se pode circular na cidade, não há mobilidade na cidade, mas então tantos buracos, a cidade está toda esburacada. Começam as obras

na cidade, são obras a mais ao mesmo tempo que não estão programadas e não estão feitas. -----

----- Reclama-se que é uma cidade sob a ditadura do automóvel. Fazemos as intervenções de espaço público para devolver cidade às pessoas, humanizar as pessoas, criar uma cidade de bairros. Ai, que estamos a fazer muitas obras e que as obras são más. -----

----- Queremos vender e queremos aumentar as áreas de escritórios nesta cidade, porque precisamos ter mais emprego no centro da cidade e menos fora, queremos ter mais emprego nos hospitais, no IPO, em novos equipamentos. E o que é que vêm dizer? Ai, lá vem a política imobiliária, que estão a vender o património e não estão a gerir. -----

----- Oh Senhores Deputados, os Senhores Deputados verdadeiramente criticariam por não fazer e criticam por fazer, o que com os Senhores Deputados verdadeiramente estavam contentes era que nós não fizessemos nada. -----

----- Mas tenho uma má notícia para vos dar. É que nós estamos a fazer e vamos continuar a fazer a bem da cidade de Lisboa. -----

----- Senhores Deputados, o programa assinado ontem com o Banco Europeu de Investimento, é da maior importância para o nosso futuro, da maior importância. Porque nos dará os recursos financeiros, para de forma estável, compensar o Município que não tem política de coesão da União Europeia, os recursos que outros municípios e outras áreas têm ao seu dispor, temos esse. .... -----

----- Não Senhor Deputado, não é sorte Senhor Deputado. -----

----- Sabe o que é que é? Está a ver qual é a dificuldade? -----

----- É que não é sorte, é muito mérito. -----

----- Sabe porquê? -----

----- Porque trabalhar... oh Senhor Deputado está a ver, está a ver qual é a diferença. É que o Senhor Deputado acha que tem um banco e tem uma instituição internacional, que vem emprestar 250 milhões de euros ao Município de Lisboa, se nós não tivéssemos as contas em ordem se não tivéssemos a credibilidade total, que vamos pagar com um *rating* igual ao dos países mais avançados. -----

----- Senhor Deputado, sorte? -----

----- Eu agora percebo bem, eu agora percebo com o seu comentário muito mais que aquilo que o seu comentário quis dizer, do que o Senhor Deputado quis dizer. -----

----- Senhor Deputado é muito, muito trabalho em ter passado de uma situação financeira complicadíssima que este município viveu, para uma situação de limitação da sua possibilidade de investimento, para a situação que hoje vivemos que é uma possibilidade de investimento que estamos a fazer na cidade, mantendo um equilíbrio corrente estável e a capacidade de planearmos o nosso futuro a médio e longo prazo. --

----- E não quero terminar sem responder ao Senhor Deputado Sérgio Azevedo. Respondendo-lhe, obviamente, de forma favorável. Ninguém com responsabilidade na gestão do Executivo, faz de um programa como o programa de investimentos do Banco Europeu de Investimento, faz um programa privativo num qualquer Executivo que se esgota num ano. Não. -----

----- Este programa, é um programa, é um acordo de quadro que está disponível. E respondo-lhe, aliás, diretamente à sua questão. Nós não passamos por cima de nenhuma competência de ninguém, o que existe é um acordo-quadro, isto é, o Banco Europeu de investimentos avaliou a capacidade financeira da cidade de Lisboa, avaliou as necessidades e os programas de investimento da cidade de Lisboa e, reservou para a cidade de Lisboa uma *tranche* de um acordo e que disse, nós estamos disponíveis para emprestar 250 milhões de euros à cidade de Lisboa, em determinadas condições.-----

----- Aliás, deixe-me dizer-lhe também, mais favoráveis do que aquelas que a lei da República atualmente permite ao Município de Lisboa, porque houve a cegueira em tapar essa capacidade aos municípios portugueses. Isto é, o Banco Europeu de Investimento poderia nos emprestar a 30 anos e nós estamos limitados a um empréstimo a pagar a 20 anos, por pura cegueira de uma lei centralista, como foi a lei atual em matéria de finanças locais.-----

----- Mas isto para lhe dizer o seguinte. Este é um acordo-quadro o desembolso de cada *tranche* e a aplicação concreta de cada *tranche*, está dependente dos órgãos, obviamente, Câmara e Assembleia Municipal, como as suas utilizações também estarão na base das aprovações dos seus projetos concretos.-----

----- Isto dá, obviamente, dá-nos a tranquilidade, dá-nos a serenidade, à Câmara e ao Município, para debatermos, para enquadrarmos, para consensualizarmos os projetos de futuro.-----

----- Não foi por acaso, aliás, que eu destaquei que um dos projetos fundamentais para ser financiado é o projeto do Plano Geral de Drenagem. E dizem-me assim, bom, mas o projeto não está feito há tantos anos.-----

----- Oh Senhores Deputados, expliquem como é que se fazia há 10 anos atrás, com um Município que não tinha um euro para poder gastar em matéria de investimento, como é que se podia ter feito há 5 anos atrás, quando o Governo não inscreveu no programa de fundos comunitários as verbas suficientes para o Município investir e, quando nós agora, só agora temos a possibilidade de ter os recursos financeiros, fizemos os estudos, estamos a fazer os projetos para financiar para o futuro.-----

----- Mais, esqueci-me de acrescentar um ponto. Como é que, durante anos, a cidade se viu limitada por uma negociação que, afinal, se revelou falsa relativamente à questão da rede de saneamento e que iria concretizar o Plano de Drenagem e, agora sim, temos os recursos para em qualquer cenário que a rede se faça, para concretizar esse plano.-----

----- Ora, Senhor Deputado, está aqui um exemplo de um consenso importante que há hoje na cidade de que nós devemos investir neste investimento estratégico.-----

----- Não tive oportunidade, aliás, de dar a notícia das várias que hoje dei, portanto, para também não as esgotar todas.-----

----- Mas é, obviamente, que penso em lançar os concursos para o início das obras dos túneis do sistema de drenagem ainda durante este mandato, em particular, durante a primeira parte do próximo ano.-----



----- E estou certo que terei, nessa altura, contaremos todos com o voto favorável do PSD, independentemente do contexto eleitoral que se viva à época. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, encerrava desta forma. -----

----- Temos desafios, temos oportunidades importantes para agarrar, temos consciência plena dos riscos do desenvolvimento, dos riscos inerentes a esse desenvolvimento e temos a plena consciência de que nós não seremos uma cidade, se não colocarmos a inclusão social no mesmo nível da prioridade que assume as prioridades de desenvolvimento, mas tem na equipa da vereação uma equipa com vontade e com a determinação de prosseguirmos a construção da cidade de Lisboa. ----

----- Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Fica assim o debate encerrado.-----

----- Senhores Deputados, eu recordo o nosso calendário de trabalhos. Dia 31 de Outubro...o Senhor Presidente encerrou o debate, já não pode haver intervenções depois da intervenção do Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Deputado está-me a sinalizar uma intervenção à Mesa e, portanto, eu peço aos Senhores Deputados para não saírem dos seus lugares porque ainda não terminámos a sessão. O Senhor Deputado diz-me apenas qual é a sua interpolação que quer fazer. -----

----- Intervenção já não pode fazer, porque é o Senhor Presidente que encerra, mas pode interpelar a Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente eu fazia a seguinte interpelação à Mesa no âmbito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eu fazia a seguinte interpelação à Mesa.-

----- Se era possível a Mesa fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara e aos membros do Executivo Camarário, aquela que foi a posição por mim assumida aqui o ano passado na Assembleia Municipal, relativamente à imperiosa necessidade de assegurar que a estratégia de mobilidade na cidade tinha que necessariamente de passar pela gestão dos transportes públicos, mesmo a contravapor daquilo que era...” -

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não é uma interpelação à Mesa, é uma intervenção que o Senhor Deputado está a fazer, mas tomei devida nota.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Não, não, não, é para a Senhora Presidente fazer chegar.”-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tomei devida nota. -----

----- Senhor Presidente da Câmara faça favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhora Presidente, era para a dispensar desse trabalho e dizer que corrijo sem nenhuma dificuldade a minha afirmação e, excludo o Deputado Luís Newton do agrupamento que fiz relativamente à direita em matéria de transporte público.-----

----- Mas a verdade é esta, hoje em dia são tantas as vozes, são tantas as diferenças, que se torna difícil de perceber exatamente qual é a voz do PSD.-----

----- Agora há uma coisa, eu não me esqueço de qual foram as votações que houve aqui, relativamente à concessão dos transportes públicos e a votação na Câmara e aqui, foram votações que favoreceram a política do anterior Governo.” -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, esclareceremos isso. Se os senhores Deputados fizerem chegar à Mesa a data dessa reunião, facilitam. -----

----- Senhores Deputados, lembrando os nossos trabalhos. 31 de Outubro, segunda-feira até às 3 horas da tarde, os Grupos devem entregar os temas das perguntas à Câmara.-----

----- A nossa próxima reunião é dia 8 de Novembro, de perguntas à Câmara e espero que tenham um bom feriado dia 1 de Novembro. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e cinquenta e cinco minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----